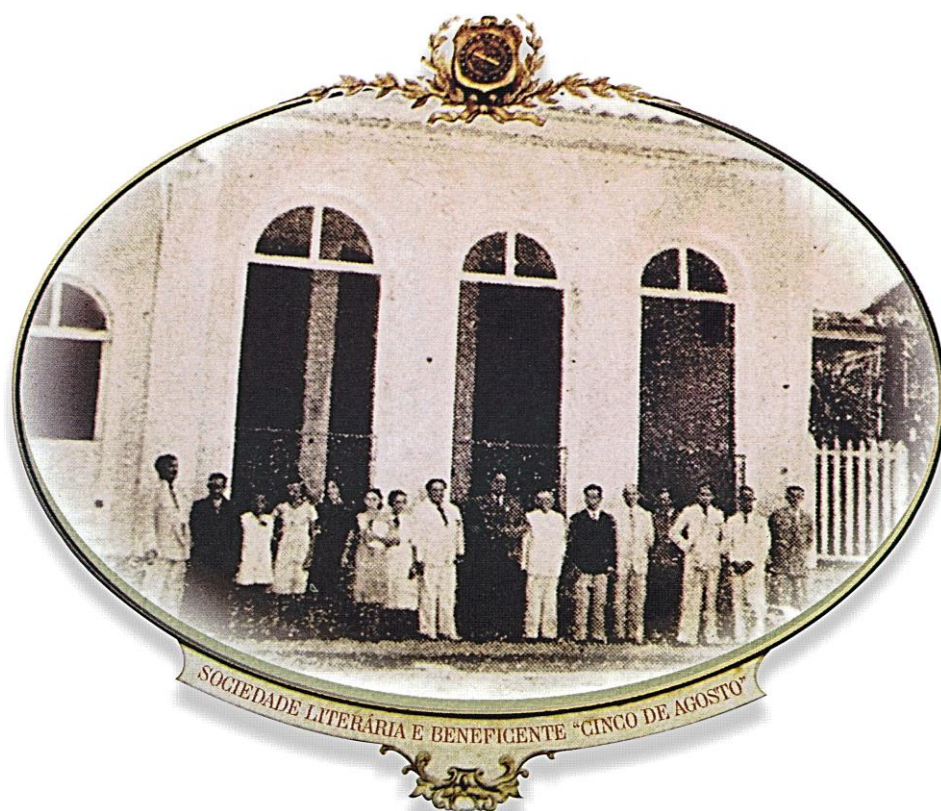




**Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós- Graduação em História Social da Amazônia**

Antonio Igo Palheta Soeiro

A SOCIEDADE LITERÁRIA E BENEFICENTE “CINCO DE AGOSTO” DA CIDADE DE VIGIA (1871-1882)



**Belém- Pará
Abril/2012**

ANTONIO IGO PALHETA SOEIRO

**A SOCIEDADE LITERÁRIA E BENEFICENTE “CINCO DE
AGOSTO” DA CIDADE DE VIGIA (1871-1882)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Nazaré Sarges.

Belém-Pará
Abril/2012

Antonio Igo Palheta Soeiro

**A SOCIEDADE LITERÁRIA E BENEFICENTE “CINCO DE
AGOSTO” DA CIDADE DE VIGIA (1871-1882)**

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria de Nazaré Sarges (Orientadora- PPHIST/UFPA)

Prof^a. Dr^a. Maria Izilda Santos de Matos (Membro – PUC-SP)

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (Membro – PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves (Membro – PPHIST/UFPA)

Prof^a. Dr^a. Franciane Gama Lacerda (Suplente – PPHIST/UFPA)

Belém-Pará
Abril/2012

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Biblioteca da Pós –Graduação do IFCH/UFPA, Belém – PA)

Soeiro, Antonio Igo Palheta

Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia (1871-1882) / Antonio Igo Palheta Soeiro; Orientadora: Maria de Nazaré Sarges – Vigia: [s.n.], 2012

117 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012.

1. Vigia (PA) – História (1871-1882). 2. Civilização 3. Simbolismo 4. Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”. I. Título

CDD. 981.15

Em memória de Francisco Soeiro, José Palha (Zezinho), Odemir Palha, Maria Madalena, Durvalina Palheta e Nicolau da Costa.

À Iane Beatriz
minha querida filha.

À Iris Rabelo
minha querida esposa e amiga.

AGRADECIMENTOS

Lembrar de todo aqueles que, nos últimos três anos, estiveram envolvidos de alguma maneira com a experiência enriquecedora de viver o Mestrado não é atividade fácil. A ideia se originou de um diálogo com o professor José Maia em 2008. A ele sou muito grato, bem como à “Cinco de Agosto”, pois, como Diretor de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA, doou boa parte do material de higienização utilizado para tratar os manuscritos do Cartório Raiol.

À família: Antônio, Vera e Ive, respectivamente pai, mãe e irmã, todos de importância indiscutível em toda a minha trajetória acadêmica. Pessoas amadas que proporcionaram o suporte necessário para que, em muitos momentos, pudesse eu me concentrar nos estudos. Agradeço também a Iris Rabelo, esposa querida que soube compreender a ausência e o isolamento necessário dos últimos anos e me acompanhou nessa árdua, mas gratificante missão. Além disso, corrigiu e sugeriu alterações na escrita do texto.

Na capital, o apoio concedido por Ana Soeiro e seu filho Gabriel, foram fundamentais. Primos que aceitaram deixar de lado a privacidade do lar para me acolher. Além dos vizinhos Patrícia, Carlinho, Marcos e Aline, todos familiares, cuja colaboração, desde a época da graduação, não posso deixar de recordar e agradecer. A Oneide Soeiro, tia-madrinha, que acreditou no potencial daquele garoto e investiu, literalmente falando, quando as coisas pareciam perdidas. Ainda me emociono muito quando recordo desse momento. Obrigado.

Não poderia deixar de registrar a gratidão do professor Ruivaldo Siqueira que, além de amigo, era diretor da Escola Estadual “Presidente Kennedy” em 2009, escola sede da Vigia. Pelo constante incentivo e empenho em tratar das questões burocráticas de meu afastamento. A realização deste trabalho foi possível, em grande parte, pela Licença Aprimoramento que obtive da SEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Pará) pelo período de dois anos. Meus sinceros agradecimentos a esse órgão.

No primeiro ano do Mestrado, o convívio com os colegas da turma foi muito gratificante. Eles compartilharam informações que ajudaram a melhorar o trabalho. Várias indicações bibliográficas vieram deles. Cito aqui os mais próximos: Marcelo, Sheila, Helder, Geraldo, Marley, Daniel, Eurico, Mábia, Luiz, Nonato, Walter e o Franciel, o último amigo de muitas conversas. Pelo caminho, conheci Joseane Araújo

que pesquisava as bibliotecas e os jornais da Vigia oitocentista. Com ela obtive informações e indicações preciosas. Conversar sobre a “Cinco de Agosto” era um prazer para ambos.

Para com os professores do programa, a dívida é incalculável: Magda Ricci, Maurício Costa, Didier Lahon, Valéria Augusti (da pós-graduação de Letras) e Nazaré Sarges, a qual foi orientadora do trabalho. Sabiamente conduziu as etapas da dissertação, sempre me alertando a não imaginar mais do que as fontes me permitiam. Tarefa complicada, quando, além de vigiense, passei a ocupar, a partir de agosto de 2011, a presidência da Sociedade “Cinco de Agosto”. Naná, como é conhecida por todos, é profissional exemplar.

No momento de qualificar o texto que resultou na dissertação, contei com um trio de professores de igual envergadura: Aldrin Figueiredo, Franciane Lacerda e Fernando Arthur. O último me conhece como ninguém na academia. Orientador na graduação, esteve presente em duas outras bancas em que apresentei trabalho e estará também na do mestrado. A qualificação foi para mim um dos momentos mais marcantes dessa trajetória de amadurecimento intelectual.

Vários conterrâneos foram sensíveis a minha causa. Das conversas com José Ildone, Raul Lobo, Paulo Cordeiro e Wilkler Almeida, sempre uma informação nova surgia sobre a querida “Cinco de Agosto”. O poeta José Ildone, vigiense mais brilhante e culto que conheço, cuja humildade é de igual envergadura, assumiu a correção gramatical do texto e cedeu vários livros de sua ampla sala de leitura. Entre os afazeres de sua biblioteca, da Academia Paraense de Letras e de sucessivas palestras em Vigia e fora da terra natal, acatou com alegria o meu pedido de melhorar a escrita da dissertação. Não sei como um dia irei retribuir-lhe o favor.

Não poderia esquecer os sócios da secular “Cinco de Agosto”, principalmente os que compõem comigo a diretoria: Daniella Magda, Raul Lobo, Adenilson Nogueira e Alarico. A todos vocês, que se dedicam a manter a Entidade viva e útil ao povo vigiense, meus agradecimentos.

RESUMO

A Sociedade “Cinco de Agosto” foi fundada em outubro de 1871, na cidade de Vigia, por um grupo de homens que desejavam dispor de um espaço de sociabilidade para compartilhar valores culturais ditos civilizados. Longe de ser um exemplo isolado, a Entidade fez parte das efervescências culturais que atingiram as principais capitais do Império brasileiro e inúmeras cidades do interior da Amazônia, inspiradas principalmente na cultura francesa. Sua denominação remonta à data em que se realizava as celebrações do Círio de Nazaré da Vigia. O envolvimento com as manifestações da Igreja Católica lhe trouxeram momentos de aproximação e outros de tensões. Na trajetória de sua primeira fase de existência, os sócios fundadores organizaram uma pequena biblioteca, criaram as aulas noturnas, usaram da cultura escrita para divulgar suas iniciativas e praticaram a filantropia. O envolvimento dos membros dessa Instituição com a política local e regional foi praticamente inevitável.

Palavras chaves: Vigia, civilização, política, Sociedade Literária e Beneficente, Sociedade “Cinco de Agosto”.

ABSTRACT

The society “Cinco Agosto” was founded in October, 1871 in a little city called Vigia de Nazaré. This happened because a group of men who wanted a sociability space. In this place these men would share some cultural values which were considered civilized. This event was not an isolated fact. The organization attended the cultural events present in the main capital of the empire of Brazil and in some cities in the Amazônia, during the nineteenth century. The social and cultural events were inspired, mostly, in the French culture. Its name dates from the time on which the celebrations of ‘Círio de Nazaré’ of the city of Vigia. The involvement between society and the events of the Catholic Church brought to Society some periods of closeness and other of stresses. In its moment of existence the partners organized a little library, created night classes. The men used the written culture to publish their initiatives and practiced the philanthropic acts. The involvement of members of this organization with the local and regional politics was inevitable.

LISTAS

Imagem da capa: vista da fachada da primeira sede da “Cinco de Agosto”, publicada no jornal <i>O Cinco de Agosto</i> , de 1939	01
Imagem 01: Fotografia da sede da “Cinco de Agosto” em ruínas, 2006.....	17
Imagem 02: Fotografia da nova fachada da sede da “Cinco de Agosto”, recuperada em 2007.....	19
Imagem 03: Fotografia do painel integrante da Exposição permanente “ <i>Memórias da Cinco de Agosto</i> ”, 2007.	20
Imagem 04: Fotografia retratando parte dos manuscritos do Cartório Raiol em estado precário, 2006.....	22
Imagem 05: Fotografia dos documentos do Cartório Raiol durante o processo de higienização e classificação, 2011.....	23
Imagem 06: Fotografia do Auditório e a nova sala da Biblioteca e Arquivo da “Cinco de Agosto”, 2011.....	24
Imagem 07: Fotografia de parte do acervo da “Cinco de Agosto” antes da organização.....	26
Imagem 08: Fotogravura da Igreja Matriz da cidade de Vigia e seu entorno, 1902.....	28
Imagem 09: Pintura retratando parte do núcleo urbano da Vigia no início do século XX	30
Imagem 10: Fotogravura da Rua de Nazareth da Vigia, 1902.....	38
Imagem 11: Fotografia do núcleo urbano da Vigia, 1960.....	40
Imagem 12: Fotogravura da Ponte do Arapiranga da Vigia, 1902.....	42
Imagem 13: Fotogravura do prédio da Intendência Municipal da Vigia, 1902.....	43
Imagem 14: Símbolo que identifica a “Cinco de Agosto”, 1990.....	52
Imagem 15: Fotografia da capa da obra “Amor de Perdição”, de Camilo Castelo Branco, 2012.....	57
Imagem 16: Fotografia da capa da obra “Os Lusíadas” de Luiz de Camões, edição portuguesa de 1878.....	74
Imagem 17: Fotografia da casa que pertenceu ao professor Quintino Nunes, 1970.....	94

QUADROS

Quadro 01: Lista de alguns povoados da cidade de Vigia 1870/1880.....	31
Quadro 02: Os sócios fundadores da “Cinco de Agosto”	90
Quadro 03: Os integrantes do Colégio eleitoral da Vigia em 1873.....	101
Quadro 04: Sócios da “Cinco de Agosto” e os cargos públicos.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1- ENTRE LETRADOS E INSTRUÍDOS: RESSURGE A SOCIEDADE “CINCO DE AGOSTO” NA CIDADE DE VIGIA DE NAZARÉ.	
1.1- (Res) Surge uma Sociedade Literária em Vigia.....	17
1.1.1- A Sede social.....	17
1.1.2- O acervo.....	21
1.2- O núcleo urbano da cidade de Vigia em fins do XIX.....	27
1.2.1- Vigia se moderniza (1870/1882).....	35
CAPÍTULO 2 - A SOCIEDADE LITERÁRIA E BENEFICENTE “CINCO DE AGOSTO” (1871-1882).	
2.1- O Simbolismo da Sociedade “Cinco de Agosto”: tensões e aproximações com a Igreja Católica.....	47
2.1.1- Denominação e simbolismo: estratégias de popularização.....	47
2.1.2 – A Sociedade “Cinco de Agosto”, o Círio de Nazaré e o Vigário.....	53
2.1.3 – A Vigia e o seu Index Librorum Prohibitorum (1910).....	56
2.2- A Sociedade “Cinco de Agosto” e as suas atividades em Vigia.....	58
2.2.1- O Externato, a biblioteca e os jornais.....	63
2.2.2 - A beneficência da Sociedade “Cinco de Agosto”.....	80
CAPÍTULO 3 – A SOCIEDADE “CINCO DE AGOSTO” E OS SEUS FUNDADORES.	
3.1- A geração fundadora e o compartilhamento dos valores culturais.....	90
3.2- A Sociedade “Cinco de Agosto” e a política local e regional.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
FONTES	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

INTRODUÇÃO

A intenção de realizar um estudo sobre a Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” se originou em meados de 2008. Investigava, àquela altura, os elementos constitutivos do imaginário da morte e dos mortos na cidade de Vigia, nas décadas finais do século XIX, quando uma notícia publicada no periódico *O Liberal da Vigia* deixava claro o interesse da referida Instituição em adquirir um carro fúnebre para atender às necessidades de seus membros.¹ Estranho, já que a bibliografia consultada concedia tal atitude às irmandades religiosas, que, em Vigia, estavam mais preocupadas com a devoção ao santo padroeiro do que aos preparativos da boa morte dos seus irmãos. Tanto para mim, como para o professor Dr. José Maia, então orientador daquele estudo, a “Cinco de Agosto” começava a despontar para um trabalho futuro. Um pouco depois, algumas inquietações preliminares resultaram na primeira versão do projeto de pesquisa que desencadeou a dissertação agora concluída.

A Sociedade “Cinco de Agosto” e o Grêmio Literário Português talvez tenham sido as únicas Agremiações dessa natureza que suportaram o peso das transformações históricas e continuam em atividade até os dias atuais. Nas lembranças que tenho da Entidade, quando ia visitar familiares ou soltar pipas no largo da Matriz, hoje Praça Monsenhor Argemiro Pantoja, guardo na memória um espaço com muitos livros e móveis antigos. Alguns senhores entravam e saíam, sem eu saber ao certo o que ela representava. No bojo da efervescência proporcionada pela revitalização do espaço, em 2007, resolvi ingressar na Entidade como sócio contribuinte.

As pesquisas dessa tipologia de associação estão em fase inicial na Amazônia, atraindo principalmente aqueles que se dedicam aos estudos literários ou à linha interpretativa da história do livro e da leitura². Optei em seguir outro caminho, através do que se convencionou chamar de análise social da cultura. Todavia, o entendimento

¹ Jornal *O Liberal da Vigia*. Vigia, nº 41, de 05/04/ 1877, p. 4.

² Ler por exemplo: AUGUSTI, Valéria. **Considerações sobre a constituição do acervo do Grêmio Literário Português de Belém do Pará**. In: COLE (Congresso de Leitura do Brasil), 17, 2009, UNICAMP-Campinas, SP, comunicação. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anais17/txtcompletos/sem01/COLE_1288.pdf. Acesso em (20 jun. 2011); ARAUJO, Joseane Sousa. **Arquivos, bibliotecas e periódicos na Vigia oitocentista**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

de cultura aqui aplicado apresenta-se interligado com os outros aspectos da sociedade vigiense de antanho, evitando deixar a “cultura no ar”, como criticam certos autores³.

É importante desde logo esclarecer a escolha da periodização a que nos propomos concentrar a pesquisa. Em outubro de 1871, a “Cinco de Agosto” é oficialmente organizada pelo professor Francisco Quintino de Araújo Nunes e um grupo de amigos. Já a data limite pontua o ano de aprovação, por parte do poder público provincial, do estatuto da Associação. Embora não corresponda na íntegra à versão original, o documento contempla as discussões tratadas na primeira década de existência da mesma, fonte fundamental ao longo de toda a trajetória do trabalho. A década de 1880 marca também a dispersão de boa parte dos sócios fundadores como veremos em momento oportuno, ocasionando, anos depois, na primeira grande crise enfrentada pela Agremiação ao longo de sua história. Em resumo, o que nos interessa aqui é tratar da primeira fase de atuação dos sócios, até então a mais obscura.

Um desafio se impôs desde o princípio: a ausência dos livros de registro da Instituição. Extraviados ao longo do tempo, nada nos restou no Arquivo da Entidade. Buscamos outros caminhos e três *corpus* documentais foram essenciais. Os ofícios encaminhados pela mesa diretora da “Cinco de Agosto” aos presidentes da província durante a década de 1870; os periódicos *O Espelho*⁴ e *O Liberal da Vigia* e o Estatuto da Sociedade “Cinco de Agosto” de 1882. Paralelo a isso, a documentação do Cartório Raiol que compõe um dos Fundos do Arquivo da “Cinco de Agosto”, não foi menos importante para recuperarmos pequenos fragmentos da vida dos membros.

Os ofícios citados preencheram, até então, uma das maiores lacunas que de certa forma inviabilizaria a escrita da dissertação, ou seja, os nomes dos sócios fundadores. A partir de agora a Instituição tinha uma “cara”. Já conhecíamos alguns. Contudo, com as assinaturas presentes nos documentos, chegamos a 30 nomes.

Ressaltamos que a “Cinco de Agosto” é uma Sociedade viva. Por isso, encontramos a necessidade de começar a narrar pelo tempo presente para que o leitor, assim, não ficasse restrito às informações do passado. Na impossibilidade, dentro das

³ É possível encontrar uma literatura vastíssima sobre essa corrente metodológica, onde destacamos: VAINFAS, Ronaldo. “Da história das mentalidades à história Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 144-158; BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar editora, 2005; HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992; HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009; EAGLETON, Terry. **A Ideia de cultura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. PENSAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

⁴ Os originais deste se encontram no Arquivo da “Cinco de Agosto”.

dimensões dessa pesquisa, de abordar os seus 140 anos de existência, deixamos o leitor informado de alguns acontecimentos da década recente. O primeiro capítulo intitulado *Entre letrados e instruídos: ressurge a sociedade “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia de Nazaré*, iniciamos com um fato trágico: o desabamento do telhado da sede. Todavia um pequeno grupo de pessoas e a colaboração do poder público possibilitaram seu renascimento. Como uma fênix, a “Cinco de Agosto” foi se recompondo, priorizando a preservação do patrimônio documental que abriga em sua sede. Atualmente vive um de seus melhores momentos. A ponte para o tempo que desejamos estudar, foi a casa do fundador, no largo da Igreja Matriz. A partir dela apresentamos a Vigia das décadas de 1870/80, quando a Câmara Municipal e certos setores da sociedade vigiense tentavam implementar medidas modernizadoras.

No segundo capítulo, a Sociedade “Cinco de Agosto” começa a ser explorada dentro dos aspectos a que nos propomos analisar. O simbolismo presente no nome da Instituição ratifica a tradição religiosa da cidade. A Entidade nasce sob a proteção da Virgem de Nazaré, estrategicamente usada para popularizá-la, causando também momentos de tensões em torno da organização do Círio e do suposto Index. Recuperamos também os seus objetivos estatutários ou, pelo menos, o que foi possível concretizar, tais como: biblioteca, externato, jornais e a filantropia.

O trabalho é finalizado com as experiências de vida e os significados que a geração fundadora atribuiu a “Cinco de Agosto” nas décadas de 1870/80. Primeiramente como espaço de sociabilidade, onde os sócios compartilhavam valores culturais semelhantes, assentados na importância do desenvolvimento da instrução. Por outro lado, vários deles tinham pretensões políticas e usaram-na estrategicamente para fins político-sociais.

I CAPÍTULO - ENTRE LETRADOS E INSTRUÍDOS: RESSURGE A “CINCO DE AGOSTO” NA CIDADE DA VIGIA DE NAZARÉ

1.3- (Res) Surge uma Sociedade Literária em Vigia.

1.1.1- A Sede social.

No ano de 1999, o que restava do telhado da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” desabou, levando consigo a sede de uma das mais antigas associações do gênero do Estado do Pará⁵. O prédio em ruínas era um sinal de uma cultura arruinada, pelo menos para aqueles moradores que, dentro das diferenças culturais de uma cidade como a Vigia da década de 1990, identificavam na “Cinco de Agosto” um bem cultural importante.⁶ A Entidade, acreditavam muitos, havia chegado ao fim após 128 anos de história.



Imagem 01: Aspectos da Sede da Sociedade “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia, sem o telhado. Foto: Renato Teodósio, 2006.

⁵ A sede social havia sido interdita em 1998 devido ao estado precário do telhado. Uma parte dele chegou a ser retirada a tempo, pois ameaçava a estrutura das casas vizinhas. ALMEIDA, Wilkler Almeida & ILDONE, José. **Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”**: levantamento histórico. Vigia: Produção Independente, 2008, p. 50.

⁶ FORTUNA, Carlos. **As cidades e as identidades**: Narrativas, patrimônios e memórias. In: WWW. Congressodacidadania.com/docs/com_14_int_cf.pdf.

No interior da casa se efetivavam os momentos mais relevantes de sociabilidade entre os sócios, principalmente por meio das sessões ordinárias e extraordinárias, e o restante da comunidade vigiense, em especial os que frequentavam periodicamente o espaço em busca dos livros da antiga biblioteca ou participando de eventos importantes, lembrados pelos moradores mais antigos ⁷. A edificação, construída ao longo da década de 1910, contribuiu para que a Instituição permanecesse viva até a atualidade. Com o acontecido em 1999, a dispersão do quadro de sócios foi praticamente inevitável.

Anos depois do fatídico acontecimento, em 13 de fevereiro de 2003, um grupo de apenas 14 sócios compareceu para a eleição da nova diretoria⁸. Com a sede interditada, reuniu-se no Clube Musical “União Vigiense”, cedido gentilmente para as reuniões da “Cinco de Agosto” nesse período. Foi esse grupo que enfrentou os desafios impostos naquele momento, na esperança de ver, num futuro próximo, a mais antiga Sociedade Literária vigiense voltar à normalidade. Entre os membros desse período predominava aqueles com formação no magistério, eram professores de disciplinas variadas que atribuíam à Entidade importância salutar para as suas vidas. Nessa sessão, que elegeu Irineu Vilela⁹ presidente, as palavras do professor José Ildone resumiram bem a situação da “Cinco de Agosto”, descrita da seguinte maneira pelo secretário no livro de atas:

O professor José Ildone Favacho Soeiro (...) expõe ainda a situação problemática da segunda mais antiga entidade cultural do Estado, cuja sede própria está só com as paredes e parte notável da biblioteca se perdeu sob as goteiras da biblioteca Municipal “Alves de Sousa”,

⁷ Nas décadas de 1970/80, por exemplo, no prédio da “Cinco de Agosto”, foram lançados livros, como o de Benedito Monteiro, realizados festivais de canção, oficinas e exposições. ALMEIDA, Wilkler Almeida & ILDONE, José. op. cit. p. 47-50.

⁸ Eis a diretoria: Irineu Rabelo Vilela (presidente), José Maria Barbosa (vice-presidente), Renato Teodósio dos Santos Rodrigues (secretário geral), José Antônio Pereira de Sousa (tesoureiro) e José Maria Vale (diretor geral). Além dos membros que compunham a diretoria, compareceram ainda os sócios Dorival Pires Palheta, José Ildone Favacho Soeiro, Nilson Pereira Raiol, Nelson Roberto Raiol, Elson Elias de Sousa, Frank Silva Raiol, José Carlos Cordeiro Barbosa e Paulo Ronaldo Monteiro da Silva. Uma assinatura está ilegível. Vale lembrar que a mesa diretora citada acima foi reeleita para os biênios 2005/2007 e 2007/2009, com a única mudança na presidência da Entidade a partir do dia 10 de setembro de 2007, quando o então presidente Irineu Vilela deixou o cargo alegando motivos profissionais, assumindo o vice, conforme documentos seguintes: **Atas das sessões da Assembleia Geral da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” para eleição da diretoria – biênio agosto de 2005 a 2007; biênio agosto de 2005 a 2007 e Ata de reunião extraordinária da Diretoria em 10 de setembro de 2007**. Livro de Atas da Sociedade “Cinco de Agosto” (junho de 2003 a março de 2011), fls. 3-5; 12-14 e 19, respectivamente. Fundo da Sociedade “Cinco de Agosto”. Série: Livros de Atas. Arquivo da Sociedade “Cinco de Agosto”. Esse Arquivo, a partir de agora, será identificado apenas com a sigla ASCA.

⁹ O mesmo é funcionário do poder judiciário e presidiu a “Cinco de Agosto” em boa parte do processo que levou à reconstrução da sede.

onde se guardavam os livros, mantendo-se assim, a situação de emergência, não solucionada pela diretoria vigente, o que exigia medidas rápidas e dinâmicas nesta eleição (...).¹⁰

O soerguimento da sede foi o objetivo prioritário dos poucos sócios da “Cinco de Agosto” a partir de 1999. Uma das primeiras iniciativas para resolver esse problema ocorreu em 2002 pelo sócio efetivo professor e advogado João Wilker Furtado Belém, o qual doou uma quantidade significativa de material de construção em prol da reconstrução da sede. Contudo, o sonho dos associados só seria realizado posteriormente.

Na sessão de posse da nova diretoria em agosto de 2005, momento em que o corpo administrativo anterior foi reeleito, a situação da sede social foi novamente enfatizada. O presidente Irineu Vilela informou aos onze sócios presentes no auditório da “União Vigiense” que havia encaminhado ofício ao poder público municipal solicitando apoio no projeto de reestruturação do prédio. Nesse instante a prefeita da Vigia, Marlene Paiva de Vasconcelos, assumiu o compromisso de ajudar a reconstruir a edificação.¹¹



Imagem 02: Fachada da nova sede da Sociedade “Cinco de Agosto” da cidade de Vigia, inaugurada em agosto de 2007. Foto: Igo Soeiro, 2009.

¹⁰ Ata da sessão da Assembleia Geral da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” para eleição da diretoria – biênio agosto de 2003 a 2005. op. cit. fl.01.

¹¹ Ata da sessão da Assembleia Geral da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” para dar posse da nova diretoria – biênio agosto de 2005 a 2007. op. cit. fls. 6-8. Na realidade os recursos para reerguer a sede da Sociedade “Cinco de Agosto” vieram da prefeitura de Vigia, do Governo Estadual e de uma emenda parlamentar do deputado estadual Nilson Pinto.

A intervenção na sede da Entidade a partir da subvenção da municipalidade transcorreu entre os anos de 2005 até meados de 2007.¹² Após várias interrupções no andamento da obra, finalmente os sócios e o povo vigiense puderam novamente contar com esse local de instrução. A solenidade de reinauguração da sede ocorreu no dia 05 de agosto de 2007¹³. Internamente o espaço ganhou um auditório com capacidade para 90 pessoas, um pequeno palco, camarim, uma sala para a biblioteca e dois banheiros. Uma exposição permanente foi distribuída ao longo do amplo corredor contando a história da instituição e seu acervo.

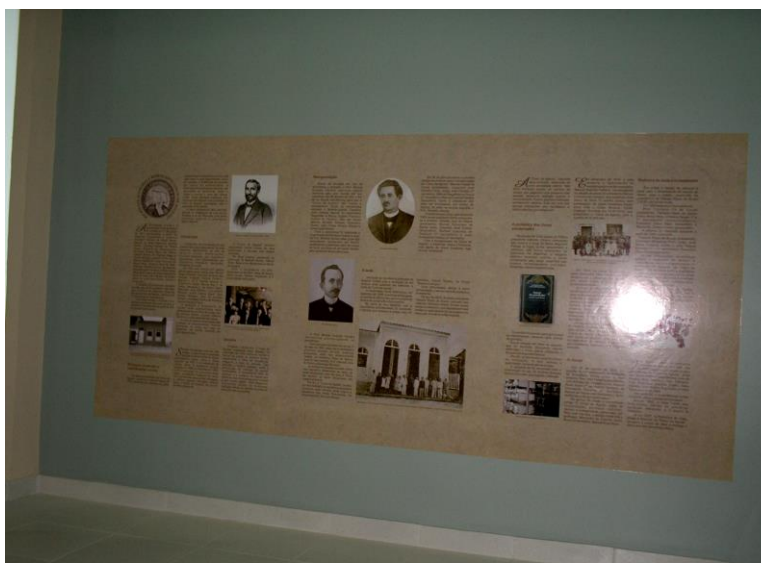


Imagem 03: Painel integrante da Exposição permanente “Memórias da Cinco de Agosto” instalada na sede reinaugurada da Entidade. Foto: Renato Teodosio, 2007.

Na efervescência da reinauguração desse espaço, a diretoria, presidida por José Maria, conseguiu junto a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em 2008, recursos para a implantação do projeto “Biblioteca Virtual”, o qual era coordenado pelo sócio Renato Teodósio. Computadores com acesso gratuito à internet foram disponibilizados

¹² A planta do novo prédio foi assinada pelo arquiteto José Freire da Silva Correia, a exposição permanente foi organizada pela arquiteta Rosa Arraes e o projeto gráfico é de Wilkler Almeida. As outras pessoas que participaram do projeto constam na Ficha Técnica, fixada em uma das paredes da sede.

¹³ Na solenidade de reinauguração da sede social da “Cinco de Agosto” compareceram 114 pessoas. O número certamente foi maior, pois nem todos assinaram o Livro de Atas. Houve apresentação musical, coquetel e discursos de várias pessoas. **Solenidade de reinauguração da sede social da Sociedade “Cinco de Agosto” em 05 de agosto de 2007.** Livro de Atas da Sociedade “Cinco de Agosto” (junho de 2003/março de 2011), op. cit. fls. 17-18.

para a comunidade vigiense.¹⁴ A diretoria tomou outras iniciativas, tais como: elaboração de uma programação semestral, criação de uma página na internet¹⁵ e realização de um concurso de poesias, ações que contribuíram para manter viva e atuante a Instituição nesse período, iniciando o processo de abertura da mesma a um público mais amplo.

1.1.2- O acervo.

Como relatamos nas páginas anteriores, a sede foi reconstruída com o empenho principalmente da diretoria e o apoio imprescindível do poder público municipal e estadual. O corpo dirigente apresentou projetos importantes beneficiando o povo vigiense, contudo o patrimônio documental, acumulado ao longo da história da Entidade, constituído por livros, incluindo obras raras, jornais antigos e documentos da própria Instituição, continuavam sem uma estrutura adequada que garantisse a sua salvaguarda. Entretanto, antes de enfatizar a trajetória dos livros, tratarei da história recente da documentação cartorária que passou a integrar o acervo da “Cinco de Agosto”, a partir de 2007.

Vi esse material pela primeira vez em junho de 2006¹⁶ quando ainda estavam no Cartório Raiol. No ano seguinte, ficaram alguns meses no Museu Municipal da Vigia e, logo após a reinauguração da sede, foram transferidos para este espaço¹⁷. Situados numa cronologia que abrange o período de 1802 a 1970, a diversidade documental dos

¹⁴ **Ata da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade “Cinco de Agosto” em 24 de agosto de 2008.** op. cit. fls. 23-24. Os recursos vindos da ALEPA, vinte mil reais, em cinco parcelas, serviram principalmente para aquisição de seis computadores, mão de obra para instalação dos mesmos, balcão, máquina e filmadora digital, um projetor e pagamento de provedor de internet pelo período de dois anos. Infelizmente, dois dos seis computadores foram roubados da sede. Em 2012 esse projeto está sendo retomado por meio do convênio de cooperação técnica assinado com o IFPA – Polo da cidade de Vigia, garantindo o envolvimento dos alunos do curso técnico de Informática com a manutenção dos computadores. O atendimento, a pesquisa e os cursos gratuitos de informática básica ainda estão sendo organizados.

¹⁵ O antigo site (www.cincodeagosto.org.br) foi desativado e hoje a instituição conta com um blog (cincodeagosto.vigia@blogspot.com), onde divulga as suas iniciativas. A programação de 2008 contava com debates sobre as obras do sócio José Ildone, apresentação da Big Band Vigia, do Instituto Arte Show Vigia e o Baile da Cinco, conforme a **Ata de reunião extraordinária da Diretoria da Sociedade “Cinco de Agosto” em 10 de setembro de 2007.** op. cit. fl. 19.

¹⁶ A pesquisa que desenvolvia nesses documentos, principalmente nos testamentos, resultou no seguinte trabalho que pode ser consultado na biblioteca da “Cinco de Agosto”: SOEIRO, Antonio Igo Palheta. **Cultura funerária na cidade de Vigia no final dos oitocentos:** transformações e permanências em torno do imaginário da morte (1860-1885). Monografia de Especialização, Belém: UFPA, 2008.

¹⁷ Segundo o tabelião Fernando Raiol, seu pai, Francisco Olavo Raiol, o qual foi sócio da “Cinco de Agosto” por mais de 40 anos, havia testado sobre a doação dos processos do cartório Raiol à biblioteca da “Cinco de Agosto”. Em 2007, isso se tornou realidade.

manuscritos do Cartório Raiol é impressionante. São dezenas de inventários, testamentos, prestação de contas de inúmeras irmandades, documentação eleitoral do final do século XIX e início do século XX, processos criminais de natureza variada, inquéritos policiais, estatutos, atas de clubes, cartas de liberdade de escravos, Livros de Nota, entre outras séries documentais, os quais representam registros preciosos do passado das vilas e cidades do nordeste paraense, pois além de Vigia, os documentos contêm informações sobre as vilas de São Caetano, Colares, Curuçá, Cintra (hoje Maracanã), Salinas e Marapanim.¹⁸



Imagem 04: Parte dos manuscritos do Cartório Raiol quando ainda estavam de posse do mesmo. Foto: Igo Soeiro, 2006.

O armazenamento em locais impróprios, como o observado na imagem acima, necessitava urgentemente de um longo processo de tratamento que levaria tempo e recursos. De 2006 para cá, felizmente, o estado de conservação dos documentos

¹⁸ SOEIRO. Antonio Igo Palheta. **O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA SOCIEDADE LITERÁRIA E BENEFICENTE “CINCO DE AGOSTO”**: estruturação de um novo espaço cultural na cidade de Vigia. Projeto de Intervenção. Especialização em Patrimônio Histórico e Cultural do Pará, Belém: UFPA-EGPA, 2010, p. 4. No blog da “Cinco de Agosto” é possível consultar o e mentário preliminar dos autos Cíveis, Crimes e Livros de Nota do século XIX. São 466 processos da área civil e 219 da área criminal somente para o século XIX.

melhorou significativamente. No rastro deles ingressei na Instituição¹⁹. Quando a diretoria, presidida pelo professor José Ildone, iniciou sua administração em agosto de 2009²⁰, priorizou-se a intervenção no acervo descrito. Num esforço conjunto, envolvendo a própria Sociedade “Cinco de Agosto”, a Câmara Municipal da Vigia²¹ e empresários locais, os recursos foram investidos e uma equipe de trabalho²² executou a higienização de todo o material.



Imagem 05: Documentos do Cartório Raiol durante o processo de classificação. Foto: Igo Soeiro, 2011.

A diretoria citada, com o apoio de outros sócios, conseguiu direcionar ações importantes principalmente com relação ao melhoramento das condições em que se encontravam os manuscritos e livros antigos. Nesse sentido, o grande avanço na

¹⁹ Oficialmente fui admitido como associado na Sociedade “Cinco de Agosto” em 24 de agosto de 2008, sempre enfatizando a necessidade de preservar os manuscritos e livros antigos da Entidade, o que em uma cidade do interior da Amazônia é tarefa bastante árdua. Mesmo diante das dificuldades normais no trabalho em preservar a memória e nunca sozinho, pois sempre contei com a ajuda de outros sócios e entidades solidárias, tais como a UFPA, o IFPA – Vigia, a Câmara Municipal e alguns empresários locais, bem como participando de editais, conseguimos através de um trabalho coletivo chegar a um resultado satisfatório no que tange ao acervo da Instituição.

²⁰ **Ata da sessão da Assembleia Geral para eleição da nova diretoria da Sociedade “Cinco de Agosto”, no biênio agosto de 2009/2011.** op. cit. fls. 25-27. O corpo administrativo ficou assim constituído: José Ildone (Presidente), Jorge Raul Lobo (vice-presidente), Paulo Cordeiro (tesoureiro) Maria de Fátima Pinheiro (secretária) e Igo Soeiro (diretor-suplente), comparecendo para votar nessa eleição 27 sócios.

²¹ Naquele instante o poder Legislativo Municipal era presidido pelo vereador Mauro Alexandre, o qual foi sensível à nossa causa.

²² Nesse primeiro momento, contamos com a participação direta dos sócios Paulo Cordeiro e Igo Soeiro, embora o primeiro tenha assumido essa missão no ano de 2010, além de seis estagiários que trabalhavam na higienização dos manuscritos. Em torno de três mil reais foram investidos com o pagamento de bolsas para os alunos, custeados pelos agentes citados. Posteriormente, a sócia Daniella Magda Santa Rosa contribuiu na classificação dos documentos.

salvaguarda do material veio com a obtenção de recursos junto a UFPA, através do Prêmio *PROEX de Arte e Cultura 2010 e 2011*. Na qualidade de aluno dessa instituição pude participar do referido Prêmio, cujo projeto intitulado “*Organização do arquivo da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia*” foi um entre os cinco contemplados na categoria Memória e Patrimônio. Com o valor obtido, estruturamos o espaço da sala da Biblioteca e Arquivo e a sala de pesquisa.²³

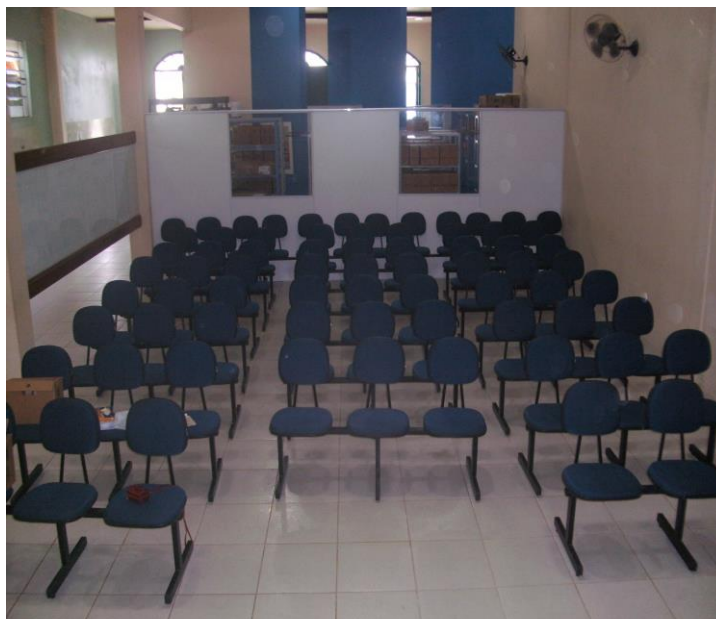


Imagem 06: No fundo do Auditório foi criada a Sala da Biblioteca e Arquivo da Sociedade “Cinco de Agosto”. Foto: Igo Soeiro, 2011.

Já no segundo projeto contemplado pelo *Prêmio PROEX*, intitulado *Digitalização do Arquivo da Sociedade “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia*, iniciado em janeiro de 2012, todos os processos do cartório Raiol serão fotografados. Isso permitirá a preservação dos documentos e fomentará as ações de socialização com alunos e demais pessoas da cidade. Das ruínas do prédio e do descaso com o acervo documental e, conseqüentemente, com a história da Vigia, permanecem iniciativas, no presente, de valorização e preservação em prol da cidadania. O Arquivo organizado transmite a sensação do dever cumprido, mesmo que parcialmente, pois sempre teremos uma etapa a cumprir no campo da memória e da história. A decisão de escrever sobre a primeira fase da presença da Sociedade “Cinco de Agosto” não surpreenderá, a partir de

²³ Com o valor do prêmio, cinco mil reais, a sala de Arquivo e Biblioteca foi montada com divisórias de Eucatex e lâminas de vidro, compramos seis estantes, quatro mesas de madeira e material para higienização.

agora, a nenhum leitor. A história que estou contando aqui foi, sem dúvida alguma, uma escolha marcada pelas experiências vividas nos últimos anos. É a trajetória de uma Instituição, seus sócios e suas experiências em um período demarcado.²⁴

Em outras palavras, faço um pouco do que Hobsbawm enfatiza em um de seus artigos chamado *Engajamento*. A causa com que o historiador está comprometido pode não atrair outros pesquisadores a suscitar questões e investigar problemas. Talvez por isso a Sociedade “Cinco de Agosto” e seu acervo sejam ainda tão desconhecidos²⁵. Mesmo que isso possa ter implicações diretas no trabalho, achamos conveniente trilhar por esse caminho, pois todos os trabalhos carregam consigo o “eu” do cientista.

A preservação desse patrimônio documental é pensada pela atual diretoria²⁶ não somente para atender as necessidades dos pesquisadores, grupo reduzido na cidade, mas também como ferramenta educacional aos professores, além de possibilitar estratégias de socialização tendo em vista a ampliação da cidadania. Assim, desejamos romper lentamente a imagem construída sobre a Sociedade “Cinco de Agosto”, ligada, quase sempre, a um espaço intelectualizado, distante do grande público, para um local de acesso democrático, dialogando com o povo vigiense e suas necessidades, onde os documentos são uma das pontes de acesso que dispomos no sentido de intervir positivamente nos problemas da sociedade vigiense atualmente.²⁷

E os livros? Recordo a primeira vez que tive contato com eles, após os acontecimentos de 1999. Era o ano de 2000 e poucos meses antes havia ingressado no curso de História da UFPA. A imagem era horrível. Centenas de livros estavam na “puxada” de uma residência, lançados, em grande parte, no chão, servindo literalmente de alimento para insetos. Anteriormente, as obras raras já haviam estado em uma sala alugada na Av. João Pessoa, atual Marcionilo Alves. A última etapa, antes de voltar

²⁴ FEEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1953, p. 21-24.

²⁵ HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 138-154.

²⁶ O Corpo administrativo da “Cinco de Agosto” para o biênio agosto de 2011/2013 está assim constituído: Igo Soeiro (presidente), Raul Lobo (vice-presidente), Adenilson Nogueira (tesoureiro), Magda Santa Rosa (secretária) e Alarico dos Santos (diretor – suplente). **Ata da sessão de eleição da nova diretoria da Sociedade “Cinco de Agosto”, no biênio agosto de 2011/2013**. Livro de Atas da Sociedade “Cinco de Agosto”, fls.10-10v (Novembro de 2010- em uso). Fundo da Sociedade “Cinco de Agosto”. Série: Livros de Atas. ASCA. Atualmente a Sociedade desenvolve os seguintes projetos: reorganização da Biblioteca da “Cinco de Agosto”, Digitalização do Acervo do Cartório Raiol, Cine da Cinco e periodicamente publicamos o relançado jornal *O Cinco de Agosto*.

²⁷ PAOLI, Maria Célia. **Memória, História e Cidadania: o Direito ao Passado**. In: <http://WWW.FAE.ufmg.br/labepeh/PREFEITURA/memoriahistoria.pdf>.

para a sede da “Cinco de Agosto”, foi uma das salas do Museu Municipal da Vigia. Em 2007, finalmente retornaram a sede.²⁸



Imagem 07: Acervo da Sociedade “Cinco de Agosto”. O camarim serviu de abrigo para boa parte dos livros e manuscritos após a reestruturação da sede. Foto: Igo Soeiro, 2009.

Enquanto a higienização e a classificação dos manuscritos do Cartório Raiol estavam em andamento, os livros voltaram a ficar em prateleiras, pois as estantes adquiridas pela própria Instituição, bem como aquelas com os recursos da primeira edição do *Prêmio PROEX*, serviram para organizar tanto os documentos, quanto os livros. Porém, havia a necessidade de se higienizar dezenas de obras²⁹. Com os livros, recebemos o apoio imprescindível do IFPA – Polo da cidade de Vigia, coordenado pela professora Solange Felicidade. Dessa instituição recebemos materiais de consumo e permanente e recursos humanos, paralelos à participação de sócios da “Cinco de Agosto”.³⁰ Em abril de 2012, a biblioteca será reinaugurada, com todos os livros catalogados.³¹

²⁸ As informações sobre o caminho percorrido pela biblioteca da “Cinco de Agosto”, de 1999 a 2007, foi traçado pelas informações coletadas com o atual vice-presidente da Entidade, Jorge Raul Barbosa Lobo, de 54 anos de idade, do Livro de Atas do período e testemunho pessoal.

²⁹ Ressaltamos que quando os mesmos estavam no Museu Municipal, alguns sócios tomaram essa iniciativa retirando o excesso de poeira de parte deles.

³⁰ As estagiárias são alunas do curso técnico de Turismo e Hospitalidade do IFPA-Vigia. Maria das Neves Albuquerque e Gissely Guimarães Barbosa trabalham sob a orientação da bibliotecária Kleise Oeiras de Almeida, enquanto os sócios da “Cinco de Agosto” que envolvidos nesse projeto foram, José Rosivaldo Fiel Sousa e Joel Sena Santos. Mesmo com o processo de reorganização da biblioteca, não deixamos de atender as pessoas que procuram a Instituição nesse período.

³¹ Destacamos ainda que a biblioteca da “Cinco de Agosto” foi a única da cidade de Vigia, contemplada pelo Edital de chamada pública, para seleção de livros, do *Programa de Ampliação e Atualização de*

Após o breve relato dos acontecimentos recentes envolvendo a Sociedade “Cinco de Agosto”, apresentamos o *locus* da entidade, a cidade de Vigia em fins do século XIX.

1.2- O núcleo urbano da cidade de Vigia em fins do XIX.

O dia 01 de outubro de 1871, provável domingo à tarde, parecia ser um dia como outro qualquer. No largo da Matriz de Nazaré, da cidade de Vigia, algumas pessoas se aproximavam da casa do professor Francisco Quintino de Araújo Nunes³². Na sala dessa residência, uma reunião oficializava a organização da Sociedade “Cinco de Agosto”. Dos janelões do casarão da família Nunes vislumbrava-se o largo da Matriz. Nele, as ruínas do Colégio dos Jesuítas testemunhavam a presença dos inacianos. Mais adiante sobressaía a imponente Igreja Matriz de Nazareth. O núcleo urbano da cidade de Vigia apresenta-se aos olhos dos homens da “Cinco de Agosto”. Na realidade eles viviam e trabalhavam nesse espaço, convivendo com homens livres e escravizados.

A casa do professor Nunes, a Sociedade “Cinco de Agosto”, o núcleo urbano da cidade de Vigia, elementos de uma história que se entrelaçam e, a partir de agora, sobre eles, passaremos a discorrer. Mas como era a Vigia dos tempos da fundação da Instituição que pretendemos estudar?

acervos de bibliotecas de acesso público do Ministério da Cultura. Ainda no primeiro semestre de 2012, a biblioteca da “Cinco de Agosto” receberá cerca de 415 novos livros, de temas bastante variados.

³² **Escritura de compra e venda da meia morada de casa de José Diogo Nunes**. Livro de Notas do Tabelião Herculano Olympio Ferreira Guimarães (1872-1880), p. 151v-153. Fundo do Cartório Raiol. Area Civil. Série: Livros de Notas. ASCA. Neste documento José Diogo Nunes, irmão do professor Nunes, vende sua meia morada de casa para Francisco de Paula Bolonha de Loureiro, representado por seu procurador Antônio Joaquim de Miranda Gama. Atualmente, essa residência ainda preserva algumas paredes da antiga casa e pertence à família Soeiro. A outra meia morada de casa era do professor Nunes, hoje completamente demolida. Segundo Ediléia Soeiro, de 68 anos de idade, a casa do professor Nunes possuía dois compartimentos, uma sala e um quarto. Na fachada existiam dois janelões e mais quatro deles na parede lateral. Um largo corredor separava e, ao mesmo tempo, unia esta casa com a de José Diogo Nunes. O acesso a ambas as residências era por meio dessa passagem.



*Imagem 08: fotogravura do largo da Igreja Matriz da cidade de Vigia em 1902. CORRÊA, José Augusto. **Chronica Planetaria: viagem a volta do mundo**. Lisboa: Typ da Empreza da Historia de Portugal, 1904, p. 485.*

Baena destaca que a população vigiense nas primeiras décadas dos oitocentos era de 5.130 habitantes. Deles 2.120 brancos, 2.681 mestiços e 329 escravos. População que vivia da agricultura, da pesca e de outras atividades de menor importância.³³ Já na década de 1870, o núcleo urbano da cidade de Vigia possuía cerca de oitocentos moradores e o meio rural doze mil³⁴. Com o aumento populacional ao longo do século XIX os moradores se distanciavam cada vez mais das margens do rio Guajará-Mirim, chegando suas moradias até a altura da atual Praça Olavo Raiol, onde se localizava o antigo cemitério. Isso fez com que a Câmara Municipal solicitasse ao governo provincial a construção de uma nova necrópole, mais distante dos vivos, como medida de higiene.³⁵

³³ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Pará, Typographia de Santos & menor, 1939, p. 378.

³⁴ **Relatório feito pelo Exm^o. Snr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Província do Grão-Pará, e entregue ao Exm^o. Snr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, por ocasião de passar-lhe a administração desta Província no dia 17 de janeiro de 1875**. Pará, Typographia de F.C. Rhossard, 1875, p. 77-78.

³⁵ **Ofício da Câmara da cidade de Vigia ao Presidente da Província do Grão-Pará contendo solicitações diversas e o Código de Postura da cidade em 1870**. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios, Caixa 309 (1870-1875), ofícios das Câmaras Municipais, doc. 55. Arquivo Público do Estado do Pará que, a partir de agora, será identificado com a sigla APEP.

Várias ruas lentamente foram abertas. Sua nomenclatura está ligada à tradição, a fatores cotidianos ou acontecimentos relevantes da história nacional. A título de exemplo citamos a Rua Primeira, margeando o Gujará-Mirim, a Rua de Nazareth, homenageando a santa mais devotada entre os vigienses; a Travessa das Almas, provavelmente por ter em seu itinerário um dos primeiros cemitérios público da cidade; a Travessa General Gurjão, personagem da Guerra do Paraguai, além das ruas São Bernardo e São Vicente, ligadas ao cotidiano marcadamente religioso.³⁶

Nesse momento, o atual bairro do Arapiranga já se encontrava em expansão. Lá onde várias rocinhas eram instaladas e a devoção a São Sebastião estava cada vez mais consolidada, incentivando os fiéis a construir uma nova capela no lugar da antiga³⁷. Até hoje essa estrutura permanece de pé, sendo local de concentração dos romeiros para o início da procissão do Círio de Nazaré da Vigia, realizada atualmente no segundo domingo de setembro.

Em Vigia existiam aproximadamente nove escolas de instrução primária “frequentadas por 279 meninos e 85 meninas”.³⁸ A instrução no final do século XIX passou a ser elemento de preocupação do poder público e isso transparece claramente nos relatórios dos presidentes da província do Pará. Era um dos poucos fatores assentados na ideia de civilização que chegavam a todas as vilas da comarca da Vigia³⁹, muito embora fosse privilégio de poucos moradores, usufruída pelos filhos das famílias com cabedais, que iniciavam as primeiras letras nas vilas e depois seguiam para a capital ou, quando possível, para outras províncias do Império.

Pelos dados populacionais apresentados anteriormente, a maior parte da população vigiense residia na área rural, onde se concentrava a base econômica da região voltada para a atividade agrícola (plantio de mandioca, arroz, café, algodão e cana de açúcar), complementada pelo comércio que ora exportava o excedente produzido na agricultura, ora o peixe salgado e seus derivados. Como a maioria das vilas da comarca da Vigia localizavam-se às margens dos rios, da extensa malha fluvial

³⁶ As ruas e travessas do núcleo urbano da cidade de Vigia, na década de 1870, foram localizadas a partir da consulta às edições dos jornais *O Espelho* e *O Liberal da Vigia*.

³⁷ MAUÉS, Raymundo Herald. **Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesialístico**. Belém: Cejup, 1995, p. 78. Ler também nota nº 50 do mesmo livro.

³⁸ **Relatório feito pelo Exm^o. Snr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo**, op. cit., 1875, p. 77-78.

³⁹ Com a aprovação da lei 674, de 21 de setembro de 1871, boa parte do que, hoje é conhecida, como região do salgado, no Nordeste paraense, passou a constituir a comarca da Vigia que segundo a lei citada “compreenderá os termos reunidos da Vigia e Cintra, desmembrados da comarca da capital, e lhe servirão de limites entre esta e a de Bragança, os mesmos dos referidos termos”. **Lei 674 de 21 de setembro de 1871**. Collecção das Leis da Província do Gram- Pará no anno de 1871, TOMO XXXIII, Parte 1^a. APEP.

da região amazônica, é natural que a atividade pesqueira integrasse a subsistência dos moradores.

Os vigienses faziam “longas excursões pelos rios e lagos da costa e do interior”,⁴⁰ usando, para isso, as vigilengas, modelo de embarcação típico da região, caracterizadas por terem duas velas, a segunda chamada de “bujarrona”, com proa e popa achatadas. Suas velas eram feitas de algodão e tingidas com cascas das árvores do mangue ou do murici. Eram úteis tanto para a pesca em alto mar (costa do Amapá) ou mais próxima da cidade, quanto para o transporte de pessoas e mercadorias em suas viagens pelos rios próximos ou para a capital da província.⁴¹



*Imagem 09: Óleo sobre tela do início do século XX feita pelo artista plástico Ramos. Destaque para as vigilengas e as construções dispostas na primeira rua da cidade. PARÁ, Secretaria Executiva de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. **Vigia: Museu Contextual**. – Belém, 2002, p. 22.*

A princípio, dois fatores podem nos ajudar a pensar a disparidade populacional campo/cidade. Primeiramente, o fato de Vigia ter sido um “município agrícola”, ou seja, a agricultura constituía a base econômica e por consequência a atividade que mais

⁴⁰ **Relatório apresentado pelo Exm^o. Snr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo**, 1875, op. cit. p. 77-78.

⁴¹ CORDEIRO, Paulo. In: *Jornal O Cinco de Agosto*, Vigia, janeiro de 2001, p. 6. Na realidade, o poder público municipal arrecadava mais com a exportação de derivados do peixe, como o grude da gurijuba que, propriamente, com os produtos agrícolas. Talvez, a maior parte desses gêneros abastecesse a população do próprio município. Ler: **Ofício da Câmara da cidade de Vigia ao Presidente da Província do Grão-Pará contendo o Orçamento da receita e despesa das rendas especiais da dita Câmara de 1877/78**. Fundo da Secretaria da Presidência da Província do Grão-Pará. Série ofícios, Caixa 357 (1876-1879), ofícios das Câmaras Municipais. APEP.

absorvia mão de obra. Já Raiol⁴² cita que o núcleo de povoamento mais antigo que depois se transformou na sede administrativa da Vigia estava situado na ponta de terra entre os rios Açaí (direita) e Tujal (esquerda) e ladeada por lodosos mangais, fatores naturais que limitavam o amplo povoamento da sede da comarca, embora, a nosso ver, houvesse possibilidade de adentrar em direção a atual estrada que oferece acesso a capital.

Quadro 01: Povoados que compunham a cidade de Vigia 1870/1880

Lugar	Nome	Situação Atual
Povoado	Porto Salvo	Ainda pertence à cidade de Vigia
Povoado	Penhalonga	Ainda pertence à cidade de Vigia
Povoados	Maracajó	Ainda pertence à cidade de Vigia
Povoados	Tubinambá	Ainda pertence à cidade de Vigia
Povoado	Guarimã	Ainda pertence à cidade de Vigia
Povoado	Barreta	Ainda pertence à cidade de Vigia
Povoado	Jenipaubá	Ainda pertence à cidade de Vigia
Lugar	Tauá	Município independente
Povoado	Tauapará	Hoje pertence à cidade de Colares

Fonte: Periódicos *O Liberal da Vigia* e *O Espelho*, além de inúmeros processos da área civil e criminal do ASCA das décadas de 1870/80.

Do total dos moradores da cidade, as pesquisas de Salles, baseadas nos Relatórios dos presidentes da Província do Grão-Pará, apontam que em Vigia existiam 798 escravos entre homens e mulheres adultos e menores, no ano de 1872. É possível que esse número fosse maior, na medida em que os senhores não matriculavam todos os seus escravos⁴³. Tal atitude era tomada para facilitar a compra/venda dos cativos, bem como sonegar impostos.⁴⁴ De qualquer forma, o número de escravos dobrou no transcorrer do século XIX, se comparado às informações coletadas em Baena. O papel

⁴² RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos**: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835 (III e IV tomo). Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 732-759.

⁴³ Ressalvamos que tal atitude era perigosa, já que sem matrícula, após a lei do Ventre Livre, o escravo poderia ser considerado um liberto.

⁴⁴ SALLES, Vicente. **O Negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004, p. 105. A cada escravo maior de 14 anos, vendido para fora do município, deveria ser pago o valor de vinte mil réis. Para os com menos de 14 anos o valor reduzia para dez mil réis. **Ofício da Câmara da cidade de Vigia ao Presidente da Província do Grão-Pará contendo o Orçamento da receita e despesa das rendas especiais da dita Câmara**. Fundo da Secretaria da Presidência da Província do Grão-Pará, Série ofícios, Caixa 366 (1880-1881), ofícios das Câmaras Municipais. APEP.

desses cativos nas inúmeras atividades de trabalho que sustentavam a economia vigiense, nas últimas décadas dos oitocentos, começa atualmente a ser conhecido com mais profundidade.

Pesquisas atuais⁴⁵ demonstram que a agricultura foi a atividade que mais absorveu o contingente de cativos em Vigia, os quais labutavam principalmente na produção de café, arroz e nos engenhos de açúcar, ajudando a abastecer o município e a província do Grão Pará ⁴⁶. Contudo os escravos participaram ativamente de outras atividades, inclusive no centro urbano. É o caso de um mulato chamado Antônio, de 19 anos, que era sapateiro, além do escravo Manoel Joaquim, cujo ofício era de calafate.⁴⁷ Vale ressaltar ainda a presença importante dos inúmeros cativos que estavam inseridos no ambiente doméstico das famílias ricas ou com recursos suficientes para comprá-los.

Dessa forma, mesmo representando menos de 10% da população vigiense nesse momento, os escravos tiveram papel importante na dinâmica de trabalho e na formação cultural do povo vigiense que, de forma alguma, pode ser negligenciada, nos ajudando a questionar a visão tradicional postulada sobre a região amazônica, unicamente extrativista, usando a mão de obra indígena⁴⁸. Uma das heranças culturais deixadas por eles à contemporaneidade foi o Carimbó, importante manifestação de lazer e resistência dentro do cotidiano da escravidão ⁴⁹, bem como a capoeira, tradição mantida ainda hoje por dois grupos locais.

Por outro lado, a composição da sociedade vigiense, no final do século XIX, contava predominantemente com pessoas de condição livre, na sua maioria pobre e

⁴⁵ SANTA ROSA, Daniella Magda Martins. **Escravidão**: atividades econômicas e libertação de escravos no município de Vigia (1870-1888). Monografia de conclusão de curso (Graduação), Universidade Federal do Pará, Faculdade de História, Belém, 2011, p. 9-21. Nessa pesquisa a autora trabalhou somente com documentos do ASCA: inventários, Cartas de manumissão, Autos Cíveis de Liberdade, chegando a identificar 253 escravos.

⁴⁶ Cito aqui dois casos de grandes proprietários de escravos na cidade de Vigia. Um deles, o do Capitão Germano Antônio Ribeiro, que antes de morrer lista em seu testamento 49 escravos no ano de 1861 e o do engenho Santo Antônio da Campina, situado na região do Tauapará, administrado pela firma Raiol & Irmãos, onde um dos donos era o Barão de Guajará. Nele, em 1874, existiam 54 escravos e quando a firma foi dissolvida, no ano de 1885, ainda restavam 25 cativos. Dentre eles, aparece o nome da escrava Domingas. Supomos que seja a mesma que concedeu entrevista para o jornal *O Liberal* na década de 1970, descrevendo a vida cotidiana nesse engenho e o difícil temperamento do Barão de Guajará. Sobre a história da região do Tauapará e do engenho Santo Antônio da Campina, ver: ALMEIDA, Wilkler. **Tauapará**. Vigia: Produção independente, 2005. Além do levantamento feito por Rosa Elizabeth Acevedo Marin, em 2003.

⁴⁷ SANTA ROSA, Daniella Magda Martins. op. cit., p. 10-14.

⁴⁸ NETO, José Maia Bezerra. **Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 15.

⁴⁹ Sobre o Carimbó e sua relação com os escravos na cidade de Vigia, consultar o primeiro capítulo do trabalho de CORDEIRO, Paulo. **Carimbó da Vigia**. Vigia: Produção Independente, 2010, p. 13-42. Com relação à participação dos atuais grupos de capoeira na sociedade e cultura vigiense, ler o jornal *O Farol*, Vigia, junho de 2011.

analfabeta. Essa massa de excluídos, mantinha-se basicamente da agricultura dos pequenos roçados de mandioca, labutando nas terras de um morador com cabedal ou envolvidos na atividade pesqueira, sem contar com as pequenas oficinas espalhadas na cidade que muito contribuía com seus produtos, tais como as ferrarias, alfaiatarias⁵⁰ e foguetarias, que empregavam e formavam uma mão de obra especializada. Destacamos ainda as pessoas que desenvolviam o ofício de carpinteiro, além dos vendedores ambulantes, como os aguadeiros⁵¹. Livres ou escravizados, eram pessoas que poderiam recorrer à filantropia das Sociedades Literárias e Beneficentes, instaladas em Vigia a partir de 1871.

Não raro, as tensões entre pessoas de condições sociais diferentes chegavam às instâncias do judiciário. Isso nos ajuda a perceber as experiências dos sujeitos sociais vigienses, seu trabalho cotidiano e a economia do município. Para exemplificar, em 1882, Rosa Maria Pinheiro recorreu à justiça para impedir que José Gregório, e outros conhecidos seus, continuassem a derrubada da floresta para fazer roçado de mandioca em suas terras no lugar “Jenipaúba”. Já no sítio “Cajueiro”, Cypriano Antônio de Menezes e Manoel Jacinto d’ Assunção desejavam impedir que Manoel Antônio do Nascimento fizesse retirada de madeira e plantasse lavouras em suas terras em 1880.⁵² A madeira extraída possuía inúmeras utilidades, já que no momento em questão boa parte do que se construía na cidade necessitava de tal matéria prima, tais como casas, cercas, pontes e embarcações.

Nas proximidades do núcleo urbano da cidade de Vigia a extração do látex se fazia presente. Sua exportação compunha uma das rendas da municipalidade⁵³. Isso evidencia que, além das pessoas que adentravam na floresta para extrair o material, trabalho normalmente feito em total precariedade, uma modesta rede de recepção e exportação firmava-se no núcleo urbano, melhorando a vidas de uns poucos comerciantes. A região conhecida como “Tupinambá”, era uma das áreas de existência de seringal. Nela, o lavrador Lourenço Justiano Roldão queixava-se à justiça acusando vários sujeitos, entre eles João Venâncio, João Pedro e Manoel Lourenço, por estarem

⁵⁰ O periódico *O Espelho* noticiou em sua edição de nº 7 de 1878: “N’uma das oficinas de alfaiataria desta cidade se talham calças com braguilha para traz e coletes com mangas”.

⁵¹ Na edição do *O Espelho* de nº 32 lemos: “a distribuição de água era feita pelo aguadeiro e estava prejudicando a ponte do lago grande”. Havia também vários poços públicos para atender a população.

⁵² **Autos de manutenção de posse**. Fundo do Cartório Raiol. Área Civil. Série: Manutenção de Posse, ASCA.

⁵³ **Ofício da Câmara da cidade de Vigia ao Presidente da Província do Grão-Pará contendo o as Receitas e Despesas dos anos 1877/78**. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série ofícios, Caixa 357 (1876-1879) - ofícios das Câmaras Municipais. APEP.

“fazendo barracas de seringa, abrindo estradas, extraindo leite das seringueiras, derrubando mattos, etc”.⁵⁴

A cidade de Vigia, no final dos oitocentos, ainda contava com uma expressiva rede comercial. Os artigos da capital eram trazidos para o interior e vendidos nas casas comerciais situadas principalmente no centro urbano, bem como em pequenas tabernas nos povoados mata adentro⁵⁵. Nesse sentido, “comerciantes, como o seu Miranda Gama traziam mercadorias de Belém para vender em sua loja (...)”⁵⁶. Isso possibilitou a vários comerciantes locais o acúmulo de certos recursos e a convivência frequente na capital da província, cuja *urbe* transformava-se a partir de uma política modernizadora.

Pelo que podemos concluir, a elite vigiense era formada pelos grandes fazendeiros, alguns poucos seringalistas, comerciantes ligados à exportação do peixe e outros gêneros, e por alguns funcionários da burocracia do estado e da Igreja Católica.

Em fins dos oitocentos, ampliava-se praticamente em todo o império o número de profissionais liberais. Eram juízes, promotores, tabeliões, procuradores, delegados literatos, advogados, professores, políticos, poetas, redatores de jornais, militares, entre outros, que formavam, nos centros urbanos, um grupo de intelectuais nem sempre com grandes recursos. Alguns deles, inclusive vigienses, eram bacharéis (alguns tinham uma formação menos criteriosa), que acabavam sendo absorvidos pelos cargos públicos ou, se mantinham desejosos de obtê-los. Não obstante fossem grupos políticos-jurídicos minoritários, exerciam influência decisiva nos acontecimentos do Império. Alguns conseguiram projetar ao longo da vida uma promissora carreira política. Normalmente foram os mais obcecados pelas ideias de civilização e as defendiam veementemente através das medidas civilizadoras, cooptando também grande parte da antiga elite agrária, bem como das instâncias do poder público que, em grande parte, eles mesmos ocupavam⁵⁷.

⁵⁴ **Processo em que Lourenço Justiano Roldão acusa vários sujeitos de Crime de dano em sua propriedade.** Fundo Cartório Raiol. Área Civil. Série: Crime de Dano, Caixa 06 (1886- 1887). ASCA.

⁵⁵ Inúmeros processos da área civil do ASCA, tais como as Ações de 10 dias dão mostras da movimentação comercial entre Vigia e Belém.

⁵⁶ Jornal *O Espelho*. Nº 07, 13/10/1878, p.2.

⁵⁷ VAINFAS. Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 68-69.

1.2.1 Vigia se moderniza (1870/1882).

A civilização precisava ser a meta do ensino e da formação profissional; implementada nos hábitos e costumes da população como um todo; exposta na aparência das cidades, em seu traçado, nas áreas de lazer e de serviços urbanos básicos. Enfim, precisava estar presente em todos os aspectos da sociedade, moldando os valores, as normas e os padrões não apenas das elites, mas também dos homens e mulheres livres.⁵⁸

Sugestiva a citação de Abreu, ao pensar a cidade e seus moradores no limiar do século XIX. Ela evidencia a visão de mundo e o comportamento cultural de boa parte da elite nos centros urbanos do Brasil imperial e a província do Grão-Pará não era exceção. As medidas modernizadoras que tinham como pano de fundo a ideia de civilização, gestada na Europa, estavam muito distantes da realidade da maioria da população que compunha a jovem nação brasileira, a qual havia poucas décadas ainda tinha *status* de colônia.

Civilizar era um grande desafio para os seus promotores e meta difícil de ser atingida principalmente quando consideramos os quatro séculos de cruzamentos de múltiplas culturas em território amazônico, proporcionando hábitos híbridos, distantes da cultura desejada pelos agentes civilizadores. Nas cidades interioranas, os poucos recursos, das Câmaras Municipais e a dispersão populacional limitavam bastante a concretização desse projeto.

Na abordagem de Elias⁵⁹, o conceito de civilização é identificado por um conjunto de fatores que automaticamente formula uma maneira civilizada e outra incivilizada de viver em sociedade, expressado de diversas formas, tais como: tipo de habitação, nível tecnológico, conhecimento científico, costumes, ideias religiosas, preparo dos alimentos, maneiras de se vestir, entre outras. Para esse autor, o conceito de civilização amplamente usado pelas nações europeias, como Alemanha, Inglaterra e França, serviu para dar consciência aos moradores do ocidente sobre sua própria imagem, superior a sociedades predecessoras e diferente das contemporâneas e seus hábitos primitivos, ou seja, foi elemento de distinção entre povos diferentes.

⁵⁸ ABREU, Marta. “Civilização”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 142.

⁵⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 23-24.

Nas cidades brasileiras de fins do século XIX, vários setores da sociedade pensaram em transformar suas cidades a partir desses pressupostos. Na Amazônia, a materialização de grande parte do projeto modernizador realizado, só foi possível graças aos recursos financeiros oriundos da economia gomífera, os quais, somados aos empréstimos internacionais feitos pelo Estado, proporcionaram o investimento de grandes somas de recursos, usados pela elite governante na implementação das medidas modernizadoras, em profundo contraste com a realidade vivenciada na região.⁶⁰

Nessa conjuntura, Belém e Manaus⁶¹ foram as cidades que mais sofreram intervenções urbanas, num esforço de aproximá-las aos moldes da realidade de Paris. Além de reordenar e especializar o espaço citadino, era necessário civilizar inculcando novos valores culturais na população amazônica, através da imposição de um novo padrão de comportamento que incluía também regras de higiene. Acreditava-se que a disciplina dos moradores poderia ser assegurada intensificando a vigilância. Aos olhos da elite gomífera e dos investidores estrangeiros que em Belém vinham negociar, essas medidas passariam uma ideia de que a capital do Pará era bonita, salubre e segura.⁶²

Em Belém, as iniciativas modernizadoras foram significativas e marcaram a administração do intendente Antônio Lemos. Ressaltamos, como principais expressões da ideia de civilização, a criação dos Códigos de Postura, com o objetivo de disciplinar e controlar os hábitos da população; a reforma urbana cujos símbolos maiores foram o alargamento, calçamento e arborização das ruas; o saneamento da cidade, a criação de espaços de sociabilidade e lazer, ao gosto da elite, como os cafés, cinemas, teatros, bosques, parques e quiosques; a construção de prédios suntuosos; a instalação do sistema de energia elétrica e dos bondes elétricos, além do próprio vestuário refinado seguindo os padrões desfilados nas ruas de Paris.⁶³

O poder público, assim, almejava transformar a aparência e o traçado da cidade e estabelecia mecanismos para disciplinar o comportamento dos moradores da *urbe*, enquanto que os jovens amantes das letras frequentavam espaços como os já

⁶⁰ SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010, p. 91-139.

⁶¹ Para a compreensão das políticas públicas, na modernização do espaço da cidade de Manaus, na virada do século XIX para o XX e suas contradições no cotidiano da cidade, ler: DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus (1890-1920)**. 2ª ed., Manaus: Valer, 2007.

⁶² SARGES, Maria de Nazaré. “A cidade de Belém no tempo da Borracha”. In: FONTES, Edilza (org.) **Contando a História do Pará: Os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (séc. XX)**, Belém: E.Motion, 2002, p. 4-5.

⁶³ SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**, op. cit. p. 143-198.

relacionados e se organizavam em torno das Sociedades Literárias. Todavia, compreender como em terras vigienses os vários setores da população vivenciaram essas medidas, é ponto importante para a discussão aqui proposta.

Na cidade de Vigia, mesmo com uma economia bem mais modesta em relação às grandes capitais da Amazônia, é possível identificar a presença das ideias modernizadoras. Os agentes da modernização na cidade eram representados pela municipalidade e por um pequeno grupo heterogêneo em termos de condição social, que buscavam incessantemente modificar o espaço e os modos de vida dos moradores do município.

A esse respeito, o Paço da Câmara municipal da Vigia, presidido pelo vereador Geraldo Ferreira Bentes, editou em junho de 1870, uma Postura especial que deliberava sobre a construção de casas e currais, além de normatizar a feitura dos roçados. Diz o documento:

Art 1º – É abertamente proibido a construção de casas em forma de meia agua dentro da cidade, devendo ser de comieira ou outra qualquer forma de architectura própria dos prédios urbanos: o infractor incorrerá na multa de 10\$rs ou 5 dias de prisão, sendo obrigado a demolir a obra que tiver feito.

Art 2º – É igualmente proibido o ter casas dentro da cidade com tapagem de palha; os proprietários que dentro do prazo de seis mezes não fizerem substituir a palha por barro ou parede, será multado em 10\$rs ou 5 dias de prisão, sendo constringido a tapala pela forma indicada.

Art 3º – Fica assim mais proibido levantar corraes nas embocaduras dos rios, e em toda a costa deste município, desde o rio Mocajuba até o rio Tauá: os infractores serão multados em 30\$rs ou 8 dias de prisão e obrigados a demolir taes corraes.

Art 4º – Os possuidores de terrenos quer próprios ou alforados, que ficão lateraes das estradas, são obrigados a conservar as testadas dos ditos terrenos sempre limpa e desembaraçadas: as que não cumprirem esta disposição serão multados em 10\$reis ou cinco dias de prisão e obrigados a limpa-las.

Art. 5º – Todo o pessoal que fizer roçado nos lados das estradas publicas que não contiver 10 dez braças de distancia das mesmas, será multado em 10\$ réis ou cinco dias de prisão.

Paço da Câmara Municipal da Vigia, 1 de junho de 1870. ⁶⁴

A disciplinarização da urbe por parte do poder público, com a nova forma de arquitetura das casas, propôs a segregação do espaço, sem sabermos com exatidão se

⁶⁴ **Ofício da Câmara da cidade de Vigia ao Presidente da Província do Grão-Pará contendo solicitações diversas e o Código de Postura da cidade em 1870.** op. cit.

realmente todos os artigos da legislação foram efetivados, pois os moradores que não tinham condições financeiras de cumprir o prescrito provavelmente resistiram.



Imagem 10: fotogravura da Rua de Nazareth da cidade de Vigia em 1902. CORRÊA, José Augusto. op. cit. p. 489. A arquitetura das casas foi sendo adaptada lentamente, mas a falta de calçamento na rua atestam os limites da modernização.

A preocupação em se estabelecer uma boa aparência para a cidade era nítida. A presença dos currais, armadilhas para capturar peixes pequenos e mariscos, deveria estar afastada dos olhos dos moradores e daqueles que visitavam a cidade. Considerado um hábito primitivo, não condizia com o modelo de sociedade desejado por boa parte da elite governante. Outro aspecto está relacionado à higiene. Como as ruas e caminhos não possuíam qualquer tipo de calçamento, os donos de terrenos deveriam zelar em mantê-los limpos, assim como o poder público que direcionava recursos para melhorar a aparência das ruas, praças e travessas da cidade, mantendo-as limpas, além de frequentemente realizar o esgotamento de pântanos.

Na prática o código de posturas não ficou apenas restrito ao papel. Havia fiscais pagos pela Câmara municipal para cumprir o estabelecido, chegando a multar várias pessoas em decorrência do descumprimento da Postura municipal. Até mesmo deixar cão solto pelas ruas de Vigia era passível de punição para o proprietário do animal nesse

período.⁶⁵ Dentro de suas possibilidades, a municipalidade buscava colocar em prática medidas essenciais para melhorar a aparência do núcleo urbano, disciplinando o comportamento de seus moradores.

O vigiense José Augusto Corrêa, em sua viagem à volta do mundo, iniciada em 1902, escreveu sobre sua passagem pela terra natal em agosto do referido ano. Segundo ele, a cidade possuía “dez ruas, três mil e cem habitantes, cinco escolas públicas, dois cemitérios e dois monumentos⁶⁶”, completando em seguida:

O aspecto interior da povoação é desolador; parece uma terra abandonada. Ruas bem alinhadas, mas cheias de pedras e de capim, por onde livremente pastam os animais. Ladeiam-n’as pequenas casas, muitas das quais estão em completa ruína. Há espaços ocupados por simples estacarias. Vê-se que os interesses locais foram completamente descurados, não só pelo governo estadual, mas também pela municipalidade (...).⁶⁷

As impressões do autor, mesmo um pouco distantes do momento em que desejamos retratar a cidade de Vigia, são de grande utilidade para pontuarmos os limites da modernidade que o poder público desejava concretizar em fins dos oitocentos. A Vigia, no olhar de um viajante, era diferente da intenção que os documentos oficiais possibilitam compreender.

Os vereadores da cidade cumpriam o seu papel e listaram algumas das “necessidades mais urgentes” do município que esperavam ser atendidas pelo presidente da província, já que a diminuta receita atestada pelos balancetes trimestrais praticamente inviabilizavam a feitura de obras de grande porte. Nele, solicitavam à instalação de uma cadeira de ensino secundário, para atender os jovens estudantes do ensino primário, cujos pais não tinham condições de encaminhá-los para a capital.⁶⁸ A instrução era o elemento fundamental pelo qual o homem civilizado agiria conscientemente na sociedade. Pelo menos até 1902, os vigienses que desejassem continuar no mundo das letras, após a conclusão do ensino primário, teriam que se transferir para a capital, pois a

⁶⁵ **Receita da Câmara Municipal da Cidade de Vigia para o ano de 1871.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província, Série: Ofícios, Caixa 309 (1870-1875)- ofícios das Câmaras Municipais. APEP.

⁶⁶ Os monumentos eram a Igreja Matriz e a capela do Bom Jesus dos Passos.

⁶⁷ CORRÊA, José Augusto. op. cit. p. 498-500.

⁶⁸ **Ofício da Câmara da cidade de Vigia ao Presidente da Província do Grão-Pará contendo o Código de Postura da cidade em 1870.** op. cit.

solicitação da Câmara não foi prontamente atendida ⁶⁹. O aspecto educacional será detalhado no próximo capítulo.



Imagem 11: fotografia do núcleo urbano da cidade de Vigia por volta de 1960. Destaque para a primeira rua da cidade a beira-mar e as poucas construções em alvenaria. Algumas delas ainda remanescentes do final do XIX. Em contraste temos a densa floresta amazônica. Acervo da família Belém.

A Câmara propôs ainda em 1870 a “construção de um cemitério, em lugar retirado, visto achar-se o que actualmente serve dentro desta cidade”. O primeiro cemitério público da Vigia estava localizado nas proximidades da atual Praça Olavo Raiol e recebeu os sepultamentos até início da década de 1870. Com o crescimento populacional esse cemitério foi “engolido” pelos vivos⁷⁰. Isso justifica o pedido da Câmara Municipal de um novo local para servir de necrópole mais afastado dos moradores. Distanciar o local de sepultamento da população era uma medida de saúde pública e sinal de uma sociedade civilizada. O pedido foi atendido dois anos depois. A construção se fez às proximidades do terreno onde hoje se encontra a caixa d’água da COSANPA e recebeu o nome de Soledade. ⁷¹

Outra preocupação da municipalidade nessa época era com relação à iluminação pública, de incontestável utilidade para os moradores da *urbe* e, certamente, símbolo da

⁶⁹ CORRÊA, José Augusto. op. cit. p. 500.

⁷⁰ SOEIRO, Antonio Igo Palheta. **Cultura funerária na cidade de vigia no final dos oitocentos: transformações e permanências em torno do imaginário da morte (1860-1885)**. Monografia de especialização, Belém: UFPA, 2008, p. 28-30.

⁷¹ **Relatório feito pelo Exm^o Snr. Barão da Villa da Barra, Presidente da Província do Grão-Pará, e entregue ao Exm^o. Snr. Barão de Santarém por ocasião de passar-lhe a administração desta Província no ano de 1872**, Typ. do Diário do Gram-Pará, p. 49-50.

modernidade, afastando os moradores da escuridão. Se na capital da província a rede elétrica e os bondes começavam a fazer parte da paisagem dos bairros nobres, a realidade dos moradores de Vigia estava ainda com os lampiões e, mesmo assim, o poder público tinha dificuldade de mantê-los funcionando, solicitando ao governo provincial que custeasse as despesas dos quarenta lampiões existentes. Anos depois, a própria Câmara reservava parte de sua receita para manter a cidade iluminada, cuidando também da limpeza de praças, estradas e travessas, além do calçamento de algumas ruas e do esgotamento de pântanos.⁷²

Vigia, como sede da Comarca, possuía uma posição de vanguarda em relação às outras vilas da região, em se tratando de iniciativas ligadas a concretização da almejada civilização. Se considerarmos o lugar denominado de Tauá, a vila de São Caetano de Odivelas, a vila de Colares, a vila de Cintra e a de Curuçá, nenhuma delas vivenciava, no final do século XIX, transformações em seus espaços, mesmo que modestamente, tal como observamos no núcleo urbano de Vigia que, ainda contava com espaços de sociabilidade como as Sociedades Literárias, Teatrais e Recreativas.⁷³

Ainda considerando as modificações estruturais, a Assembleia Legislativa provincial destinou recursos, em fins de 1881, para a construção da ponte de madeira sobre o igarapé da Rocinha, que acreditamos ser o “lago grande”, o qual criava um obstáculo natural entre a cidade e o bairro do Arapiranga.⁷⁴

⁷² **Ofício da Câmara da cidade de Vigia ao presidente da Província contendo o Orçamento das Receitas e Despesas da dita Câmara para os anos de 1880/81.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província do Grão Pará. Série Ofícios. Caixa 366 (1880/81), ofício das Câmaras Municipais. APEP.

⁷³ *Jornal O Espelho*. Vigia, nº 33, de 18/05/1879, p. 1-2. Nessa edição consta uma descrição da vila de São Caetano. Já as vilas de Cintra e Curuçá ler: **Relatorio feito pelo Exmº. Snr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, 1875**, op. cit., p. 77. O atual município do Tauá é tratado na documentação cartorária apenas pelo nome de lugar, possivelmente era uma pequena povoação em fins do século XIX, assim como Colares.

⁷⁴ **Ofício da Câmara da cidade de Vigia ao presidente da Província contendo a Receita e a Despesa da dita Câmara para os anos de 1881/82.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província do Grão Pará. Série Ofícios. Caixa 396 (1882), ofício das Câmaras Municipais. APEP. **Lei n. 1093 de 07 de Novembro de 1882 que autoriza a conclusão da ponte de madeira entre a Vigia e Arapiranga.** Collecção das Leis da Província do Gram – Pará, Tomo XLVI, 1882, parte 1ª, APEP.

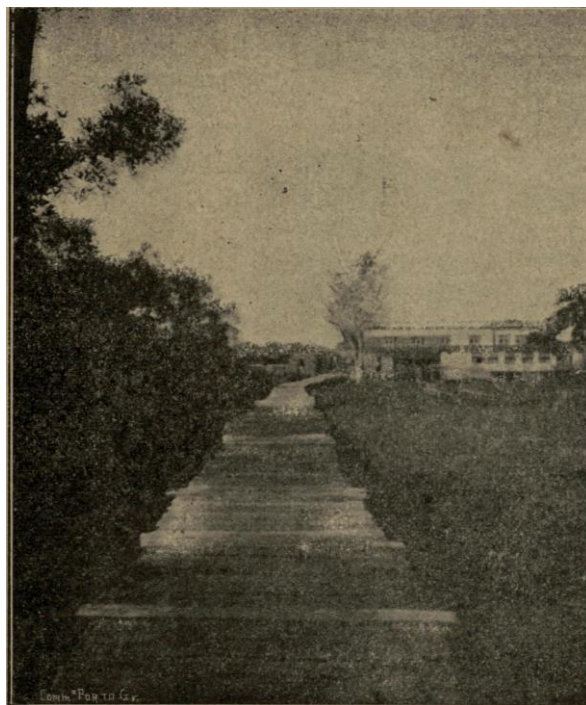


Imagem 12: fotogravura da Ponte do Arapiranga na cidade de Vigia em 1902. CORRÊA, José Augusto. op. cit. p. 485. Nesse momento a ponte sobrepunha o igarapé da Rocinha na direção da Rua de Nazareth e não onde hoje se encontra.

É possível que o grande marco da afirmação do poder público em Vigia tenha sido a construção do novo Paço municipal de cidade, obra claramente inserida em melhorar o aspecto urbano, no final do século XIX. Vale lembrar que, principalmente a partir da chegada da Família Real no Rio de Janeiro, em 1808, era nessa nobre casa ou em torno dela que os atos públicos eram realizados, apresentando-se como um novo local de sociabilidade principalmente entre os membros da elite, “em torno do qual se passou a orbitar a vida da cidade”.⁷⁵ Outrora, as Câmaras municipais eram instaladas em casas alugadas ou em modestos espaços. Em 1882 a Assembleia Legislativa provincial assim se referiu ao novo prédio:

Art 1º. É autorizado o presidente da província a mandar levantar a planta e fazer o orçamento da despesa com a edificação de um prédio nobre, com proporções de capacidade e solidez, para servir de paço municipal e de cadêa da Vigia.⁷⁶

⁷⁵ VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. op. cit., p. 558.

⁷⁶ **Lei nº 1097 de 07 de novembro de 1882 que autorisa a presidência á mandar levantar planta e fazer o orçamento do paço municipal da Vigia.** Collecção das Leis da Província do Gram – Pará, Tomo XLVI, 1882, parte 1ª.



Imagem 13: fotogravura da Intendência Municipal da cidade de Vigia em 1902. CORRÊA, José Augusto. *op. cit.* p. 481.

Além do exposto, o início da abertura da estrada que possibilitou a comunicação terrestre entre a colônia de Benevides e a cidade de Vigia foi relevante, amplamente destacado pela imprensa local, no sentido de “vender” à população da comarca e ao leitor de outras partes da província do Pará, que a cidade de Vigia ingressava, cada vez mais, no mundo civilizado.⁷⁷ O periódico *O Espelho*, assim estampou, em destaque, na primeira página de uma de suas edições: “15 de outubro de 1878 - Eis uma data memorável para todo aquelle que alimenta n’alma o nobre sentimento de progresso”⁷⁸. Na mesma matéria, os membros da “comissão exploradora dos terrenos que medeiam entre a capital de Belém e esta cidade” são chamados de “obreiros do progresso”, cujo maior responsável seria o presidente da província, que foi enaltecido por tal iniciativa.

O progresso a que os redatores se referem está relacionado com o desenvolvimento econômico, reordenação e especialização do espaço citadino pensado por setores da elite.⁷⁹ Neste sentido, a obra citada possibilitaria outro canal de

⁷⁷ As primeiras notícias de que dispomos sobre a abertura desta estrada são mais antigas, constando no **Relatório do Barão de Santarém**, 2º Vice-Presidente da Província, de 18 de abril de 1873. Contudo, efetivamente as obras de abertura do ramal só começam no ano de 1878, adentrando o de 1879, como constatamos nas seguintes edições do periódico *O Espelho*, nº 9, p. 2; nº 10, p. 3; nº 11, p. 1-2, nº 25, p. 3; nº 32, p. 2.

⁷⁸ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 11, de 17/11/ 1878, p. 1-2.

⁷⁹ SARGES, Maria de Nazaré. **A cidade de Belém no tempo da borracha**. *op. cit.*, p. 4.

comunicação com a capital, rompendo a barreira imposta pela floresta para o aumento da circulação comercial e aproximaria ainda mais a cidade de Vigia de um dos centros importantes da cultura modernizadora.

Assim, a chegada em Vigia dos “obreiros do progresso” foi um grande marco. Uma festa foi organizada e uma passeata percorreu a primeira rua da cidade, à beira-mar, acompanhada pelo povo e pela presença de ilustres personalidades locais, entre redatores de jornais, professores e membros de Sociedades Literárias, os quais davam VIVAS ao progresso e à civilização, proferiam acalorados discursos, recitando e distribuindo poesias, tudo isso sob girandolas de fogos. A caminhada transpôs a ponte do “lago grande” e chegou até a rocinha de Felix José de Carvalho, onde foi encerrado ato.⁸⁰

José Augusto Corrêa, em sua viagem circular planetária de 1902, atribuiu a penúria de Vigia não somente ao abandono da agricultura, do comércio e da indústria pelos governantes e moradores, mas também à inexistência de um canal de comunicação térreo que permitisse o contato entre Vigia e a Capital.⁸¹ Na realidade, o que a leitura atenta das páginas do *O Espelho* permite entender sobre o ramal, é que ele foi iniciado, chegando até as proximidades do Tauá. Mesmo em 1902, Augusto Corrêa não o viu concluído. Os redatores desse periódico passavam para o leitor a imagem de uma Vigia às vezes distante da realidade.

Como parte dessa movimentação estrutural e cultural, é salutar pensar sobre o papel dos Cafés na vida pública, principalmente da elite letrada e econômica das cidades. Sennette,⁸² ao se debruçar sobre a maneira de como os grupos em ascensão na Inglaterra e na França do século XVIII, deveriam se comportar e com isso suscitar valores públicos, enfatiza, entre outros elementos, o papel desses espaços na vida pública da elite europeia. Local de conversa civilizada, amizades, centro de reunião e leitura de jornais, funcionavam como verdadeiros centros de informações aos frequentadores. Embora retratando um contexto diferente, a reflexão desse autor é importante para nossa argumentação.

⁸⁰ Jornal *O Espelho*, n.º 11, de 17/11 1878, p. 2-3. Acompanhava a comitiva Bertoldo Nunes, diretor do jornal *O Liberal da Vigia*, o professor Bezerra de Albuquerque, o qual proferiu discurso e elaborou a poesia “Obreiros do progresso”. Ainda discursaram Roque Pinheiro e os redatores do *O Espelho* (Vasconcelos Palheta e Augusto Pinheiro), representando três Sociedades vigienses do período (Cinco de Agosto, Treze de Dezembro e Philo-Scenica). A comissão dos festejos foi representada pelo senhor Manoel Felipe da Costa.

⁸¹ CORRÊA, José Augusto. op. cit. p. 502.

⁸² SENNETTE, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.118.

Sobre isso, acompanhamos a notícia que transcrevemos a seguir, publicada num jornal vigiense:

A semana que hoje finda correu muito bem e nada ocorreu de grande importância.

Esta localidade acha-se presentemente n'um estado triste e nenhuma distração há, a não ser o *Café Social* que offerece aos circumstanes algumas horas de distração, quer aos que jogam, quer aos que palestram.⁸³

A notícia do Café Social existente em Vigia, aparentemente apresenta, semelhanças aos da Europa, no qual certos grupos locais iam jogar, debater os acontecimentos e, talvez, discutir as notícias estampadas nos periódicos de circulação local e da província. Contudo parece sensato dizer que, em uma cidade interiorana, esses espaços eram bem modestos e que o proprietário os nomeava como tal, no sentido de conferir-lhes identificação com os da capital. Já em Belém, havia vários desses estabelecimentos criados em fins do século XIX, tais como o Café Chic, o Café da Paz, o Café Madri e o Café Riche, os quais, além de centros de diversão, representavam também um espaço de discussão política.⁸⁴

Na trama cotidiana, a imprensa periódica foi um dos grandes veículos propagadores das ideias de civilização no Brasil. Nas décadas de 70 e 80 dos oitocentos, vários jornais circulavam na cidade de Vigia⁸⁵, dentre os quais, a dois, temos acesso a várias edições: *O Liberal da Vigia* e *O Espelho*. O último foi o grande porta-voz das ideias civilizadoras e crítico ferrenho dos hábitos incivilizados, como o de fumar tabaco de corda, o comportamento inadequado em locais públicos como usar chapéu no cemitério⁸⁶, o descaso com a instrução por parte da mocidade, além da prática da pajelança. As notícias de um pajé nas cabeceiras do rio Guarimã, que se punha, com seu maracá, a dançar, cantar e brincar em volta de inúmeras pessoas ou a visita do menino encantado de Muaná ao povoado de Penhalonga, foram noticiadas com tom de

⁸³ Jornal *O Espelho*, Vigia, nº 09, de 27/10/1878, p. 1. Este estabelecimento pertenceu a Genuíno Manoel Seabra Nunes, sócio da “Cinco de Agosto”, que desejava vendê-lo em meados de 1877. Jornal *O Liberal da Vigia*, Vigia, nº 11, de 07/09/1877, p. 5

⁸⁴ SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. op. cit., p. 113.

⁸⁵ **Jornais Paraoaras: catálogo**. Belém, Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

⁸⁶ Sobre isso consultar as 39 edições do periódico citado.

desagrado pelos redatores do semanário. Até mesmo na localidade do Maracajó havia a suspeita de viver uma feiticeira.⁸⁷

Além disso, outra Vigia surge a partir da consulta de séries documentais da Área Criminal. Os processos normalmente envolvendo pessoas de baixa condição social, demonstram um comportamento distante dos hábitos civilizados que tanto os jornais e os homens letrados desejavam propagar e, às vezes, transmitir a ideia de que a maioria dos moradores seguiam plenamente. Litígios desembocavam em ferimentos leves e graves; homicídios, homens que defloravam mulheres, práticas de roubo, invasões a propriedades alheias e injúrias avultam da documentação cartorária.⁸⁸ Até mesmo nas eleições primárias do ano de 1877, um grupo de cerca de 30 homens armados de “paú e faca”, liderados por Talismam José de Farias, invadiram a Igreja Matriz, onde estava se procedendo a eleição. O chefe do bando assim ordenou o ataque: “avancem, camaradas! Deem cacetadas, matem esses conservadores e arrebatem essa urna para fora !!”⁸⁹

Pelo que foi apresentado, é um exagero afirmar que a cidade de Vigia tenha vivido o fenômeno da *belle-époque* entre as décadas de 1870/80, ante a ausência de elementos essenciais para sua concretização⁹⁰. Todavia é perceptível que pelo menos a sede da cidade passava por um processo de organização de sua estrutura, bem como a criação de novos espaços de convivência frequentados por certos grupos de pessoas.

Paralelamente às ações empreendidas pela municipalidade, em Vigia, é criada, em 1871, a Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”, instituição que nos propomos a analisar mais detidamente, a partir de agora.

⁸⁷ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “A feiticeira do rio Maracajó: notas sobre uma acusação de feitiçaria na Vigia oitocentista”. In: MARIN, Rosa (Org.). **A Escrita da História Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 153-167.

⁸⁸ Apenas para as décadas de 1870 /80, encontramos 62 processos envolvendo diversos tipos de transgressão ao Código Criminal, envolvendo principalmente moradores da cidade de Vigia, sem contar com os casos que não chegaram até os tribunais.

⁸⁹ **Autos crime para inquérito policial para sumário de culpa envolvendo Talismam José de Farias e outros**. Fundo Cartório Raiol. Área Crime. Série: Ferimentos Leves e Graves. Caixa 01 (1831-1879). ASCA.

⁹⁰ Tais como: energia elétrica, modos de trajar, construções suntuosas, etc.

II CAPÍTULO- A SOCIEDADE LITERÁRIA E BENEFICENTE “CINCO DE AGOSTO” (1871-1882).

2.1- O Simbolismo da Sociedade “Cinco de Agosto”: tensões e aproximações com a Igreja Católica.

Iniciamos a escrita deste trabalho com o “renascimento” da Sociedade “Cinco de Agosto”. Do desabamento do telhado em 1999 à reinauguração da sede em 2007, quase uma década se passou com grandes dificuldades superadas pelos poucos associados que restaram.

Contudo a história da Entidade tem início em 01 de outubro de 1871, quando foi oficializada a sua fundação⁹¹. Nesse momento, um grupo de aproximadamente 30 homens, reunidos na casa do professor Francisco Quintino de Araújo Nunes fundaram-na no largo da Matriz de Vigia. Prioritariamente, desejavam desenvolver a instrução e praticar a beneficência.

O primeiro passo então a partir das primeiras reuniões era nomear a Instituição que se propunham a organizar, ou seja, como ela deveria ser chamada e conhecida entre os vigienses. Os membros fundadores, reunidos na residência do conhecido professor Nunes, escolheram o de Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”.

A trajetória que nos propomos apresentar a partir de agora pretende discutir a primeira fase de atuação dessa Entidade. Optamos, como ponto de partida, explorar o universo simbólico e ritual presente não somente na denominação “Cinco de Agosto”, mas também nas formas pelas quais os sócios se apresentavam na sociedade vigiense de antanho. Isso desencadeou momentos de aproximações e outros de tensões com os representantes da Igreja Católica.

2.1.1 - Denominação e simbolismo: estratégias de popularização.

Muitas vezes damos pouca importância ao ato de nomear uma entidade, seja ela de que natureza for. Mas, no caso específico, a escolha de tal nome não foi aleatória,

⁹¹ **Ofício encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da Província em 03 de agosto de 1873.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Caixa 312 (1870-1879), Ofícios de diversas sociedades, doc. 34. Nesse documento, a data citada acima é mencionada.

pois, anualmente, na cidade de Vigia do final dos oitocentos, o dia cinco de agosto era destinado à celebração do Círio de Nossa Senhora de Nazaré.⁹²

A devoção nazarena em terras amazônicas tem início no século XVII. As pesquisas indicam a vila de Vigia como o primeiro centro devocional da Virgem de Nazaré, cujo culto, com o passar do tempo, irradiou-se para outras cidades, inclusive Belém. Já o local onde o primeiro Círio foi realizado é uma discussão irrelevante para os propósitos de nosso trabalho.⁹³

Em 1871, o Círio de Nazareth já era comprovadamente uma prática cultural com certa antiguidade, enraizada nos costumes da sociedade vigiense, aceito e vivenciado por parcela significativa dos moradores, ou seja, era uma tradição.⁹⁴

Aproximar a “Cinco de Agosto” de uma tradição religiosa trazida há décadas para a floresta amazônica pelo colonizador português, era garantir aceitação, legitimidade e credibilidade à Entidade. Essa associação facilitava, inclusive, sua popularização, sustentada, principalmente, no simbolismo que representava o nome “Cinco de Agosto”, data de realização do Círio de Nazaré, bem como no aspecto religioso pungente na cidade, ambos firmados pelas inúmeras manifestações religiosas e ancorados na concepção de uma memória coletiva.

Assim, o nome já era um indicativo dos princípios religiosos, ligados à formação católica dos seus primeiros membros e da maioria da população vigiense do período. Em algumas ocasiões o caráter religioso era explicitado em suas ações, como por exemplo organizar o Círio de Nazaré da Vigia, como veremos posteriormente. No ofício encaminhado ao Presidente da Província no ano de 1873, são os próprios componentes da mesa diretora quem enfatizam a religião e a beneficência como sublimes pedestais da formação do homem no final dos oitocentos. Em outros documentos dessa mesma natureza, a “Cinco de Agosto” é apresentada da seguinte maneira: “Secretaria da sociedade religiosa e beneficente - Cinco de Agosto”.⁹⁵ Os valores religiosos ligados ao

⁹² A mudança pode ter ocorrido em virtude das fortes chuvas que caíam sobre a cidade no mês de agosto, como os redatores do periódico *O Espelho* afirmam em suas edições.

⁹³ COELHO, Geraldo Mártires. **Uma Crônica do Maravilhoso**: legenda, tempo e memória no culto de Nossa Senhora de Nazaré. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1998, p. 160. O poeta e pesquisador vigiense José Ildone afirma que, em meados do século XVII, um fidalgo português de nome Jorge Gomes dos Álamos, o qual tinha um empreendimento econômico em terras vigienses, trouxe de Portugal a devoção a Virgem de Nazaré que, em pouco tempo, passou a ser cultuada pelos moradores da cidade. Ler em: SOEIRO, José Ildone Favacho. **Noções de História da Vigia**. Belém: Cejup, 1991.

⁹⁴ SILVA, Vanderlei Silva & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 405.

⁹⁵ **Ofício encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da Província**. op. cit., doc. 37, 39, 41, 42 ^A.

catolicismo devocional penetraram na instituição por meio de seus integrantes, os quais estavam imersos nos valores culturais de seu tempo, onde o próprio exercício da cidadania dependia de ser batizado na religião Católica.⁹⁶

O cotidiano marcadamente religioso em Vigia no final do século XIX era externado pelas inúmeras festas promovidas dentro das tradições do catolicismo popular, onde os fiéis evocavam os oragos de sua devoção, fazendo pedidos e pagando na forma de promessas⁹⁷. Destacamos ainda à existência de várias irmandades religiosas que organizavam a festividade de seu santo (a) padroeiro (a), tais como a de Nossa Senhora de Nazareth, da S. S. Trindade dos Homens Pardos; do S. Sacramento; do Senhor Jesus dos Passos; do Senhor Bom Jesus dos Navegantes e da Ascensão.⁹⁸ Outras confrarias existiam além das citadas, sobre as quais ainda podemos encontrar documentos que retratam a organização das festas dos santos patronos.⁹⁹

A intenção de tornar a “Cinco de Agosto” popular desde o seu nascimento parecia ser algo importante para as pretensões de seus membros. Em documento encaminhado pela mesa diretora da agremiação ao presidente da Província do Grão-Pará Dr. Domingos José da Cunha Junior encontramos:

A meza directora da popular sociedade “Cinco de Agosto” erecta nesta cidade no dia 1º de outubro de 1871, tendo por base de sua instituição a religião e a beneficência subleves pedestaes estes, sobre que se equilibra o grande edifício social, muito se honra e se desvanece de levar a respeitavel presença de V. Exc^a o voto de louvor que na sessão extraordinaria de 20 do corrente mez, foi dirigido a V. Exc^a por indicação de um de seus dignos consocios e unanimemente aplaudido pela sociedade.¹⁰⁰

A correspondência transcrita acima data de 03 de agosto de 1873 e é a mais antiga referencia que encontramos citando a “Cinco de Agosto”.¹⁰¹ Nele, a diretoria faz questão de enfatizar o fato de ela ser popular, conhecida não só entre os vigienses, mas

⁹⁶ **Constituição Política do Império do Brazil**, Art. 95, inciso III, 25 de março de 1824. Biblioteca Eletrônica, vol. III.

⁹⁷ Sobre o tema ler: MAUÉS, Raymundo Herald. **Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesiástico**. Belém: Cejup, 1995, p. 165-184 e 333-357.

⁹⁸ Essas foram as que encontramos nas 39 edições do periódico vigiense *O Espelho*.

⁹⁹ No ASCA, existe uma série documental, com inúmeras prestações de contas de várias irmandades existentes em Vigia e cidades limítrofes, além de outros documentos relativos a organização das mesmas.

¹⁰⁰ **Ofício encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da Província**. op. cit., doc. 34.

¹⁰¹ Os livros que registravam o cotidiano da Sociedade em fins do século XIX, tais como o Livro de Atas, se perderam com o tempo. A falta de uma sede própria nas primeiras décadas de existência contribuiu para isso. No Arquivo da instituição constam documentos apenas a partir do início do século XX.

ainda na comarca e até mesmo na capital, mesmo com apenas dois anos de fundação. As informações do documento, todavia, poderiam nos levar a uma conclusão precipitada por ser uma fonte oficial, redigido pelos membros do conselho administrativo que poderiam simplesmente estar exagerando. Consultamos então outras tipologias de fontes como alguns dos periódicos que circulavam em *Vigia*¹⁰² e chegamos a constatação de que realmente a instituição tornava-se conhecida entre a população local, na capital da Província e na sede do Império, pois até do Rio de Janeiro¹⁰³ recebeu doações de livros para a sua biblioteca. Popularizar a “Cinco de Agosto” a fortalecia enquanto instituição e facilitava a difusão dos valores da cultura letrada. Por outro lado, poderia ampliar os contatos sociais que “traziam privilégios e prestígios aos sócios”, tal como Wittimann observou para as Sociedades Literárias do Velho continente.¹⁰⁴

Para tanto, o significado simbólico expresso no nome ajudou, além das várias iniciativas pelas quais interagiu com parte do povo vigiense. Os sócios buscaram uma tradição na cultura vigiense, para consolidar a primeira fase de existência da instituição¹⁰⁵ e projetá-la num longo futuro. Talvez não imaginassem que a trajetória da “Cinco de Agosto” duraria tanto tempo assim, pois a maioria das instituições congêneres desse período não suportaram o peso das transformações históricas e, ao contrário dela, que continua em atividade até o presente momento, desapareceram.

Pelo estatuto de 1882, o dia cinco de agosto também era reservado para que os sócios promovessem a filantropia entre os mais necessitados da cidade, reforçando a celebração dessa data como a mais importante para o conjunto dos associados.

Relacionar o nome da Entidade Literária à data de celebração de um santo ou santa do catolicismo popular parece ter sido uma especificidade vigiense, pois além da “Cinco de Agosto” citamos o exemplo da Sociedade “Treze de Dezembro”, cujo nome faz referência à data em que se homenageia Santa Luzia. O observável na província do Grão – Pará, entre as Sociedades Literárias, era por vezes fazer alusão aos símbolos do Mundo Grego, como foi o caso da Sociedade “Parthenon Literário” de Porto Alegre, ou

¹⁰² Trata-se d’ *O Liberal da Vigia e O Espelho*.

¹⁰³ *Jornal O Espelho*. *Vigia*, n.º 30, 27 de abril de 1879, p. 2.

¹⁰⁴ WITTIMANN, Reinhard. “Existe uma revolução da leitura no século XVIII”. In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (org.). **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Ática, 1999, p. 159.

¹⁰⁵ Nos dias atuais a relação da Sociedade “Cinco de Agosto” com a devoção Nazarena e o Círio de Nazaré é pequena. Isso se deve, em grande parte, pela transferência da data do Círio para o segundo domingo de setembro. Embora alguns indícios sejam perceptíveis dessa relação, como, por exemplo, no diploma dos atuais sócios consta uma imagem de N.S. de Nazaré. Segundo os sócios mais antigos, até a década de 1990, uma imagem da Virgem de Nazaré ficava em um pedestal na sede da instituição. Depois da reinauguração desse espaço em 2007, a imagem não retornou ao local.

simplesmente vincular o nome da instituição à própria cidade de origem, como o fez o Gabinete Literário de Marapanim, o Gabinete Literário Cametaense ou a Sociedade Literária Odivelense. Expressavam também relação à nacionalidade dos sócios, como o Grêmio Literário Português ou a Sociedade Portuguesa Beneficente. Entretanto localizamos duas instituições que usavam simbolicamente datas em seus nomes. A Sociedade Beneficente “28 de Julho”, fundada por maranhenses na capital da província do Pará em 1868, cujo nome aludia à adesão da província do Maranhão à Independência do Brasil e a Sociedade “02 de Dezembro”, organizada, em 1871, nos salões do Cassino Paraense sem sabermos a intenção dos sócios pelo significado do dia em questão.¹⁰⁶

Para Eric Hobsbawm e Terence Ranger¹⁰⁷, é importante que os historiadores percebam como os elementos antigos de uma cultura são apropriados para elaborar novas tradições, inventadas com finalidades originais. O caso da Sociedade “Cinco de Agosto” é um bom exemplo, pois seus criadores recorreram a uma velha tradição – o Círio de Nazaré -, fato que contribuiu para projetar e unir as pessoas em torno de uma nova entidade, a “Cinco de Agosto”, hoje também considerada um local de tradição.¹⁰⁸ Dessa forma, os membros fundadores, ao organizarem-na, inventaram uma tradição em terras vigienses, pois convém não esquecer que as Sociedades Literárias tiveram suas origens com a difusão da ideologia iluminista na Europa, na segunda metade do século XVIII.¹⁰⁹

No entanto, o universo simbólico da “Cinco de Agosto” em fins do século XIX, ia além da nomenclatura. Segundo Batalha, a pompa das celebrações rituais e dos símbolos de uma associação, no início do século XX, variava conforme o nível de organização, “a estabilidade, aos recursos financeiros, à capacidade de manter sede própria, a existência de uma história e uma tradição”.¹¹⁰ A “Cinco de Agosto”, pelo que constatamos, era a maior Literária da comarca da Vigia. Contudo, não possuía sede

¹⁰⁶ **Ofícios encaminhados por diversas Sociedades ao Presidente da Província do Grão-Pará.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Caixa 249 (1861-1869) e 313 (1870- 1879), ofícios de diversas sociedades. APEP.

¹⁰⁷ HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 6ª ed., 1997, p. 9-23, 219-269.

¹⁰⁸ Eric Hobsbawm trabalha nesse livro com o caráter fixo das tradições, imutável ao longo do tempo. Todavia percebemos que a Sociedade “Cinco de Agosto”, enquanto local de tradição, vem adequando-se ao longo do tempo, reapropriando valores e aprendizados e colocando em prática novas e antigas maneiras de se relacionar com a sociedade vigiense. SILVA, Vanderlei Silva & SILVA, Maciel Henrique. op. cit. p. 406.

¹⁰⁹ WITTIMANN, Reinhard. op. cit. p. 143.

¹¹⁰ BATALHA, Claudio H. M. “Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: BATALHA, Claudio H. M, SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado.** São Paulo: Editara da UNICAMP, 2004, p. 100-101.

social, a falta de *quorum* nas sessões era uma realidade e a movimentação financeira possuía limitações. Mesmo assim, algumas sessões guardam uma forma ritualizada e a comunicação escrita presente no registro de suas ações e na forma de expressão dos sócios, são símbolos de saber e distinção cultural.



Imagem 14: Símbolo que identifica a Sociedade “Cinco de Agosto” atualmente, criado pelo artista plástico Gerson Pinto na década de 1990.¹¹¹

O convite para as sessões era socializado por meio dos periódicos de circulação em Vigia¹¹². Na sala da casa do professor Nunes, espaço bastante simples, a mesa diretora era constituída, as principais deliberações tomadas, os letrados discursavam. Depois tudo era resumido e escrito no Livro de Atas.

Nas sessões que celebravam datas com forte carga simbólica, como o dia primeiro de outubro, data da fundação, e o cinco de agosto, alusivo ao nome, a pompa da sessão desviava-se da simplicidade costumeira. As autoridades da cidade eram convidadas, bem como os representantes de outras Sociedades. Assim ocorreu no dia 01 de outubro de 1878, quando a “Cinco de Agosto” comemorava o sétimo aniversário de fundação. Representantes da Sociedade Philo-Scenica e da Treze de Dezembro compareceram e proferiram elaborados discursos. Augusto Pinheiro em nome da

¹¹¹ O imaginário que se construiu em torno da Instituição, principalmente como local da cultura letrada, é ressaltado no símbolo que a identifica nos dias atuais. A orla circular mostra a abrangência da Entidade, dentro e fora da Vigia e a pluralidade de suas atividades: a beneficente e a cultural, especialmente a literária. A mão que segura um livro retrata as atividades maiores da “Cinco de Agosto”: a biblioteca, o incentivo a leitura e a formação intelectual. O círculo contendo os raios de sol lembra a frase de um sócio da Instituição, professor José Ildone, quando escreveu: “o livro é um sol, mesmo dentro da noite”.

¹¹² Nas seguintes edições do Jornal *O Espelho*, observamos anúncios de convocação de sócios para as sessões da Sociedade “Cinco de Agosto”: nº 02, p. 3, nº 04, p. 3, nº 6, p. 1-2, nº 08, p. 2, nº 14, p. 2, nº 17, p. 4, nº 20, p. 2, nº 26, p. 3, nº 27, p. 2, nº 29, p. 3, nº 30, p. 3, nº 31, p. 2.

primeira e Vasconcelos Palheta pela segunda. Além das palavras de Araújo Nunes e Bertoldo Nunes pela entidade que aniversariava.¹¹³

Para Bourdieu, o poder simbólico é um poder invisível, quase mágico, que conta com a cumplicidade tanto daqueles que o exercem quanto dos que estão sujeitos a ele, sendo capaz de mobilizar as pessoas em prol de uma causa. Esse autor afirma ainda que os símbolos são importantes instrumentos para a integração social, permitindo comunicação e conhecimento entre os indivíduos, dando sentido ao mundo social na medida em que ajudam na construção da realidade. Ao mesmo tempo a produção simbólica pode ser usada como um instrumento de dominação, integrando a classe dominante, permitindo e ampliando a comunicação entre eles e separando-os do restante da sociedade.¹¹⁴ As considerações desse autor são pertinentes para refletirmos sobre a criação da “Cinco de Agosto”, pois o objetivo dos associados não era somente ampliar seus conhecimentos, como também expandir a instrução aos iletrados.

2.1.2 – A Sociedade “Cinco de Agosto”, o Círio de Nazaré e o Vigário.

O universo simbólico ligado ao sagrado, por um lado, aproximou os sócios e a “Cinco de Agosto” da Igreja Católica, difundindo a importância da religião para a formação moral do indivíduo e de suas celebrações dentro do calendário litúrgico vigiense. Por outro, ao longo do tempo, tensões foram inevitáveis, tal como ocorreu com a organização do Círio de Nazareth e a presença de livros indesejados pela Igreja na Biblioteca da Instituição.

As poucas informações que dispomos sobre o litígio em torno do Círio foram coletadas nos jornais vigienses. No transcorrer do ano de 1877 o semanário *O Liberal da Vigia* tratou da questão em alguns momentos. Em matéria intitulada “Revivem as imprudências”,¹¹⁵ deixa a entender que a chegada do Padre Mâncio em Vigia, no ano de 1873, marcou o enfraquecimento da participação da “Cinco de Agosto” nos festejos Nazarenos. Essa Associação chegou a montar outrora uma comissão de festejos para tratar desse assunto.¹¹⁶

¹¹³ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 6, 06/10/1878, p. 1-2.

¹¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 13ª ed., 2010, p. 1-16.

¹¹⁵ Jornal *O Liberal da Vigia*, nº 11, de 30/08/1877, p. 2.

¹¹⁶ Destacamos que antes do envolvimento da Sociedade “Cinco de Agosto” nas celebrações do Círio de Nazaré, essa manifestação religiosa foi organizada por um longo período pela Irmandade de N.S. de Nazaré da Vigia. Sobre ela encontramos alguns documentos no ASCA.

Mâncio Caetano Ribeiro foi nomeado por dom Macedo Costa, em 1873, para ocupar o lugar deixado pelo falecido padre Luiz Gonçalves de Aragão. Bragantino de origem, Mâncio Caetano concluiu seus estudos em Roma. No terreno político, esteve próximo do partido Conservador, inclusive elegendo-se deputado provincial em várias legislaturas.¹¹⁷ Na cidade de Vigia, ao longo da década de 1870, tentou estabelecer o controle das festas religiosas, conforme as orientações da política romanizadora, adotada pelo episcopado brasileiro na segunda metade do século XIX, sendo taxativo com relação a certas celebrações e flexível com outras, como na realização de esmolações.¹¹⁸

O argumento apresentado pelo vigário para distanciar a “Cinco de Agosto” da festa maior de sua padroeira, era simples: a comissão de festejos nada havia tratado com ele.¹¹⁹ Se as razões do envolvimento da Sociedade “Cinco de Agosto” no Círio de Nazareth eram óbvias, as razões contrárias precisam ser analisadas com cuidado.¹²⁰

Segundo os redatores do periódico *O Espelho*, receberam matéria enviada de um pequeno povoado nas cabeceiras do Rio Guarimam, em junho de 1879, assinada por alguém com o pseudônimo *um catholico*. Vejamos o seu conteúdo.

Srs. Redactores. – por este districto andam algumas mulheres tirando esmolos com a coroa de N. S. de Nazareth, que o padre lhes confiou, a fim de se fazer o Cyrio da mesma Senhora com o producto dessas esmolos.

Eu não censuro esse facto; mas julgo que não havia necessidade de se tirar esmolos quando a honrada sociedade “Cinco de Agosto” se propunha a fazer o Cyrio todos os annos, como fez nos primeiros de sua instituição. É verdade que o padre antes interessa que as esmolos lhe sejam entregues; porque elle faz as despezas á vontade e o resto dos cobres ... mette no ‘cofre’ !

E ninguem falle nestas cousas, se não é logo chamado de ímpio e rebelde.¹²¹

¹¹⁷ Acompanhando a composição da Assembleia Legislativa do Pará, o referido padre figura como deputado nos biênios de 1883/84, 1885/86, 1888/89 e 1889/90. Não analisamos o período posterior a década de 1880, por motivo de delimitação do corte cronológico do trabalho. CRUZ, Ernesto. **História do Poder Legislativo do Pará** (1835-1930). Assembleia Legislativa. Belém, 1978, vol. I, p.139-171.

¹¹⁸ MAUÉS, Raymundo Heraldo. op. cit. p. 54-55; 77-78. Ler também nota nº 29 e 70 sobre o padre Mâncio Caetano.

¹¹⁹ Jornal *O Liberal da Vigia*. Vigia, nº 27, de 20/12/1877, p. 03.

¹²⁰ Consideramos que o espaço geográfico também influenciou na relação entre a dita Entidade com o Círio, pois a sala onde inicialmente se procediam as sessões na residência do professor Nunes, localizava-se a poucos metros da Igreja Matriz da cidade, morada da Virgem de Nazaré, onde o Círio era vivenciado em sua plenitude. Assim, a importância do território é indiscutível na relação aqui apresentada.

¹²¹ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 38, de 29/06/ 1879, p. 4.

As páginas desse semanário estão repletas de crítica à postura adotada pelo vigário que se defendia através do jornal *O Vigiense* e o *Orvalho*. É provável que as desavenças entre os redatores do *O Espelho*, Manoel Epaminondas de Vasconcelos e Augusto Pinheiro, e o padre, tenham razões políticas, pois o religioso era ligado ao partido Conservador, enquanto que redatores do jornal, vinculados aos Liberais. Outra questão que acirrou os ânimos entre as partes citadas envolveu o boicote da festa de Santa Luzia, padroeira da Sociedade “Treze de Dezembro”, previamente combinada com o vigário. Os redatores eram sócios¹²², e o padre membro honorário fato que levou à expulsão do vigário da agremiação.¹²³

Mas voltamos à questão de nosso interesse. É possível afirmar, com certa segurança, que a relação da “Cinco de Agosto” com a santa padroeira ia além da simbologia do nome, cabendo aos sócios a organização do Círio, provavelmente de 1872 à pelo menos 1873/76,¹²⁴ fato que não causa estranhamento pelo que já foi esmiuçado.

A leitura da curta notícia nos leva a entender que o vigário havia retirado da “Cinco de Agosto” o controle da festa religiosa, para se apropriar de parte dos recursos arrecadados nas esmolações com a coroa de N.S. de Nazareth nos distritos da cidade de Vigia, como nas cabeceiras do rio Guarimam. Nesse aspecto a questão resvala para os interesses econômicos.

Todavia também podemos levar em consideração que a atitude do padre doutor estava de acordo com os preceitos da romanização adotados pela Igreja nesse momento, quando o vigário tomava as rédeas do Círio de Nazareth. Em última instância, afastar os membros da Sociedade “Cinco de Agosto” da mais tradicional festa religiosa da cidade, pode ser lida de acordo com a coloração partidária e as disputas do território político. Ao fazer isso, o vigário, como conservador, desprestigiava os liberais que dirigiam a “Cinco de Agosto” nesse momento.

Dessa forma, as tensões envolvendo as partes citadas devem ser vistas para além do aspecto religioso, adentrando caminhos tortuosos nas esferas das disputas pelo poder na Vigia oitocentista. Nessa queda de braços, ao que parece, o vigário levou a melhor.

¹²² Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 11, de 17 /11/1878, p. 02.

¹²³ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 14, de 8/12/ 1878, p. 01. Ler também notícia com teor semelhante no *O Liberal da Vigia*, nº 27, de 20/12/1877. Segundo a notícia, o argumento do padre para não celebrar a missa solene de Santa Luzia, desacreditado pelos redatores, foi à presença de algumas pessoas no interior da Igreja após os atos religiosos, desrespeitando-o. Mesmo assim, as ladainhas civis foram realizadas em homenagem a santa.

¹²⁴ Ler sobre essa temática. MAUÉS, op. cit., p. 35-110.

2.1.3 - A Vigia e o seu *Index Librorum Prohibitorum* (1909).

No final do século XIX, a Sociedade “Cinco de Agosto” enfrentou a sua primeira grande crise. Alguns dos sócios fundadores passaram a residir em Belém, outros faleceram. Houve uma dispersão geral que paralizou as atividades. Somente em maio de 1902, o soerguimento da Instituição foi possível e o Estatuto reelaborado (1905). No quadro de sócios, mais de cem pessoas continuavam a trajetória iniciada em 1871. Entre eles, encontramos ainda alguns reminiscentes da geração fundadora, como o coronel Casemiro José Ferreira e o capitão Manoel Felipe da Costa. Pouco tempo depois, um sério incidente abalou os alicerces da “Cinco de Agosto” em Vigia.

Em virtude das celebrações do Círio de Nazaré de 1909, o monsenhor Argimiro Pantoja¹²⁵ visitava a cidade de Vigia, e foi-lhe apresentado pelos sócios Cândido Vilhena e Jonas Ferreira o catálogo da biblioteca da “Cinco de Agosto”. Após minuciosa análise dos títulos, constatou a presença de “muitas obras condenadas pela Igreja”. Dias depois, já na casa que servia de sede para a Sociedade, o padre em questão, com o frei Julião de Buenafuente e parte da diretoria da Instituição, separaram os livros das estantes, isolando-os completamente. Nesse momento, Monsenhor Pantoja se prontificou em trocá-los por outros, “sob a condição de serem as ditas obras condenadas a elle remetidas para Belém”. O sócio Coronel Casemiro Ferreira “disse votar pela troca não por condescendência nem gentileza, mas sim por que era cathólico apostólico romano”. Já Manoel Fernandes de Barros achou a substituição um absurdo, pois feria os Estatutos e privava os membros da Casa “da leitura das obras de glorificados auctores de genial envergadura”. A proposta sugerida pelo religioso foi apoiada pelo presidente da Entidade e colocada em votação na sessão de 15 de agosto daquele ano, gerando grande polêmica entre os presentes. Apesar disso, a vontade dos representantes da Igreja Católica obteve o maior número de votos.¹²⁶ Os sócios insatisfeitos entraram na justiça para embargar a transferência dos livros, salvando-as de um verdadeiro “auto de fé”.¹²⁷

¹²⁵ Era vigiense, nascido em 1867, filho do Major Maximiano d’ Oliveira Pantoja, ordenou-se padre em 1895. Ver biografia em: ILDONE, José. **Noções de História da Vigia**. Belém: Cejud, 1991.

¹²⁶ **Ata da sessão ordinária da Sociedade “Cinco de Agosto” em 15 de agosto de 1909**. In: Acção civil de preceito cominatório e embargos á primeira fls. 10-13v. Fundo do Cartório Raiol. Área Civil. Caixa sem numeração (1900-1909). ASCA.

¹²⁷ **Ação civil de preceito cominatório e embargos á primeira, fls. 1-2v**. Fundo do Cartório Raiol. Área Civil. Caixa sem numeração (1900-1909). ASCA. A ação foi movida pelos seguintes integrantes da Sociedade “Cinco de Agosto”: João Evangelista Cardoso, Manoel Fernandes de Barros, Bruno de Jesus Pereira, Pedro Alexandrino da Paixão, Pompilio Carneiro Monteiro, Raymundo Marinho de Brito, Joaquim Vidal de Negreiros e José Remigio de Souza, contra o presidente da sociedade, professor Tertuliano Victor de Senna Brasil.

A nosso ver a disputa travada nas salas da Intendência Municipal da cidade, em torno do Index vigiense, coloca em evidência o nível de ingerência da Igreja Católica na cidade e, sobretudo, na Sociedade em questão. Todavia, antes de discorrermos sobre isso, vale ressaltar alguns dos autores e suas respectivas obras citadas no processo. A lista é longa, mais de 90 volumes, alguns encadernados outros na forma de brochura. Entre seus autores figuram nomes consagrados da literatura nacional e estrangeira como Victor Hugo (*Les Misérables* e *Haby Bible*), Alexandre Dumas (*O Conde de Monte Cristo*), Jean Rameau (*Rosa de Granada*), Camilo Castelo Branco (*Memórias do Cárcere*, *Anathema*, *As Virtudes Antigas*, *Coisas Espantosas*), Coelho Neto (*Fruto Proibido*), Julio Cezar Leal (*Padre, Médico e Juiz*), Guerra Junqueiro (*A velhice do Padre Eterno*), entre outros.¹²⁸As obras de Camilo Castelo Branco estavam entre as mais censuradas. Entre elas “Amor de perdição”. A respeito dessa obra, o sócio da “Cinco de Agosto”, capitão Manoel Guimarães Junior, assim se referiu na sessão do dia 15 de agosto: “não faziam muitos dias, vio uma moça estar lendo *Amor de Perdição* de Castello Branco com o que ficou horrorizado, por lhe parecer essa obra perniciososa”.

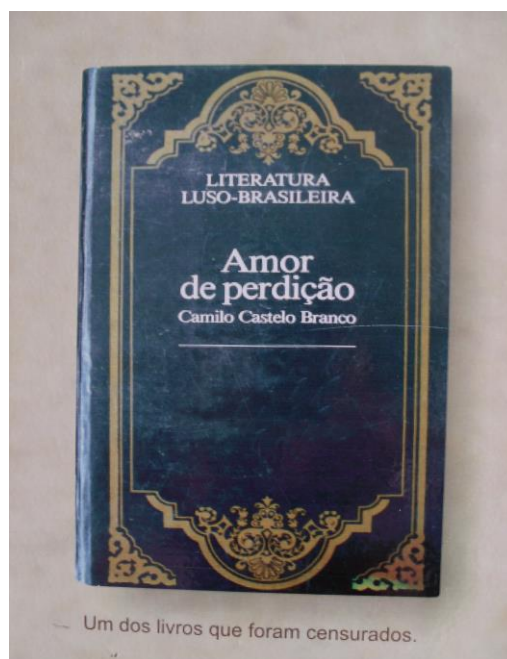


Imagem 15: capa da obra “Amor de Perdição”, de Camilo Castelo Branco, pertencente ao acervo da biblioteca da “Cinco de Agosto”. Foto: Igo Soeiro, 2012.

O aspecto religioso esteve presente na Sociedade “Cinco de Agosto” no final do século XIX, principalmente nos títulos dos ofícios encaminhados ao presidente da

¹²⁸ Ação civil de preceito cominatório e embargos á primeira, fls. 34-35. op. cit.

província, na organização de alguns Círios e na simbologia do nome. Contudo a Entidade em questão não era uma irmandade religiosa ou outra forma de congregação vinculada à Igreja Católica. Seus objetivos estavam bem definidos no Estatuto de 1882. Na Carta Magna elaborada em 1905, consta em alguns momentos a influência religiosa sobre a Instituição, como em “mandar celebrar anualmente, com a solenidade e esplendor possíveis, a missa do dia cinco de agosto, em louvor a sua protetora – a Virgem de Nazareth”, bem como que as “pessoas cathólicas maiores de dezoito annos, que a sociedade julgar dignas”¹²⁹ podiam ingressar na mesma.

A exposição do jovem advogado dos sócios da “Cinco de Agosto”, João Baptista Accioly Lins, convenceu o juiz sobre a permanência das obras. Baseou sua decisão nos seguintes pontos. O primeiro deles: não inexistia nos artigos do Estatuto de 1905 um que versasse sobre a proibição de livros considerados heréticos pela Igreja, pois a “Cinco de Agosto” não é uma “confraria ou congregação”; considerou ainda que, pela Carta Magna, é proibido vender ou emprestar objetos de sua propriedade, sendo claramente seu principais objetivos “praticar a beneficencia e fomentar a instrução”. Assim, a decisão do corpo de associados presentes na sessão de 15 de agosto, diz o Juiz, “foi tomada contra os seus Estatutos e por isso nenhum valor pode ter”.¹³⁰

Todavia o advogado do presidente da Sociedade resolveu apelar da decisão do juiz para o Tribunal Superior de Justiça do Estado. Ao desenrolar dos fatos na capital do estado não tivemos acesso. Por outro lado, a presença, ainda hoje, de algumas dessas obras na biblioteca da Instituição, permite afirmar que os livros permaneceram na Vigia. Por trás dos acontecimentos estava o início da secularização da primeira Sociedade Literária vigiense que, ao permitir a presença e o acesso a obras que constavam no Index, desligava-se lentamente do manto da Igreja Católica, a qual muito a influenciou noutros tempos.

2.2- A Sociedade “Cinco de Agosto” e as suas atividades em Vigia (1871/1882).

O papel desempenhado pela Sociedade Literária “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia, no transcorrer da década de 1870, referente às estratégias pelas quais os seus membros eram beneficiados e se relacionavam com a sociedade vigiense, pode ser

¹²⁹ **Estatuto da Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto aprovado em 1905.** In: Ação civil de preceito comminatório e embargos á primeira fls. 10-13v. Fundo do Cartório Raiol. Área Civil. Caixa sem numeração (1900-1909). ASCA.

¹³⁰ **Ação civil de preceito comminatório e embargos á primeira,** op. cit. fls. 48v-51.

divididas em dois grupos. O primeiro diz respeito às ações ligadas à ampliação da instrução e da circulação da cultura escrita. O segundo relaciona-se a filantropia, beneficiando tanto os sócios, como as pessoas mais necessitadas economicamente na cidade¹³¹. Porém, antes de inferirmos sobre a primeira de suas funções estatutárias, é necessário discorrermos sobre o desenvolvimento da instrução pública em Vigia, nesse período, para que mais adiante possamos refletir sobre a amplitude e os limites do que os membros da “Cinco de Agosto” se propuseram realizar na Vigia de Nazareth.

A regulamentação do ensino público na capitania do Pará foi realizada pelo governador Francisco de Souza Coutinho e aprovada por carta régia em 1800. Por meio dela, “passou a capital a ter duas escolas primarias e três de humanidades, e o interior treze escolas elementares”, dentre elas uma na vila da Vigia.¹³² No transcorrer dos oitocentos, o número de escolas e de pessoas interessadas em receber as primeiras letras cresceu, gradativamente. Contudo a situação social das famílias ainda definia as opções que a mocidade seguia em seu cotidiano. No geral, os jovens menos favorecidos aprendiam desde cedo, o ofício do pai, ajudando assim na subsistência da casa e a aperfeiçoar um ofício que os manteria na fase adulta.

No ano de 1873, a cidade de Vigia já contava com nove escolas de instrução primária, frequentadas por 279 alunos do sexo masculino e 85 do sexo feminino, totalizando 364 alunos.¹³³ Anos depois, uma informação veiculada por um periódico vigiense apresenta o número de alunos da área urbana.

Frequencia das escolas – No mez de fevereiro p. findo a frequencia das escolas publicas desta cidade foi a seguinte: na do professor Nunes 51; maior frequencia 75; na da professora D. Clara, 48; m. fr. 61; na do professor Bezerra, 38; m. fr. 51; na do professor Sousa, 25; m. fr. 34.¹³⁴

No núcleo urbano estavam quatro das nove escolas. A regida pelo professor Nunes recebeu o maior número de matrículas, evidenciando o prestígio e a confiança que os pais depositavam no primeiro presidente da Sociedade “Cinco de Agosto”.

¹³¹ **Portaria de 21 de março de 1882 que aprova os Estatutos da Sociedade Cinco de Agosto da cidade da Vigia.** Collecção das Leis da Província do Gram- Pará, TOMO XLVI, Parte 2^a.

¹³² VIANNA, Arthur. Esboço retrospectivo da instrução pública no Pará. In: **A educação no Pará: documentário. Secretaria de Estado de Educação.** Belém: 1987. O número da página da informação foi suprimido em virtude do livro não ter sido numerado.

¹³³ **Relatorio feito pelo Exm^o. Snr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo,** 1875, op. cit. p. 77-78.

¹³⁴ *Jornal O Espelho.* Vigia, nº 24, 02/03/1879, p. 03.

Severiano Bezerra de Albuquerque, o professor Sousa¹³⁵ e a professora D. Clara Nunes completavam o quadro das pessoas que tinham o papel de despertar nos jovens o gosto pela instrução. As outras cinco funcionavam nos povoados, tais como em Porto Salvo, Barreta e Tupinambá.

Normalmente, o ingresso no cargo de professor, delegado literário e adjunto das escolas públicas dependia de portaria expedida pelo presidente da província. A pessoa contemplada deveria prestar juramento na Diretoria Geral de Instrução, na capital, e os vencimentos eram pagos pelo poder público provincial, em Belém. Era comum os professores nomearem procuradores para receber seus vencimentos. A demorada viagem de barco de Vigia para a capital, em torno de oito dias, tornava esse ato uma necessidade.¹³⁶

A distribuição desses alunos tendo por base as áreas urbana/rural segue caminho contrário à proporção de habitantes. Enquanto na cidade estavam matriculados, em março de 1879, aproximadamente 221 alunos para uma população estimada em 800 moradores¹³⁷, no campo, os indícios apontam para não mais de duzentos alunos em um universo de doze mil moradores. No meio urbano, as medidas modernizadoras em curso promoviam, lentamente, as transformações na mentalidade das famílias que, ao disporem de locais de instrução, não hesitavam em ter seus filhos inseridos no mundo das letras, vislumbrando uma perspectiva de inserção social e de garantia de status no futuro.

A consulta à imprensa local¹³⁸ permitiu identificar determinados alunos que traziam, em seus sobrenomes, o registro de famílias com certos recursos financeiros na cidade, entre eles: Braselino Augusto Palheta, Joaquim Faustino Raiol, Secundino Arsenio Esteves, Maximiano Francisco Ferreira.

¹³⁵ Ainda não foi possível identificar seu nome completo. Entre os membros da Sociedade “Cinco de Agosto” figura Adrião de Sousa Batalha, sem sabermos ao certo se era ele. Contudo, dos quatro regentes das escolas públicas na parte urbana de Vigia, dois eram membros dessa Sociedade. Eram eles: professor Francisco Quintino de Araujo Nunes e Severiano Bezerra de Albuquerque.

¹³⁶ Várias procurações constantes no **Livro de Notas do tabelião Ferreira Guimarães (1872-1880)**, pertencente ao ASCA, dão conta disso.

¹³⁷ Ressaltamos que, do total de 221 alunos matriculados, somente 162 estavam regularmente frequentando as aulas, atestando o elevado índice de desistência. Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 24, 02/03/1879, p. 03.

¹³⁸ Jornais *O Espelho* e *O Liberal da Vigia*.

Um caso exemplar a esse respeito é o da menina Frederica Amélia Nunes Pinheiro, filha de representantes de duas famílias ligadas diretamente à instrução¹³⁹ e que morreu aos nove anos de idade em 1878. A descrição do triste acontecimento mobilizou o núcleo urbano da cidade de Vigia, reforçando nossa argumentação acerca da elitização do ensino, mesmo que moradores com poucos recursos também recebessem instrução, fato esse relacionado com a ideia de formação do indivíduo para a civilização e o trabalho, tal como a própria “Cinco de Agosto” preconizava em seu discurso.

A gentil creança era o typo mais perfeito que se podia imaginar. Achava-se na escola e era querida de sua digna mestra e de todas as suas companheiras pelas grandes virtudes que possuía. Inteligente como era, em poucos tempos deu prova de seu gosto e amor a instrução, conseguindo saber fielmente aquillo q' lhe ensinava sua mestra.¹⁴⁰

As escolas eram divididas de acordo com o sexo (masculino e feminino). Neles as professoras ministravam aulas para as meninas¹⁴¹ e os professores para os meninos. O momento de examinar o aprendizado dos alunos dos estabelecimentos de ensino da cidade, era um verdadeiro acontecimento social que mobilizava as autoridades, as famílias e os alunos, às vezes, até com apresentação de banda musical e discursos, como o fez Bertoldo Nunes em uma dessas ocasiões, enaltecendo as vantagens da instrução para o futuro da mocidade¹⁴². O teste era oral e avaliado por dois professores convidados de outras escolas.

Os estabelecimentos de ensino primário geralmente funcionavam na casa do próprio professor. Nelas, durante o século XIX, os alunos aprendiam a ler e a escrever, aritmética e até proporções, gramática e ortografia, princípios morais e religiosos e informações de história e geografia do Império. Já as alunas aprendiam a ler e a escrever, aritmética (até as quatro operações fundamentais), gramática e ortografia,

¹³⁹ De um lado temos a Família Nunes, pois sua mãe, D. Christina Cândida, era irmã de Bertoldo Nunes e Francisco Quintino de Araújo Nunes, enquanto seu pai, Antônio Amaro Pinheiro, já falecido, era irmão de Augusto Pinheiro, redator e diretor do periódico *O Espelho*.

¹⁴⁰ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 2, 08/09/1878, p. 1.

¹⁴¹ Em outra notícia isso fica mais evidente, quando se faz o balanço da mudança de classe na escola da professora D. Clara Nunes, constando apenas meninas. Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 12, 24/11/1878, p.1-2.

¹⁴² Jornal *O Espelho*. nº 11, Vigia, 17/11/1878, p. 3. Ressaltamos que o periódico não apresentou integralmente o discurso de Bertoldo Nunes, apenas citando-o.

“noções de deveres morais e religiosos”, história e geografia do Império e “os mistérios próprios à educação do sexo”.¹⁴³

Os professores que atuavam no ensino público precisavam ter formação adequada para o magistério. Porém, um caso peculiar foi delatado pelo delegado literário da cidade de Vigia, Francisco de Moura Palha, que usou a imprensa para questionar o que estava ocorrendo no lugar chamado Arapiranga, onde uma escrava de nome Euzébia “lecciona a dous meninos e uma menina nos quaes até aplica castigos severos”.¹⁴⁴ Ressaltamos que, sendo provavelmente uma escrava doméstica, a cativa, para ensinar, deveria ter o mínimo de conhecimento sobre as matérias e gozava de confiança do seu senhor, demonstrando que mesmo com a elitização do ensino, casos como esse eram possíveis e refletiam o preconceito entre os homens letrados, pois o exercício do magistério não deveria estar nas mãos de uma pessoa de condição escrava e incivilizada.

Por outro lado, o caso especificado acima expõe que as fronteiras entre as práticas da cultura erudita e a da popular eram tênues e nem sempre os horizontes culturais acompanhavam o nível social. Assim, embora a instrução fosse um privilégio, isso não impediu que uma escrava doméstica auxiliasse num ofício que, na mentalidade da época, não era o seu. A fluidez e o compartilhamento das formas culturais enraizadas em uma dada sociedade, como a vigiense nos idos de 1870, são importantes de nota, ainda mais se percebidas a partir de seus usos em cada caso específico.¹⁴⁵

Na casa, a família era responsável pela educação que privilegiava a formação moral e a escola visava o ensino enciclopédico. Para os filhos da elite imperial, a instrução deveria dotá-los de uma postura intelectual, viril e poderosa e só terminava com o diploma de bacharel conquistado nas poucas faculdades brasileiras ou fora do país. Enquanto as mulheres deveriam despertar as habilidades manuais e os dotes sociais, sendo seus atributos a administração do lar, a maternidade e a família, na em que época onde tais responsabilidades vinham muito cedo.¹⁴⁶ Em Vigia, observamos que essas ideias eram bem mais modestas, uma vez que, geralmente, a capital

¹⁴³ **Regulamento de 09 de abril de 1860: reforma a instrução primária da Província.** Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará, Tomo XIX, 1862, p. 30. APEP.

¹⁴⁴ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 14, 08/12/1878, p. 2.

¹⁴⁵ CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França no Antigo Regime.** São Paulo: editora Unesp, 2004, p. 8.

¹⁴⁶ MONARD, Ana Maria. “A vida das crianças de elite durante o Império”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009, p. 155.

representava o ápice dos estudos para a maioria dos jovens que iniciavam os aprendizados nas escolas públicas da cidade.

2.2.1- O Externato, a biblioteca e os jornais.

No que se refere à participação da Sociedade “Cinco de Agosto” e suas formas de atuação na *Vigia* oitocentista, iniciamos com o que havia sido deliberado por seus membros fundadores e materializado no estatuto de 1882, o qual culminou com as discussões feitas ao longo da primeira década de existência da instituição.

Art. 1º – A Sociedade “Cinco de Agosto”, fundada nesta cidade de *Vigia*, é a reunião de um ilimitado numero de pessoas com o fim de desenvolver a instrução e praticar a beneficência.

Art. 2º – Para conseguir semelhantes resultados Ella procurará ter um externato com aulas gratuitas para os alumnos, conservar uma biblioteca, promover a publicação d’ um periódico em que se imprimam os seus trabalhos e os escriptos por meio dos quais os seus membros se propunham a desenvolver a sua intelligencia (...).¹⁴⁷

O estatuto aprovado em 1882 é extremamente importante para o entendimento desta Sociedade, pois nele estão contidos os objetivos, os deveres e direito dos sócios, as formas de ingresso e funcionamento, garantindo, assim, sua funcionalidade que norteava boa parte das iniciativas pretendidas. Todavia, nem sempre era possível realizar todos os objetivos que estavam escritos nesse documento como veremos ao longo do trabalho.

O propósito maior da entidade era desenvolver a instrução e praticar a beneficência. Nas ações que culminavam com a intenção de transformar culturalmente o estilo de vida, principalmente dos sócios e de certos segmentos da sociedade vigiense de antanho, as informações do documento são ainda mais detalhadas, listando o tripé de atuação: o externato, a biblioteca e a publicação de um periódico.¹⁴⁸

¹⁴⁷ **Portaria de 21 de março de 1882 que aprova os Estatutos da Sociedade Cinco de Agosto da cidade da *Vigia*.** op. cit. Vale ressaltar que o texto aprovado nesse ano já não correspondia integralmente ao primeiro Estatuto, pois o periódico *O Liberal da Vigia*, edição nº 4, de 05 de Abril de 1877, já ressaltava uma reforma na carta magna da “Cinco de Agosto”.

¹⁴⁸ O tripé de atuação, ligado ao desenvolvimento da instrução da Sociedade “Cinco de Agosto”, era semelhante aos das outras Sociedades Literárias criadas na província do Pará, a cuja documentação tivemos acesso, tal como: Grêmio Literário Português, Sociedade Parthenon Literário, Gabinete Literário Cametaense, Sociedade Palestra Literária, Gabinete Literário de Marapanim, Gabinete Cearense de Leitura, Sociedade Literária Esperança, Sociedade Literária Odivelense, Sociedade Club Literário Científico, Sociedade Club Santista. A maioria delas concretizou apenas parte do estabelecido nos Estatutos. **Ofícios encaminhados por diversas Sociedades ao Presidente da Província do Grão-Pará.**

As aulas do externato somente iniciaram quando a Entidade celebrou o sexto aniversário de fundação, funcionando na casa do presidente, professor Nunes, mesmo local onde as sessões ocorriam.¹⁴⁹ O ofício encaminhado pela mesa diretora da agremiação, em 06 de outubro de 1877, expõe ao presidente da província esse memorável acontecimento:

O decidido interesse que V.Ex^a tem sempre manifestado pela instrução popular e a sua qualidade de membro desta sociedade, são motivos mais que suficientes para que ella não possa deixar de scientificar-o de um acontecimento que está convencida lhe merecerá o devido apreço e encherá de satisfação.

A mesma sociedade, pois, por intermedio da sua Meza directora, tem a honra de communicar a V.Ex^a que na noite do dia 1º do corrente, abriu na sala de suas sessões, sob a Direcção e regencia dos professores publicos desta cidade Francisco Quintino d' Araujo Nunes e Severiano Bezerra d' Albuquerque que de bom grado se prestaram gratuitamente para leccionar uma aula de Grammatica portugueza e outra de Arithmetica para a mocidade que já não frequenta as escolas publicas; tendo as mesmas sido installadas com 11 alumnos e contando já hoje 16.

Do principio do anno vindouro em diante pretende ella abrir tambem aulas de Geographia, de Francez e de outras materias para que hajam pessoas habilitadas que se queiram prestar a ensinal-as.¹⁵⁰

Antes de analisarmos a correspondência, torna-se pertinente esclarecer que os externatos eram uma forma pela qual um estabelecimento de ensino oferecia instrução sem que os alunos residissem na escola, isto é, não viviam na instituição que oferecia as aulas. Normalmente, assistiam-nas em um turno e voltavam para suas moradias. No Brasil Imperial, morar no estabelecimento de ensino era bastante comum. Eram os chamados alunos internos.¹⁵¹ O mais conhecido dos externatos no império foi, provavelmente, o externato D. Pedro II no Rio de Janeiro, onde, a partir dos sete anos, os filhos da elite da capital do Império iniciavam os estudos.¹⁵²

Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios. Caixa 249 (1861-1869) e 313 (1870-1879), ofícios de diversas sociedades. APEP.

¹⁴⁹ Vale lembrar que, na casa do professor Nunes também funcionava uma das escolas públicas da cidade. Supomos, com isso, que já houvesse a mínima estrutura para as aulas do externato.

¹⁵⁰ **Ofício encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Pará.** Funda da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Caixa 312 - ofícios de diversas sociedades, doc. 40. Segundo o periódico *O Liberal da Vigia*, o início das aulas no externato da “Cinco de Agosto” foi noticiado também no periódico vigiense *O Orvalho*, bem como no *O Liberal do Pará*, os quais louvavam a Entidade e os professores pelo feito. A notícia ainda informa que as aulas noturnas tiveram a presença de 18 jovens. Jornal *O Liberal da Vigia*, nº 19, de 26/10/1877.

¹⁵¹ ILDONE, José & ALMEIDA, Wilkler. **Sociedade Literária Cinco de Agosto: levantamento histórico.** Vigia de Nazaré: Produção independente, 2008, p. 15.

¹⁵² MONARD, Ana Maria, op., cit. p.152.

O funcionamento do externato apresentava-se em sintonia com os esforços do Estado em difundir a instrução na província. Observamos que na cidade de Vigia, a Sociedade “Cinco de Agosto” agiu então complementando ou até mesmo substituindo o papel que deveria ser do Estado, com o total beneplácito do mesmo, ainda que a referida Instituição não tivesse cumprido todas as etapas exigidas por lei.

O processo de legalização de tais Associações cumpria uma etapa importante. Segundo a lei 1083 de 22 de agosto de 1860¹⁵³, a existência de todas as Sociedades “sem firma social” no Brasil deveriam ter seus estatutos ou escrituras de associação aprovados por lei ou decreto do presidente da província correspondente, caso contrário estavam sujeitas a multas. Essa lei sofreu alterações nas décadas finais do século XIX¹⁵⁴. Normalmente as reuniões que resultavam na constituição do primeiro estatuto eram comunicadas à chefatura de polícia mais próxima, que autorizava as sessões, determinando seus horários de funcionamento. Na prática, percebemos que muitas delas tiveram vida efêmera e nem sequer cumpriram a etapa da legalização, dificultando a construção histórica de suas ações.

Dificuldades a parte, o externato da “Cinco de Agosto” apresentava um grande diferencial no sentido de atrair os interessados em aprimorar seus conhecimentos, pois seu funcionamento era à noite, possibilitando uma nova oportunidade à mocidade que residia na parte urbana da cidade e trabalhava durante o dia. O ofício transcrito anteriormente nos permite entender que a faixa etária do público atendido pela escola da “Cinco de Agosto” era, em parte, os jovens que, pela necessidade diária de trabalhar, desistiam de frequentar as aulas nas escolas públicas.

O esforço de ambos os professores colocava a “Cinco de Agosto” no rol das poucas Sociedades Literárias na província que conseguiram instalar um externato e mantiveram-no por um determinado tempo. A instituição projetava-se entre o povo vigiense e cumpria um de seus papéis, a saber: aproximar os vigienses da civilidade.¹⁵⁵

¹⁵³ **Lei 1083 de 22 de agosto de 1860 contendo providencias sobre os bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades.** Collecção das Leis do Império do Brasil de 1860, Tomo XXI, Parte I, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, p. 28-36. APEP.

¹⁵⁴ Segundo Vitor Manoel, a lei nº 3150 de 04/11/1882 dispensou a aprovação governamental dos estatutos das mutuais, beneficentes, literárias, científicas e políticas, facilitando a proliferação delas em todo o Brasil. A constituição de 1891, em seu artigo 72, concede liberdade para o associativismo sem armas. Já em 1893, a lei 173 cria o registro de associações estabelecendo novamente o controle do estado. FONSECA, Vitor Manoel Marques da. “Imigrantes Portugueses e sociedades recreativas no Rio de Janeiro (1903-1916)”, In: SARGES, Maria de Nazaré (et. elli) (org.). **Entre Mares: o Brasil dos portugueses.** Belém-Pará: Ed. Paka-Tatu, 2010, p. 241-251.

¹⁵⁵ Vale enfatizar que os alunos frequentavam gratuitamente a escola da “Cinco de Agosto”. Sua instalação representou um grande marco no campo educacional vigiense.

Os esforços em dinamizar o ensino no externato continuaram, inclusive com a ampliação das matérias ministradas. Da sala das sessões da “Cinco de Agosto”, expediu-se o seguinte documento em 17 de novembro de 1877 ao presidente da província:

Segundo a comunicação feita a V.Ex^a em data de 6 de outubro passado, sómente em janeiro vindouro pretendia esta sociedade instalar as aulas de Francez e Geographia do seu externato; havendo, porem os respectivos alumnos manifestado desejos de que ellas começassem a funcionar ainda neste anno, a mesma sociedade resolveu satisfazel-os, tendo tido lugar a installação da primeira das mencionadas aulas no dia 18 do dito mez de outubro, visto ter-se prestado tambem para regel-a gratuitamente o senr.^o Candido Severo de Carvalho Nunes e a da segunda, somente hoje, por só ultimamente ter-se podido fazer aquisição de um globo geographico, passando ella a ser regido pelo professor Severiano Bezerra de Albuquerque.¹⁵⁶

O externato, a princípio, atendeu as expectativas dos seus frequentadores, bem como concretizou um objetivo estatutário. No entanto, a ampliação das matérias exigia a contratação de novos professores ou maior dedicação dos antigos. Os ensinamentos de geografia ficaram a cargo do professor Bezerra que já lecionava aritmética, enquanto a cadeira de francês foi assumida por Candido Nunes que, embora não pertencesse ao grêmio da instituição, aceitou a tarefa por simpatizar com os propósitos da mesma, somado ao parentesco com o presidente da entidade. Vale destacar que em várias edições do periódico *O Espelho*, Cândido Nunes assina uma coluna com textos traduzidos do francês para a língua portuguesa, em geral enaltecendo o dever moral da prática da beneficência.

O domínio do idioma francês concedia *status* e prestígio às pessoas no final do XIX. Era um elemento importante de civilidade entre a elite letrada brasileira. Ao mesmo tempo facilitava a compreensão das obras em língua francesa, pois, não esqueçamos, a montagem da biblioteca da “Cinco de Agosto” foi paralela às aulas noturnas e lá, no final do XIX, já havia livros disponíveis nessa língua¹⁵⁷. Contudo conhecer as pessoas que se dispunham a estudar na sala da casa do professor Nunes,

¹⁵⁶ **Ofício encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Pará.** Funda da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Caixa 312 (1870-1979) - ofícios de diversas sociedades, doc. 42. APEP.

¹⁵⁷ Mesmo com a biblioteca da “Cinco de Agosto” em processo de organização, localizamos algumas obras que provavelmente já estavam nas estantes da instituição em fins do XIX. Eram elas: MASCART, M.E. *La Météorologie appliquée a la Prévision du temps*. Paris, 1881. Além de: D’ ARGENTAN, P.L.F. *Sur les grandeurs de la Très – Sainte – Vierge Marie*. Paris, 1842.

permite uma abordagem mais esclarecedora da relação da “Cinco de Agosto” com a sociedade vigiense.

No primeiro ano de funcionamento não tivemos acesso a tais informações. Já no final de 1878, uma longa notícia publicada num dos jornais vigienses sobre o exame dos alunos inscritos no externato da Sociedade “Cinco de Agosto” oferece a oportunidade de conhecermos essa relação.

(...) Dos 17 que se matricularam durante o anno, apenas se apresentaram os srs Roque Pinheiro, Augusto Pinheiro e Manoel do Nascimento de Sousa que, nutrindo verdadeiro desejo de instruir-se, tornaram-se sempre constantes e applicados.

Estiveram presentes ao acto que foi presidido pelo respectivo delegado litterario, os illus. srs. Moreira, Juiz de Direito interino, capitão Lauriano, Presidente da Câmara, o Juiz municipal supplente, em exercício, o delegado de policia e muitos outros cavalheiros.

Eram examinadores, além dos professores do Externato Bezerra e Araujo Nunes, os srs. Catanho Sobrinho e Vilhena Alves; fazendo também o sr. Pedro Furtado algumas perguntas de Geographia.

Antes de começarem os exames, o sr. professor Araujo Nunes, na qualidade de Presidente da sociedade “Cinco de Agosto” fez uma breve exposição relativamente ao movimento das aulas e terminou declarando que, rigorosamente falando os alumnos presentes não vinham prestar um verdadeiro exame, mas sim exhibir apenas as provas de seu aproveitamento durante os escassos momentos que depois dos seus trabalhos diurnos, eram applicados ao estudo.

Os alumnos agradaram geralmente pelo desembaraço e acerto com que responderam as perguntas que lhes foram feitas sobre as matérias do ensino que constavam de Portuguez, Geographia, Arithmetica e Francez, sendo por fim premiados pelo sr. delegado literário com 3 obras escolhidas na biblioteca e que lhe foram fornecidas pelo respectivo Presidente.

Depois de findo o exame, os alumnos Augusto Pinheiro e Nascimento pronunciaram um belo e bem elaborado discurso encarecendo a necessidade e vantagens da instrução e afirmando a sua gratidão aos seus professores; respondendo-lhes por este o sr. professor Bezerra que louvou-os pela sua provada applicação e dedicado amor as letras e aconselhando-os a continuarem no nobre desempenho de cultivarem cada vez mais suas intelligencias.

Terminado o acto, foi oferecido pelos alumnos um modesto *copo d’agua* para o qual também concorreu generosamente o sr. Batalha.¹⁵⁸

A notícia transcrita do *O Liberal da Vigia* equipara o exame do externato da “Cinco de Agosto” ao das escolas públicas, referente ao tipo de prova oralizada e a significativa mobilização de autoridades e pessoas interessadas pela instrução que compareceram ao ato. Por outro lado, causa estranhamento o reduzido número de alunos

¹⁵⁸ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 15, de 15/12/ 1878, p. 2.

que se apresentaram para os testes: Roque Pinheiro, Augusto Pinheiro e Manoel do Nascimento de Sousa.¹⁵⁹ Os níveis de apropriação do saber por parte dos alunos disponibilizados gratuitamente nas aulas noturnas da “Cinco de Agosto” eram diversificados. Até certo ponto é oportuno concluir que apenas os três alunos examinados nutriam “verdadeiro desejo de instruir-se”. Os outros frequentavam, sem, contudo desempenhar com aplicação o que era apreciado ou estavam num nível de instrução que não permitia ainda serem avaliados, ainda mais considerando a pompa da cerimônia.

Os indícios apontam aqui para uma contradição com relação à memória coletiva dos moradores e alguns escritores da cidade de Vigia, os quais argumentam que o externato da “Cinco de Agosto” havia beneficiado o desenvolvimento da instrução das camadas desprivilegiadas da cidade nos idos de 1870.¹⁶⁰ Questionamos isso, pois os nomes que encontramos frequentando as aulas são de pessoas já instruídas, pertencentes não só às camadas desprivilegiadas, mas também às camadas remediadas e ricas da sociedade vigiense, que buscavam aprimorar seus conhecimentos. Os pobres talvez pouco usufruíssem desse estabelecimento de ensino.

A nosso ver, o externato foi uma forma de aprendizado complementar ao primário, com um nível de exigência maior, servindo para ampliar a instrução do grupo que compunha a referida agremiação e aqueles de seus círculos de amizade, na medida em que Roque Pinheiro era sócio efetivo¹⁶¹, Manoel do Nascimento de Sousa e Augusto Pinheiro eram membros da Sociedade Literária Treze de Dezembro, sendo o último um dos redatores do periódico *O Espelho* e obviamente com amplo domínio da comunicação escrita. Buscavam, assim, ampliar os seus conhecimentos para melhor compartilhar os valores da cultura letrada que tanto defendiam.

Manoel do Nascimento de Sousa era um jovem de 20 anos de idade quando frequentou as aulas do externato, estando completamente inserido no círculo cultural e social proporcionado pelas Sociedades Literárias da cidade. Em 1867, momento do falecimento de sua mãe, tinha apenas oito anos e as posses da família eram modestas,

¹⁵⁹ Os três alunos eram membros da Sociedade religiosa, literária e recreativa “Treze de Dezembro” instalada em Vigia no ano de 1872.

¹⁶⁰ ILDONE, José & ALMEIDA, Wilkler, op. cit. p. 15., ler também SILVA, Elidiane de Sousa & RODRIGUES, Renato Teodosio dos Santos. **Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”: a cultura de Vigia pós-Cabanagem**. Monografia de conclusão do curso de História apresentada à Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2007.

¹⁶¹ Manoel Roque Pinheiro também era membro da Sociedade Religiosa, Literária e Recreativa “Treze de Dezembro”, situada na cidade de Vigia. Analisaremos as congêneres da “Cinco de Agosto” mais adiante.

com uma casa na Rua das Flores, e alguns outros objetos de pouco valor¹⁶². Não temos como precisar se sua trajetória de vida, nos anos que se seguiram até o ingresso no externato, foram financeiramente melhor.

Num breve levantamento histórico sobre a Sociedade Literária “Cinco de Agosto”, publicado por dois sócios da Entidade meses depois da reconstrução da sede em 2007, os autores ¹⁶³ênfatizam que vários alunos do externato “tornarem-se cidadãos influentes”, inclusive citando-os.¹⁶⁴ Percebemos que todos os frequentadores do externato eram homens, primeiro devido ao fato das aulas serem ministradas à noite, dificultando a presença de mulheres. Por outro lado, a mentalidade dos homens da “Cinco de Agosto” estava muito influenciada pela ideal da mulher reservada ao lar.¹⁶⁵

Na realidade, o corpo social da escola da “Cinco de Agosto”, em destaque anteriormente, corresponde aos alunos matriculados no início do ano de 1879, conforme noticiado pela imprensa local. ¹⁶⁶ Além dos alunos já conhecidos, encontramos o nome de Manoel Epaminondas de Vasconcelos Palheta, também redator do jornal *O Espelho*, e outros pertencentes às influentes famílias Raiol e Moura Palha, indícios que reforçam nossa argumentação.

No Estatuto da Sociedade “Cinco de Agosto”, de 1905, os sócios mantiveram o fomento da instrução e a prática da beneficência como os princípios fundamentais para a existência da associação, destacando, no campo educacional a criação de uma escola primária noturna, um externato do curso secundário, uma biblioteca e um periódico. Ao contrário do Estatuto de 1882, lacônico nesse sentido, este detalha alguns pormenores que nos permitem relacionar e compreender melhor a função pregressa do externato,

Artigo terceiro: A escola primária destina-se a proporcionar aos sócios, ou aos filhos destes, o cultivo intelectual necessário não só a matrícula do externato, como ao melhor desempenho dos seus deveres sociaes (...).

Artigo quarto: são intuitos do externato avigorar e desenvolver os conhecimentos adquiridos na escola primária. O seu curso constará de Portuguez, Geografia Geral, Chorografia do Brasil, Francez,

¹⁶² **Inventário de Bernardina Magalhães de Souza, 1867.** Fundo Cartório Raiol. Área Civil. Série: Inventários, caixa 11 (1860-1869). ASCA. A inventariada era mãe do aluno do externato da “Cinco de Agosto” Manoel do Nascimento.

¹⁶³ ILDONE, José & ALMEIDA, Wilkler, op. cit. p.16.

¹⁶⁴ Eram eles: Manoel Roque Pinheiro, Francisco de Assis das Chagas, Augusto Ramos Pinheiro, Manoel E. de V. Palheta, Manoel do Nascimento de Sousa, Manoel Braz F. d’ Athayde, Henrique L. de Moura Palha, Raimundo José Cardoso, Luiz Antonio Monteiro, Eurico Antonio Raiol, Jose Ferreira Monteiro, João de Almeida Pinheiro, Jose M. Seabra de Moraes, Joaquim Faustino Raiol.

¹⁶⁵ Ler sobre isso na nota nº 89.

¹⁶⁶ Jornal *O Espelho*. nº 26, 23 de março de 1879, p. 1.

Geometria, Arithmetica, Algebra (até equação de 2º grau), História do Brasil e do Pará, e noções de História Universal, sendo taes matérias igualmente distribuídas por trez cadeiras, cada uma sob a regencia de um professor. Parágrafo primeiro: haverá no externato duas aulas diárias, das sete a nove e meia da noite, tendo cada uma a duração de uma hora. ¹⁶⁷

Tal qual na iniciativa em meados de 1870, a proposta das aulas no período da noite foi mantida com o acréscimo de disciplinas. Todavia está explícita a intenção dos membros da agremiação de usar a escola primária para atender os sócios e seus filhos e assim prepará-los ao ingresso no externato. Dessa forma, pelo que já havíamos concluído anteriormente, as aulas do externato ampliavam o conhecimento do corpo de sócios da “Cinco de Agosto” e alguns poucos simpatizantes, limitando sua atuação, sobretudo, aos moradores do centro da cidade de Vigia.

Contudo, mesmo com todo o esforço por parte dos professores, a frequência dos alunos nem sempre correspondia às expectativas e já nos primeiros anos o externato dava sinais da dificuldade, nunca superando o número de 18 alunos. Enquanto isso, a imprensa frisava a falta de vontade de muitos moços que se achavam suficientemente instruídos e preferiam passear pela cidade a assistir as aulas na “Cinco de Agosto”. ¹⁶⁸

Mesmo com os limites apresentados, o externato da Sociedade “Cinco de Agosto” ajudou a desenvolver a instrução em Vigia, base dos princípios modernizadores, beneficiou os associados e complementou os conhecimentos ministrados nas escolas públicas. Certamente também trouxe benefícios para à Entidade, fortalecendo-a e conferindo-lhe prestígio entre suas congêneres. No rastro dessa ação fortaleceu os contatos sociais com o poder público e certos setores da sociedade civil, construindo relações de aproximação cimentadas pela cultura.

As duas décadas iniciais de existência da “Cinco de Agosto” foram dedicadas sobretudo ao viés literário, pois a filantropia ocorreu timidamente. Concomitante ao esforço de manter as aulas noturnas, o que mereceu também a atenção dos sócios foi à organização da biblioteca.

Nesse momento, a posse e a circulação de livros na cidade era limitada. Mesmo nos inventários dos moradores mais ricos é raro encontrá-los ¹⁶⁹. Com certa frequência,

¹⁶⁷ **Estatuto da Sociedade Cinco de Agosto aprovado em 1905.** op. cit.

¹⁶⁸ *Jornal O Espelho*. Vigia, nº 1, 01/09/1878, p. 2.

¹⁶⁹ De um total de 120 inventários que cobrem os anos de 1860 1889, localizados no ASCA, apenas dois inventariados possuíam livros. O padre Luiz Gonçalves Aragão em Vigia e o major reformado do exército Theotonio José Ferreira de Castro, morador de Salinas.

eles aparecem nos pertences dos padres, tal como nos bens materiais do vigário da Vigia, Luiz Gonçalves de Aragão, onde estão descritos cerca de 50 títulos de livros com predomínio de temas religiosos¹⁷⁰. Ademais, quando constituídas, essas bibliotecas particulares estavam muito ligadas aos interesses pessoais e profissionais do proprietário, não disponibilizados à comunidade de leitores da região.

Os sócios fundadores da Sociedade “Cinco de Agosto” idealizaram a proposta de “conservar uma biblioteca”, onde os membros eram obrigados a “concorrer com livros (e), jornaes”¹⁷¹. Efetivamente uma modesta biblioteca foi montada, contribuindo para isso a doações de livros por parte dos sócios, dos representantes do poder público e de outras pessoas interessadas no desenvolvimento da instrução. Nesse sentido, o senhor Francisco Dias Botelho ofereceu uma estante para a biblioteca da Sociedade “Cinco de Agosto” e o senhor Avelino Tavares Cardoso, da Capital, alguns livros importantes.¹⁷²

Não obstante, o apoio do poder público na constituição da biblioteca da Sociedade “Cinco de Agosto” e de outras na província do Pará, foi fundamental. O governo desejava em desenvolver a instrução e difundir o saber científico e os livros eram essenciais para isso. Nesse intento, o corpo administrativo da Sociedade “Cinco de Agosto” remeteu ofício, em dezembro de 1876, ao presidente da Província pelo qual,

(...) tem a honra de acusar a recepção do officio que V. Ex^a se dignou dirigir-lhe em data de 28 de novembro, enviando-lhe justamente diversos folhetos, alguns n^o da Ilustração brasileira e bem assim os ultimos números do Diário de Pernambuco, cuja remessa V. Ex^a tem continuado a fazer regularmente (...).¹⁷³

Criada em 01 de outubro de 1871, as ações literárias dessa Sociedade em prol dos sócios e da sociedade vigiense parece ter iniciado somente em 1876, momento em que o externato foi inaugurado e o acervo da biblioteca começou a ser organizado. Nos anos anteriores as ações foram pouco expressivas. No documento em evidência, o Estado, atendendo ao pedido da mesa diretora, encaminhava folhetos, jornais, relatórios, volumes com dados estatísticos e revistas. Esse precioso material mantinha os sócios e

¹⁷⁰ **Inventário do padre Luiz Gonçalves de Aragão, 1873.** Fundo Cartório Raiol. Área Civil, Série: Inventários. Caixa 12/13 (1870-1878). ASCA.

¹⁷¹ **Portaria de 21 de março de 1882 que aprova os Estatutos da Sociedade Cinco de Agosto da cidade da Vigia.** op.cit.

¹⁷² *O Liberal da Vigia.* n^o 48, Vigia, 25/05/1877.

¹⁷³ **Ofício encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Pará. Fundo da Secretaria da Presidência da Província.** Série: ofícios, caixa 312 (1870 – 1879) – ofícios de diversas sociedades. APEP.

demais usuários da biblioteca atualizados com os principais acontecimentos da capital do império, das outras províncias e até mesmo com fatos internacionais.

Aqui vale uma informação sobre o cotidiano da sala de leitura da “Cinco de Agosto”. Cabia ao 2º secretário a responsabilidade de manter aberta a sala da casa da sociedade¹⁷⁴ para as sessões, aulas do externato e para a biblioteca, bem como “fornecer os livros para consulta e para leitura às pessoas, que os solicitarem com as convenientes cautelas e tê-los devidamente relacionados”¹⁷⁵. Em outras palavras, o acesso aos livros era público, não se limitando aos membros da Entidade.

A Revista *Ilustração Brasileira* que circulou entre os anos de 1876 a 1878, cujos exemplares compunham o acervo da biblioteca, propunha-se a “criar uma imagem do Brasil que correspondesse à concepção de progresso e civilização”. Por outro lado, como o presidente da província, Dr. João Capistrano Bandeira era natural de Olinda, Pernambuco. Não causa estranhamento o fato de divulgar informações da terra natal, distribuindo regularmente o jornal *Diário de Pernambuco* às Sociedades que solicitassem sua contribuição, na forma de material para as bibliotecas, como foi o caso das edições que vieram parar na sala das sessões da Sociedade “Cinco de Agosto”.¹⁷⁶

A referida instituição foi pioneira na difusão desse tipo de leitura na cidade de Vigia. Não mais a leitura restrita e vigiada, como nas bibliotecas das ordens religiosas, mas sim a leitura libertária e moralizante¹⁷⁷ que despertava reflexão e incitava os sócios e demais interessados a atitudes concretas perante os problemas do seu tempo, bem como em posicionamentos nas relações de poder local. Portanto as obras da biblioteca da “Cinco de Agosto” passaram a fomentar o desenvolvimento intelectual dos associados que usavam a comunicação escrita como mecanismo de questionamento e difusão do padrão cultural dito civilizado¹⁷⁸. Na realidade, livros, jornais e revistas

¹⁷⁴ Lembramos que a sede própria da instituição só foi construída na década de 1910.

¹⁷⁵ **Portaria de 21 de março de 1882 que aprova os Estatutos da Sociedade Cinco de Agosto da cidade da Vigia.** op. cit.

¹⁷⁶ ARAUJO, Joseane Sousa. **Arquivos, bibliotecas e periódicos na Vigia oitocentista.** Dissertação de Mestrado, UFPA, 2011, p. 47- 48.

¹⁷⁷ Em meados do século XIX, já não era mais suficiente à leitura estritamente religiosa. O conteúdo da leitura constituía-se de um espaço para reflexão sobre os diferentes aspectos da sociedade. Nesse sentido é que nos permitimos chamar leitura moralizante, pois instruía e sugeria o padrão social a ser seguido. Servia a um propósito. O termo "libertária" utilizamos em referência ao não mais domínio religioso sobre os leitores da cidade e a própria liberdade de apropriação das obras da biblioteca. A temática agora não mais legitimava a força religiosa, mas fatores de outras ordens despertavam a atenção do leitor, como exemplo o próprio romance de Camilo Castelo Branco, "Amor de perdição".

¹⁷⁸ BLASKOVSKI, Andrea. **Sociedade Literária São Bento: do ontem para hoje um espaço às práticas de leitura.** Santa Catarina, UFSC, Monografia de conclusão de curso, 2005, p. 21.

deveriam produzir condutas e comportamentos tidos como legítimos, incorporando nos indivíduos os gestos de civilidade.¹⁷⁹

Em outra correspondência encaminhada pelo secretário da Instituição, Raimundo Bertoldo Nunes, ao presidente da província em agosto de 1877 encontramos:

De ordem do Ill^{mo} Sr. Presidente desta associação tenho a honra de scientificar a V. Ex^a que á mesma tem sido entregues os Diarios de Pernambuco remettidos regularmente por V. Ex^a para a sua bibliotheca e bem assim 4 grossos volumes dos Relatorios e trabalhos estatisticos, organizados pela Directoria Geral de estatisticas e relativos as annos de 1873 á 1877, o ultimo Relatorio por V. Ex^a apresentado a Assembléa desta provincia; a collecção da Revista trimensal do Instituto Archeologico Pernambucano, com excepção apenas dos n^{os} 4,6,5 e 7 os n^{os} 1 à 23 da Escola, revista de educação e ensino, alguns n^{os} do Diario official do Imperio, outros da revista de Horticultura e diversos folhectos.

A sociedade agradece mais uma vez a V. Ex^a essas importantes offertas, nem só por se prestarem ao fim da bibliotheca que é o desenvolvimento intellectual de seus membros e povo em geral (...)¹⁸⁰

Entre as ofertas que chegaram à biblioteca da “Cinco de Agosto”, relacionadas pelo primeiro secretário Bertoldo Nunes, está novamente o *Diário de Pernanbuco*, assim como documentos oficiais do Estado. É bem provável que os números da revista *Escola* tivessem grande utilidade para os professores e alunos que frequentavam o externato¹⁸¹, subsidiando os trabalhos escolares.

O período que o Dr. João Capistrano Bandeira Filho presidiu o Pará foi de grande benefício para a acumulação de material impresso na “Cinco de Agosto”. Na última remessa de documentos de que temos notícia, a mesa diretora recebeu basicamente os mesmos títulos de que já temos conhecimento, acrescentando outros, como “O Plantador de café”, importante leitura para um município agrícola, sobressaltando-se a cultura cafeeira que também fez parte dos produtos exportáveis do município. Além do livro de poesias “Miragens”, de Lima Barata.¹⁸²

¹⁷⁹ CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. op.,cit. 12.

¹⁸⁰ **Ofício encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Pará.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios, caixa 312 (1870 – 1879) – ofícios de diversas sociedades, doc. 39. APEP.

¹⁸¹ Vale destacar que às vezes o próprio professor elaborava o material que iria trabalhar em sala de aula. A título de exemplo citamos que o professor Bezerra elaborou um compêndio de geografia para os alunos.

¹⁸² **Ofício encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Pará.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios, caixa 312 (1870 – 1879) – ofícios de diversas sociedades, doc. 41. APEP.

Se na Europa, no tempo do Iluminismo, os textos literários ajudaram a construir os princípios fundamentais da visão de mundo burguesa¹⁸³, nas cidades interioranas da província do Pará, como em Vigia, a organização de uma Sociedade Literária como a “Cinco de Agosto” era o caminho mais fácil e econômico para os sócios terem acesso a um bem cultural de valor considerável no final do XIX e início do XX, como os livros. Assim, Sociedades com essa tipologia são constituídas, num primeiro momento, para resolver um problema ligado à disponibilidade de material de leitura em grande quantidade.

O acervo constituído quando da criação da Sociedade “Cinco de Agosto” é composto basicamente por três tipos de obras: aquelas que trazem informações oficiais do Império e das províncias; alguns periódicos que eram editados na província do Grão Pará ou fora dele e, as obras literárias e científicas.

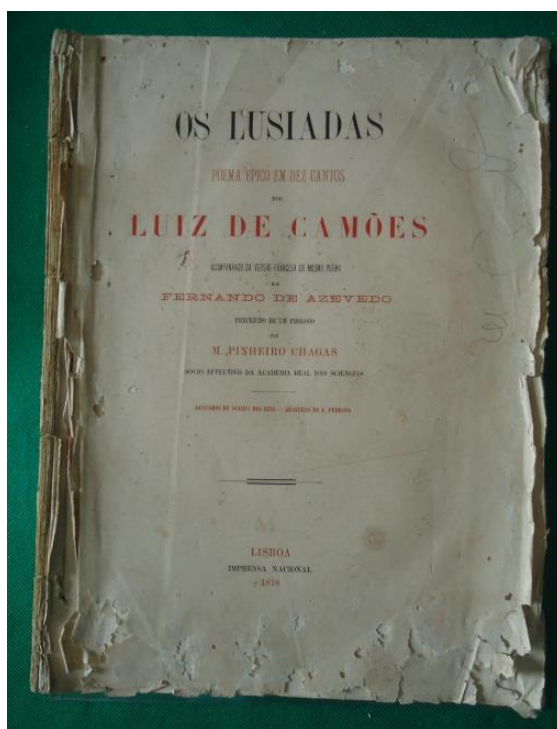


Imagem 16: “Os Lusíadas” de Luiz de Camões, edição portuguesa de 1878, obra rara pertencente ao acervo da biblioteca da “Cinco de Agosto”. Foto: Igo Soeiro, 2011.

Ao contrário do empenho do poder público provincial que periodicamente enviava livros à sala de leitura da “Cinco de Agosto”, a Câmara Municipal de Vigia não

¹⁸³ WITTMANN, Reinhard. “Existe uma revolução da leitura no século XVIII”. In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (org.). **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Ática, 1999, p. 144.

apresentou, nas décadas de 1870/80, nenhuma iniciativa particular no sentido de instalar um espaço público de leitura semelhante, nem sequer apoiou a iniciativa da referida instituição¹⁸⁴. A proposta da “Cinco de Agosto” preencheu uma lacuna, beneficiando os defensores da cultura letrada.

No ano de 1876, o presidente da província do Pará, Dr. João Capistrano Bandeira, realizou um levantamento sobre a existência de bibliotecas na capital e demais cidades interioranas e destacou a carência dos locais públicos de consulta aos livros, os quais eram fundamentais para o desenvolvimento da inteligência da juventude. Diz o texto:

Tem a Província apenas uma Bibliotheca Pública nesta capital, existindo tres outras particulares ou populares nas cidades de Cameté, Santarem e Vigia.

Na capital há também a biblioteca do Gremio Litterário Portuguez.

(...) Cumpre não esquecer as imensas vantagens da criação de bibliothecas populares. De nada vale ensinar os meninos tudo quanto de mais útil lhes for, desde que, ao sahir da escola, tiveram de abandonar por uma vez os livros, e por falta deste não poderem alimentar o fogo sagrado que lhes accenderam na inteligência. Ainda que com lentidão devemos dar alguns passos para satisfazer tão imperiosa necessidade.¹⁸⁵

A notícia não deixa claro se a biblioteca existente em Vigia era aquela vinculada a “Cinco de Agosto”, apenas enfatiza a necessidade de tais locais para a continuação do processo de ensino iniciado nas escolas. Mas uma pista é lançada, já que em Belém o Grêmio Literário mantinha um espaço semelhante. Vale ressaltar que ao Dr. João Capistrano foi oferecido o título de sócio benemérito da “Cinco de Agosto” em junho de 1877, principalmente pelas ofertas que fez para a biblioteca da entidade.¹⁸⁶

Acreditamos que a biblioteca da “Cinco de Agosto” foi o primeiro espaço público de consulta aos livros na cidade. Sobre isso o ofício encaminhado da corte imperial é esclarecedor.

¹⁸⁴ Temos como base os inúmeros Balancetes das receitas e despesas da Câmara da Vigia que não se referem a este assunto.

¹⁸⁵ **Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembleia Legislativa da provincia do Pará em 15 de fevereiro de 1877.** Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877, p. 92.

¹⁸⁶ **Officio encaminhado pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto, ao presidente da provincia do Pará.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios, caixa 312 (1870 – 1879) – ofícios de diversas sociedades, doc. 37. APEP.

Importante oferta – O Director interino da Directoria geral de estatística da corte acaba de enviar directamente á Biblioteca da sociedade *Cinco de agosto* um exemplar do relatório e trabalhos estatísticos do corrente anno, obra esta de reconhecida importância.

Com a devida vênha publicamos em seguida o officio que acompanhou á offerta.

Eil-o: - Nº 9139 – Directoria Geral de Estatística – 1º secção – Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 1879 – Illmº Senr. – Tenho a satisfação de passar ás mãos de V. S. para uso dessa Biblioteca, um exemplar impresso do Relatório e trabalhos estatísticos do corrente anno, que esta Directoria apresentou a S. Exc. o sr. Ministro do Imperio. Deos Guarde a V.S. – Illmº Sr. Bibliothecario da Biblioteca da Vigia – (assignado) O Director Geral interino, Jeronimo Bandeira de Mello.¹⁸⁷

É importante notar que a biblioteca da “Cinco de Agosto”, em pouco tempo, ganhou *status* de representar a própria cidade, sendo provavelmente a única aberta ao público nesse instante.

A primeira fase de atuação da Sociedade “Cinco de Agosto” (1871/85) coincide com o período de maior produção jornalística na cidade de Vigia. Cerca de dezesseis jornais chegaram a circular, alguns simultaneamente, outros de forma fragmentada e a maioria com duração efêmera¹⁸⁸. Citamos o exemplo do periódico *O Espelho* que teve 39 edições publicadas, sempre aos domingos, e desapareceu repentinamente em julho de 1879, com menos de um ano de criação.

Os jornais, como órgão de informação, possuem íntimas relações com as instituições políticas e culturais, estando vinculados também a grupos econômicos e sociais envolvidos nas tramas do cotidiano em um determinado contexto. Por isso, assim como nas fontes de outras tipologias, as informações obtidas nos jornais não apresentam neutralidade e seu conteúdo deve ser analisado com cautela. Influências ocultas ou explícitas estão inseridas nas páginas amareladas dos periódicos do século XIX.¹⁸⁹

Mesmo com os desafios da interpretação dessa tipologia de fonte, os dados coletados através da pesquisa nos jornais são importantes para reforçar argumentações, levantar problemas e sustentar hipóteses elaboradas ao longo do trabalho do historiador.

¹⁸⁷ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 30, 27/04/ 1879, p. 02.

¹⁸⁸ **Jornais Paraoaras: catálogo**. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985, pp. 362-363. Além do *O Espelho* são citados, nessa pesquisa, os seguintes periódicos com circulação nas décadas de 1870/1880: *O Boquinha de Moça* (1879/79), *A Borboleta* (1887), *A Bussola* (1881/82), *O Crepuscolo* (1886), *A Estrela*(1899), *Iracema* (1886), *O Liberal* (1876), *O Liberal da Vigia* (1877/88), *O Município da Vigia* (1882/84), *O Orvalho* (1877/78), *O Publicista* (1874), *O 31 de Agosto* (1883), *O Vigianse* (1874/79 e 1884/85), *O Vigilante* (1876) e o *28 de Setembro* (1884).

¹⁸⁹ LUCA. Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 115-117.

Nos periódicos vigienses que encontramos ao longo da pesquisa, um verdadeiro campo de tensões e aproximações transparece ao leitor. *O Espelho* foi um grande defensor das ideias civilizadoras, privilegiando em suas páginas as notícias com esse teor. Inimigo ferrenho das práticas adotadas pelo vigário Mâncio Caetano Ribeiro, que tentou implementar na cidade as reformas romanizadoras. A resposta do vigário vinha do púlpito da Igreja Matriz e utilizando a comunicação escrita, por meio do periódico *O Orvalho*.¹⁹⁰ Enquanto o *O Liberal da Vigia*, de propriedade de Raimundo Bertoldo Nunes, obviamente enaltecia os debates políticos, pois era um órgão de divulgação das ideias do Partido Liberal na cidade.¹⁹¹

Na cidade de Vigia em fins do XIX, os periódicos serviram para levar a um público mais amplo os textos de caráter literário e ajudavam na circulação do saber e na construção de uma identidade nacional. A maioria deles, no entanto, tivera como grande desafio a falta de recursos financeiros para manter suas impressões e a maioria deles desapareceu rapidamente.¹⁹²

Podemos, de certa maneira, relacionar a discussão apresentada com a nossa proposta de estudo, pois era interesse da Sociedade “Cinco de Agosto” “promover a publicação d’um periódico que se imprimam os seus trabalhos e os escritos por meios dos quaes os seus membros se propunham a desenvolver a sua intelligencia”¹⁹³, isto é, o jornal seria um meio de divulgação das práticas e visão de mundo, defendidas pelos membros da Instituição, bem como se apresentava como mais um instrumento para o aprimoramento intelectual dos sócios que seriam os maiores responsáveis pela escrita das sessões do periódico.

Se considerarmos que os membros fundadores já haviam realizado feitos que exigiram um nível considerável de organização e de recursos financeiros, como manter as aulas noturnas, montar uma pequena biblioteca, organizar o Círio de Nazaré da Vigia,

¹⁹⁰ Ler sobre o tema em: SOEIRO, Antonio Igo Palheta. **Catolicismo popular e controle eclesiástico durante o vicariato de Mâncio Caetano Ribeiro na cidade de Vigia (1873-1883)**. Belém: UFPA, Monografia de conclusão de curso, 2004.

¹⁹¹ Carecemos no presente momento de uma pesquisa mais específica para localizar e analisar a variedade de jornais da Vigia em fins do século XIX. Sabemos que *O Liberal da Vigia*, incompleto, pode ser pesquisado no CENTUR (setor de Microfilmagem) e uma de suas edições está no ASCA, outras duas edições foram localizadas na Biblioteca Nacional. Os originais do *O Espelho* estão também no ASCA, enquanto que do “*Cidade de Vigia*” (1890-1896), de publicação semanal, pertencente ao partido Republicano, também encontramos alguns exemplares no CENTUR (Microfilmado), assim como “*O 31 de Agosto*”, edição especial, homenagem da colônia vigiense residente na capital ao 31 de agosto de 1823, data da adesão de Vigia a Independência do Brasil. Dos outros que citamos, nada foi possível localizar.

¹⁹² ARAUJO, Joseane Sousa. op., cit. p. 63-64

¹⁹³ **Portaria de 21 de março de 1882 que aprova os Estatutos da Sociedade Cinco de Agosto**, op. cit.

ajudar os flagelados da seca no Nordeste em 1877, publicar um periódico não seria missão impossível, estando em perfeita sintonia com as práticas das Sociedade Literárias similares.¹⁹⁴

Contudo a Sociedade “Cinco de Agosto” não editou seu próprio periódico no final do século XIX, pelo menos é o que parece mais sensato afirmar. Tal conclusão não veio sem antes analisarmos algumas possibilidades explicativas. Nas correspondências encaminhadas pela diretoria da Instituição ao presidente da província, bem como nos jornais *O Espelho* e *O Liberal da Vigia*, nenhuma informação foi encontrada que evidenciasse o que o Estatuto estabelecia como objetivo. Até mesmo os livros de Ata da Instituição escritos nas décadas iniciais do século XX, silenciam a esse respeito.

Por outro lado, a ausência de um veículo de comunicação escrita de propriedade da “Cinco de Agosto” nesse período, leva-nos à elaboração de algumas hipóteses. Como a Instituição possuía dois canais de comunicação impresso ao longo das décadas de 1870/80, *O Espelho* e *O Liberal da Vigia*, pelos quais convocavam os sócios para as sessões, publicavam ofícios, bem como divulgavam, para um público mais abrangente, as ações de maior interesse da Sociedade e dos associados, os quais também redigiam poesias e textos de outros gêneros, é possível que, dessa forma, o investimento financeiro na edição de seu próprio semanário não fosse prioridade.

Concomitantemente, outras ações beneficentes e educacionais exigiam recursos financeiros significativos, talvez inviabilizando o custeio de um jornal. Resta ainda ressaltar que o grupo intelectualizado da “Cinco de Agosto”, que evidentemente tomaria a frente desse projeto, já estava envolvido em interesses particulares. Bertoldo Nunes, por exemplo, possuía seu próprio jornal, *O Liberal da Vigia*, enquanto outros, como os professores Nunes e Bezerra, ministravam aulas no externato.

Somente em setembro de 1938 é que os sócios da “Cinco de Agosto” publicaram a primeira edição do jornal que foi denominado *O Cinco de Agosto*. Nenhuma informação em suas edições sequer cogitou a possibilidade de um jornal anterior. A edição veio em momento oportuno. A Instituição se recuperava de sua segunda grande crise.¹⁹⁵ Ressaltamos que, antes de criar seu próprio jornal, a Sociedade em questão

¹⁹⁴ Como exemplo citamos a Sociedade Club Científico, criada na capital da província do Pará em 1866 que editou jornal *O Pharol*, impresso quinzenalmente. Jornal *O Pharol*, nº 2, de 17 de janeiro de 1868. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios, caixa 249 (1861 – 1869) – ofícios de diversas sociedades. APEP.

¹⁹⁵ Fundada em 1871, a Sociedade “Cinco de Agosto” teve no final do século XIX, seu primeiro desafio. Reorganizada em 1902, não tardou para novamente enfrentar problemas na década de 1930.

sempre se utilizou desse meio de comunicação para divulgar suas atividades, como o fez através dos periódicos *O Espelho* e *O Liberal da Vigia* nas décadas de 1870/80. No século XX, podemos verificar nos jornais *O Lusco- Fusco* e no *Gazeta da Vigia*¹⁹⁶, ambos editados por Manoel Saraiva, a continuidade dessa prática.

Mesmo nos distanciando do corte cronológico da pesquisa, sem, contudo, perder de vista nossos intenções, analisar rapidamente o periódico *O Cinco de Agosto* mostra-se pertinente, principalmente por ter sido utilizado em vários momentos desse trabalho reavivando discussões que foram importantes para a Instituição, nas décadas finais do XIX e por ter sido largamente utilizado na construção da história da Entidade pelos autores contemporâneos.

Provavelmente foi grande feito da diretoria havia apenas um mês empossada, presidida por Raul José Ferreira¹⁹⁷, tendo como redator chefe Marcionilo Alves, circulando de setembro de 1938 até por volta de fevereiro de 1944¹⁹⁸. A existência do *O Cinco de Agosto* pode ser dividida em duas fases. A primeira como órgão de propriedade da “Cinco de Agosto”, onde notícias da Instituição e da cidade de Vigia eram constantemente destacadas. Sobre a instituição encontramos com frequência as matérias retratando a posse das novas diretorias, a publicação dos relatórios das atividades e as ações de maior vulto. Sobre a cidade publicavam os acontecimentos religiosos, as notícias fúnebres, a comemoração das datas cívicas, o cotidiano das bandas musicais, o andamento da educação, as notícias sociais, bem como informações sobre dos clubes de futebol e do carnaval. A última página era repleta de anúncios de publicidade dos estabelecimentos comerciais da cidade.

A agremiação era colocada nas páginas envelhecidas do antigo jornal, como a responsável pelo progresso intelectual da cidade de Vigia, formadora de grandes intelectuais que despontaram no cenário literário regional, tais como: Theodoro Rodrigues, Evaristo Ferreira, Vilhena Alves, Araújo e Bertoldo Nunes, Lauriano Gil de Sousa, Abraão Ataíde, todos eles já falecidos, naquele momento. A memória dos

Normalmente, o afastamento dos sócios e os poucos recursos dificultaram a continuidade das Sociedades Literárias e Beneficentes da Província.

¹⁹⁶ Esses jornais podem ser encontrados no ASCA.

¹⁹⁷ O mesmo era filho de Casemiro Ferreira, sócio fundador da Instituição. Isso demonstra que certas famílias ficaram no grêmio da entidade por várias gerações.

¹⁹⁸ Várias edições desse jornal podem ser encontradas na biblioteca da “Cinco de Agosto”. Em outubro de 2010, a diretoria da Entidade, presidida pelo professor e poeta José Ildone, retomou a publicação do jornal *O Cinco de Agosto*. Desde então 04 edições foram publicadas com tiragem de 500 exemplares, a última delas em outubro de 2011, priorizando a divulgação das ações da Instituição, além de artigos produzidos a partir de documentos do ASCA e notícias de teor educativo e cultural da cidade de Vigia.

vigienses ilustres, sobretudo daqueles que tiveram na “Cinco de Agosto” um lugar de tradição, era recorrentemente ressaltada.

Em vários momentos, os redatores lamentavam a ferrenha perseguição política e a falta de apoio financeiro para o empreendimento, fatores que levaram sua interrupção em maio de 1941, na edição de número 16. Diante do exposto, Marcionilo Alves viajou até o Rio de Janeiro com o intuito de obter o registro de jornalista junto à Agência Nacional de Jornalismo, habilitando-o para essa função. Dai em diante, o jornal passou a ser de sua propriedade, circulando até 1944. Nessa nova fase, as matérias passaram a dar prioridade ao cenário político regional.¹⁹⁹ É de se notar, então, que os homens da “Cinco de Agosto”, da década de 1930, participavam ativamente da movimentação política local e regional causando, em determinados momentos, sérias represálias.

2.2.2- A beneficência da Sociedade “Cinco de Agosto”.

A Sociedade “Cinco de Agosto” mantinha uma dupla natureza, pois além de ser literária era também beneficente. Exemplo incomum na nomenclatura entre as suas similares, quando normalmente os sócios fundadores optavam registrá-las com apenas uma dessas funções.

As considerações de Claudia Viscardi sobre a filantropia e o mutualismo na cidade mineira de Juiz de Fora, nos fins dos oitocentos e as primeiras décadas do século XX, nos ajudam a estabelecer uma diferenciação pertinente a ser compreendida entre essas tipologias de instituições. O florescimento do associativismo mutualista tem como finalidade maior a ajuda horizontal, ou seja, apenas entre os sócios. Nesse sentido, diversas categorias de trabalhadores buscaram criar mutuais para suprir as necessidades deixadas pela ineficiência do Estado e garantir o bem estar dos sócios²⁰⁰. Já as filantrópicas ou beneficentes normalmente formadas por setores privilegiados, garantiam medidas de amparo aos seus membros e aos mais necessitados. Praticam, assim, uma solidariedade vertical ainda fortemente influenciada pela religiosidade católica.²⁰¹

¹⁹⁹ ALMEIDA, Wilkler & ILDONE, José. **Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto: levantamento histórico**, op.cit. p. 35-38.

²⁰⁰ Normalmente a solidariedade vinha por meio do amparo em momento de enfermidades, ampliação da instrução e garantindo aposentadoria.

²⁰¹ VISCARDI, Cláudia Maria. **Mutualismo e Filantropia**. Revista de História, Juiz de Fora: ed. UFRJ, Vol. 18, 2004, p. 1-3.

Não obstante a especificidade de cada Instituição organizada na Província do Grão Pará, nas décadas finais dos oitocentos, revela, por vezes, caminhos diferenciados. Vejamos o caso da Sociedade Beneficente “Artística Paraense”, associação que deixava claro em seu estatuto de 1867 a intenção de apenas atender os sócios e familiares, não estendendo suas ações às pessoas não pertencentes a esse círculo.²⁰² A diferenciação proposta por Viscardi entre mutualistas e beneficentes serve de orientação, mas apresenta limites.

Observamos que a fronteira entre as ações das Sociedades Literárias daquelas Beneficentes era tênue. A título de exemplo, na província do Grão-Pará, citamos o Gabinete Literário de Marapanim que, em 1877, ajudou os flagelados da seca do Nordeste²⁰³, enquanto os membros do Club Popular Beneficente deixavam claro, em seu Estatuto, o interesse de manter uma escola de ensino primário.²⁰⁴ Mesmo as Instituições que se autodenominavam apenas beneficentes, poderiam em certas circunstâncias manter escolas e as literárias praticar a filantropia ou ambas as atividades conjuntamente.²⁰⁵

Retornando ao caso da “Cinco de Agosto”, a beneficência era, assim, a outra face estatutária, cujos significados para os sócios e nas relações com os moradores vigienses procuraremos compreender, a partir de agora, com a amplitude espacial e a condição social dos beneficiados. Para tanto, o artigo 17 do Estatuto de 1882, estabelecia claramente que:

A sociedade socorrerá nas ocasiões de suas necessidades e de acordo com as suas circunstancias aos socios que a ella recorrem por si ou por intermédio de algum outro socio podendo e tambem estender os seus benefícios a pessoas estranhas, assim como dispensará o socios as suas respectivas contribuições, durante os mezes que elles permanecerem doentes.²⁰⁶

²⁰² **Estatuto da Sociedade Beneficente Artística Paraense.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios, caixa 249 (1861 – 1869) – ofícios de diversas sociedades. APEP.

²⁰³ **Ofício encaminhado pela mesa diretora do Gabinete Literário de Marapanim ao presidente da província do Grão-Pará.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios, caixa 312 (1870 – 1879) – ofícios de diversas sociedades, doc. 65. APEP.

²⁰⁴ **Estatuto do Club Popular Beneficente.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios, caixa 312 (1870 – 1879) – ofícios de diversas sociedades. APEP.

²⁰⁵ Na província do Grão- Pará, encontramos as seguintes Sociedades beneficentes para o período estudado: Sociedade Portuguesa Beneficente, Sociedade Beneficente Vinte Oito de Julho, Sociedade Beneficente Artística Paraense, Sociedade Beneficente Dois de Dezembro, Sociedade Beneficente Tipográfica, Sociedade Beneficente Harmonia e Fraternidade, Club Popular Beneficente, Sociedade Filantrópica de Emancipação de Escravos.

²⁰⁶ **Portaria de 21 de março de 1882 que aprova os Estatutos da Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto,** op. cit.

Os membros de tal agremiação se propunham a atender suas necessidades e aquelas pessoas em precária situação social, num momento histórico de transformações do entendimento e dos mecanismos de combate à pobreza. Considerada uma virtude durante o período medieval, no século XIX passa a ser vista como um mal derivado de circunstâncias históricas. Consequentemente, as estratégias para a sua superação ou amenização variaram bastante. Nesse sentido, laicos e religiosos agiram através da doação de dinheiro, roupas, remédios, bem como construindo abrigos, como hospitais, hospícios, albergues, orfanatos e Asilos, no sentido agir de alguma forma para minimizar o sofrimento das pessoas.²⁰⁷ O associativismo filantrópico foi disseminado na província do Grão-Pará a partir da segunda metade do século XIX.

A experiência de mobilização em torno da “Cinco de Agosto”, inegavelmente está ligada à realidade social da cidade de Vigia, onde predominava o analfabetismo, a pobreza, agravado pelas epidemias que ceifavam a vida de inúmeras pessoas.

No momento em que a Sociedade “Cinco de Agosto” se dispõe a socorrer os sócios, permite a compreensão de que o conjunto dos associados tinham condições sociais diferenciadas, questão esta aprofundada em item posterior. Com relação às pessoas genericamente chamadas de “estranhas” supomos ser principalmente os moradores da região, cujo cotidiano era marcado pela precariedade das condições sociais. Em geral, lavradores e pescadores que em terras vigienses representavam o maior contingente populacional, ou mesmo abria precedente para atender a significativa escravaria que labutava nas cidades e vilas da comarca da Vigia. Antes de esmiuçarmos essa discussão, buscaremos o entendimento das razões que poderiam levar um grupo de pessoas a, coletivamente, praticar a filantropia.

Em meados do século XIX, o presidente da província do Pará, Jerônimo Francisco Coelho, se dirigiu à Assembleia Legislativa ressaltando a saúde pública e a prática da caridade na região. Expunha que “a beneficencia é um acto moral de individuo a indivíduo; já a charidade é uma virtude Christã, mas os socorros publicos são um acto administrativo, um dever social do governante em beneficio do governado”²⁰⁸. Os atos dos filantropos, através de ações individuais ou coletivas, satisfaziam os preceitos religiosos de caridade cristã e o dever moral do homem de praticar a

²⁰⁷ VISCARDI, Cláudia Maria. op. cit. p.12.

²⁰⁸ **Falla dirigida pelo Exm^o. Snr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Grão-Pará á Assembléia Legislativa Provincial, na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura.** Pará, Typographia de Santos & Filhos, 1849, p. 47. In: COSTA, Magda Nazaré Pereira da. **Caridade e saúde pública em tempos de epidemias: Belém 1850-1890.** Belém, UFPA, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2006, p.15.

beneficência que, em última instância, se confundiam. Assim, era dever do bom cristão ajudar o próximo, o que lhe garantiria uma atitude benéfica no caminho da salvação da alma. Por outro lado, ao Estado também competia, mesmo com as dificuldades orçamentárias, socorrer a população, por ser um dever social primordial do governante.

As causas humanitárias estavam no centro dos debates dos homens de letras, os quais eram influenciados pelas leituras difundidas na Europa que chegaram às bibliotecas em formação na região Amazônica. Como exemplo, dispomos de um texto traduzido do idioma francês para o português, por Candido Nunes, professor que atuou no externato da “Cinco de Agosto” na década de 1870, publicado em várias edições de uma das Gazetas da Vigia, intitulado “Humanidade e Beneficencia”. É esclarecedor e traz o seguinte conteúdo:

Fallar ao homem da humanidade e da beneficência é fallar-lhe d’ um dever escripto no fundo do seu coração pela mão do creador, é avivar-lhe uma obrigação contida no preceito que o mesmo Deos lhe impoz de amar seu proximo como a si mesmo (...).²⁰⁹

O texto, embora originalmente de outra língua, instigava os vigienses que dominavam a leitura e tinham acesso a essas informações, a repensar o seu papel diante do contexto social de dificuldades, colocando-o a obrigação de tomar iniciativas para atenuar o sofrimento do seu semelhante.

Todavia, uma análise mais apurada das atitudes humanitárias aos despossuídos e doentes, possibilita apenas um conforto momentâneo sem, contudo, resolver as verdadeiras causas dos seus problemas. De fato, não havia uma transformação significativa nas condições materiais da enorme comunidade de pobres a partir da filantropia na província do Pará, camuflando uma permanência nas relações de poder entre os filantropos e os atendidos pela filantropia.²¹⁰

Nos momentos de epidemias, as ações beneficentes eram mais necessárias, pois as doenças deveriam ser controladas ainda nos espaços de convívio da população pobre, onde normalmente elas começavam, fazendo com que o mal não se alastrasse para as moradias dos ricos. Na capital da Província do Grão Pará, o auxílio prestado nesse momento pelas associações de caridade, como a Santa Casa de Misericórdia, em Belém,

²⁰⁹ Jornal *O Espelho*, nº 32, 11/05/1879, p. 02.

²¹⁰ COSTA, Magda Nazaré Pereira da. op. cit., p. 18.

através do seu hospital, foi fundamental para atender os doentes diante dos limites do Estado.²¹¹

Outra face dos interesses da ação beneficente pode ser entendida usando como exemplo a trajetória de vida de Antônio Lemos e sua relação com a Santa Casa de Misericórdia do Pará. Segundo Sarges²¹², o trabalho desenvolvido pelo intendente nessa instituição “abriu caminhos para a administração da cidade”, pois era uma forma de adquirir prestígio e ser “identificado com os aristocratas e letrados da época”.

Uma preocupação latente da “Cinco de Agosto” era com a saúde da população. Em 1873, a varíola causava mortes e ameaçava os moradores da cidade. Em um dos documentos encaminhados pela mesa diretora ao presidente da província,²¹³ transparece a nítida intenção dos sócios em representar a sociedade vigiense diante das autoridades da província em situação calamitosa²¹⁴, intermediando suas necessidades, cobrando e agradecendo em nome dos pobres. Noutros termos, percebemos que a filantropia dessa Entidade ia além da simples doação de dinheiro.

Entretanto é possível que nesse instante a própria “Cinco de Agosto”, de alguma maneira, tivesse atuado diretamente para diminuir o sofrimento dos vitimados pelas epidemias. Lembramos que, em 1905, a Entidade foi requisitada pelos moradores de Colares, vila pertencente à Vigia na época, pedindo a ela um auxílio pecuniário por estar essa povoação afetada pela varíola, momento em que foi aceita a proposta do sócio Evaristo Ferreira “mandando que se lhes desse a quantia de vinte mil réis”.²¹⁵

Os semanários circulantes na Vigia²¹⁶ praticamente silenciaram sobre a atuação da “Cinco de Agosto” nesse aspecto. Estranho, já que os redatores dos jornais privilegiam

²¹¹ *Idem, Ibidem*, p.12.

²¹² SARGES, Maria de Nazaré. **Memória do Velho Intendente (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 155-157.

²¹³ **Ofício enviado pela Mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao senhor presidente da província do Grão-Pará**. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Serie: Ofícios, caixa 312 (1870-1879) – ofício de diversas sociedades, doc. 34. APEP.

²¹⁴ Desde o início de 1873 a epidemia de varíola assolava a sociedade vigiense. Diante disso, o então presidente da província, Dr. Barão de Santarém, encaminhou para a cidade de Vigia o Inspetor de Saúde pública que constatou a difícil situação da população e entre as medidas adotadas para melhorar o estado de saúde, foi enviado o médico Frederico Hermeto Pereira Lima, o qual retornou para a capital no mês de abril daquele ano, quando a situação estava controlada. Em meados de 1873, novamente Vigia era devastada pela varíola, levando a população a fugir da cidade. Até mesmo o vigário, padre Aragão, membro da comissão de socorros, foi vitimado por essa doença. Até o fim do mês de junho desse ano 399 pessoas já haviam sido infectadas, com 58 mortes. **Relatório feito pelo Excelentíssimo Dr. Domingos José da Cunha Junior, presidente da Província do Grão-Pará em 1873**, Typ. do Diário do Gram-Para, p.12-13.

²¹⁵ **Ata da sessão ordinária da Sociedade “Cinco de Agosto” em 05 de novembro de 1905**. Livro de Ata da Sociedade “Cinco de Agosto” (1905-1906). Fundo da Cinco de Agosto. Caixa sem numeração. ASCA.

²¹⁶ Temos por base aqui o periódico *O Espelho e O Liberal da Vigia*.

textos incentivando a filantropia como o de Cândido Nunes que citamos anteriormente. Uma das poucas notícias com esse teor transcrevemos abaixo.

Sociedade 5 de agosto – esta benemérita associação já ultimou a discussão e da reforma de seus estatutos, devendo a mesma ser brevemente sujeita a aprovação das autoridades competentes.

Nessa reforma acham-se medidas de imenso alcance, como o de uma comissão de caridade que se encarregará de prover as necessidades moraes e materiais, não somente das pessoas que pertencem ao Grêmio da sociedade como de todas as que necessitam dos seus serviços. Além disso a sociedade obriga-se a fazer aquisição de um modesto carro para o enterro de seus membros e abrir aulas do ensino primário e secundário logo que os seus fundos o permitirem.²¹⁷

A aquisição de um carro fúnebre atesta a importância conferida pelos sócios da “Cinco de Agosto” em 1877, e a população vigiense em geral, em garantir uma boa morte a seus sócios em fins dos oitocentos²¹⁸. Ingressar na “Cinco de Agosto” era uma maneira de assegurar ajuda financeira em momentos de dificuldade e a companhia de toda uma congregação no sentido de, junto com a família do sócio moribundo, garantir a ritualística necessária a uma boa travessia para o além.

A filantropia da Entidade consistia na maioria das vezes na distribuição de dinheiro diretamente às pessoas de condição social humilde. Para tanto, a “Cinco de Agosto” angariava recursos, sobretudo através das mensalidades pagas pelos sócios. Eles estavam divididos em quatro classes: efetivos, correspondentes, beneméritos e honorários com algumas distinções. Os efetivos e correspondentes, obrigatoriamente, deveria residir na cidade de Vigia, pagar a jóia de entrada no valor de 2\$ e a contribuição mensal de 500\$. Enquanto os honorários colaboravam principalmente para o leilão anual em benefício da entidade e os beneméritos eram aqueles que haviam realizado alguma ação de grande generosidade²¹⁹.

De acordo com o próprio Estatuto de 1882, os sócios só passariam a pagar as mensalidades após a devida aprovação do estatuto pelas autoridades competentes, fato que a

²¹⁷ *O Liberal da Vigia*. Vigia, nº 41, 5 de Abril de 1877, p. 4.

²¹⁸ Boa morte era entendida como aquela devidamente preparada em vida. Normalmente, nos testamentos o moribundo deixava escrito suas últimas vontades. A mortalha, o funeral cercado de amigos, o sepultamento em local apropriado, a intercessão dos santos, as missas e o pagamento das dívidas que ficaram completam grande parte dos elementos do imaginário da morte nesse momento. Ler sobre o tema para a cidade de Vigia em: SOEIRO, Antonio Igo Palheta. **Cultura funerária na cidade de vigia no final dos oitocentos**: transformações e permanências em torno do imaginário da morte (1860-1885). Belém, UFPA, Monografia de Especialização, 2008.

²¹⁹ **Portaria de 21 de março de 1882 que aprovou os Estatutos da Sociedade “Cinco de Agosto” da cidade de Vigia**, op. cit.

pesquisa atestou para o ano de 1882. Assim, a ampliação das ações que necessitavam de recursos financeiros na década de 1870 ficaram, de certa forma, prejudicadas.

Apesar das limitações impostas pelas circunstâncias apresentadas, a “comissão de socorros” da Sociedade “Cinco de Agosto” cumpriu um papel importante na década de 1870. Formada pelos sócios Affonso Barbosa da Cunha Moreira, Joaquim d’ Almeida Catanho Sobrinho, Antonio Joaquim de Miranda Gama, Jermasio Napoleão Nunes de Moraes, contaram com o apoio do Dr. Juiz Municipal para realizar uma ampla subscrição em benefício dos flagelados da seca do Nordeste no ano de 1877.

A “Santa cruzada” para atender os flagelados da seca sensibilizou várias províncias, mobilizando o Estado, a imprensa e várias Sociedades filantrópicas. Na cidade de Vigia, a Sociedade “Cinco de Agosto” abraçou a causa e envolveu outras entidades beneficentes, empregados da Mesa de Rendas e cerca de cem pessoas que doaram somas em dinheiro. Da “Cinco de Agosto” partiu a maior quantia 30\$000, a parte as doações que os sócios ofertaram individualmente.²²⁰

Reconhecemos, assim, que mesmo com a impossibilidade de legalmente arrecadar as mensalidades, havia uma movimentação financeira razoável na “Cinco de Agosto” na forma de doações do grupo com favoráveis condições financeiras, o qual viabilizava certas medidas. Naturalmente, participar ativamente de uma causa nacional concedia destaque e prestígio aos membros da “Cinco de Agosto” diante das agremiações similares, com o poder público provincial e a sociedade vigiense em particular.

As frequentes secas no Nordeste no final do século XIX motivaram a vinda de pessoas dessa região para a Amazônia, atraídas pela intensa movimentação da economia gomífera. Nesse sentido, grupos organizados foram criados em Belém para prestar filantropia aos nordestinos instalados por essas paragens. É o caso da Sociedade Literária e Beneficente José de Alencar, a Associação Humanitária Liga Cearense e a Associação de Assistência aos flagelados pela seca, as quais atuavam para diminuir o sofrimento dos migrantes nordestinos e inseri-los no mundo de trabalho na capital do Pará.²²¹

A filantropia da “Cinco de Agosto” era ressaltada em duas datas: o dia 01 de outubro, quando aniversariava, e o dia cinco de agosto, momento em que o povo celebrava o

²²⁰ **Subscrição promovida pelos membros da “Comissão de socorros” da sociedade “Cinco de Agosto” de acordo com o Ilustríssimo Senrº Doutor Juiz Municipal da mesma, em benefício das victimas da secca no Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Serie: Officios, caixa 312 (1870-1879) – ofício de diversas sociedades. APEP. A ativa participação da Sociedade “Cinco de Agosto” para ajudar as vítimas da seca de 1877, possivelmente foi motivada pelo fato do sócio professor Severiano Bezerra de Albuquerque ser conterrâneo dos flagelados.

²²¹ LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916).** Belém: ed. Açai, 2010, p. 215.

Círio de Nazaré, santa padroeira da Instituição.²²² Em outubro de 1878, durante a cerimônia de sétimo ano de fundação, o sócio Bertoldo Nunes requereu à Assembleia reunida na casa do professor Nunes, que fosse deliberado, em obediência ao Estatuto, a distribuição de dez mil réis de esmolas “aos mais necessitados desta cidade, o que foi unanimemente aprovado”²²³. Na realidade essas datas eram momentos em que os membros rememoravam a existência da Entidade, onde os sócios procuravam por meio de várias estratégias, como a distribuição de dinheiro, estar mais presentes na memória dos demais grupos sociais da cidade²²⁴. A impressão dos dados analisados, os atendidos pela filantropia da Instituição correspondiam às pessoas de condição livre, moradoras da sede da comarca ou dos povoados próximos. Contudo, qual a postura dos sócios e da Entidade com relação aos escravos?

Sabemos que, na Província do Grão-Pará, várias instituições foram organizadas na segunda metade do século XIX, com o objetivo principal de libertar os escravos e ampliar os debates sobre o fim da escravidão. Foi o caso da Sociedade *Libertadora Ypiranga*, a Sociedade *Dramática Abolicionista 15 de Agosto*, o *Club Abolicionista Patroni* e a Associação *Philantrópica de Emancipação de Escravos* que atuaram em Belém²²⁵. Assim, as instituições filantrópicas e os filantropos poderiam ser um canal de crítica ao regime escravocrata, angariando recursos de diversas maneiras para libertar os cativos.

Enquanto instituição a Sociedade “Cinco de Agosto” não esboçou qualquer tipo de preocupação com a condição social dos escravos no município de Vigia. Individualmente, as ações dos sócios foram diferenciadas. Tomaremos como referência para entramos nessa discussão, um breve acontecimento.

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré, do ano de 1879, foi especial para o escravinho Antônio, que pertenceu ao espólio de Dona Tereza de Jesus de Vilhena. Alguns moradores da capital da província vieram para a festa da padroeira de Vigia, fato natural nesse momento. Mas qual a relação desse evento com o tema de nossa discussão? É que estes senhores, talvez sensibilizados pelo momento de fé, resolveram

²²² Estatuto da Sociedade Cinco de Agosto, 1882.

²²³ *O Espelho*. nº 6, Vigia, 6 de outubro de 1878, p.1-2.

²²⁴ BITTENCOURT, Circe (org.). **Dicionário de Datas da História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 12-13.

²²⁵ NETO, José Maia Bezerra. “O Doce Treze de Maio. O abolicionismo e as visões da Cabanagem, Grão – Pará – século XIX”. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto. **Faces da História da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006, p.341-382.

realizar uma subscrição e os cem mil réis arrecadados serviram para comprar a liberdade do escravo menor Antônio.²²⁶

O importante aqui é perceber que o procurador dos herdeiros da dita Dona Tereza recebeu o dinheiro da subscrição das mãos do senhor Affonso Barbosa da Cunha Moreira, membro efetivo da Sociedade “Cinco de Agosto”. O episódio nos chama a atenção para a preocupação do senhor Affonso com a causa da escravidão ou não estaria envolvido nesta questão.

Em outro momento, o professor Francisco Quintino de Araújo Nunes foi testemunha do registro de liberdade da escrava Severina, inclusive foi o próprio professor quem se disponibilizou em encaminhar o documento para ser registrado pelo tabelião Herculano Olympio Ferreira Guimarães, em abril de 1877, cerca de dez anos antes da oficialização da abolição da escravidão no Brasil. Além disso, a liberdade da escrava Severina foi concedida de forma espontânea, sem pagamento de nenhum valor ao proprietário, o senhor Francisco Dias Botelho.²²⁷

Vilhena Alves, sócio da Sociedade “Cinco de Agosto”, também se declarava um defensor das causas dos escravos, usando a palavra escrita como agente transformador e sobre isso publicou diversos artigos no jornal *O Liberal da Vigia*. Compreendia, da seguinte maneira, a participação dos vários segmentos da sociedade brasileira na luta pelo fim da escravidão: “os abolicionistas, fazendo a propaganda; o povo, aderindo a ela; e os militares, não se prestando a enodar, nas carreiras contra os infelizes escravizados, a farda que tão altamente havia enobrecido nos campos de batalha”.²²⁸ Destacou-se também como abolicionista o sócio Raimundo Bertoldo Nunes, o qual na capital da província, chegou a dirigir *O Liberal do Pará*, levando “a todos os recantos possíveis do Estado” a defesa em favor da liberdade dos cativos.²²⁹

A leitura dos testamentos e outros documentos preservados no ASCA atestam a libertação dos escravos por meio do sentimento de caridade, sem nenhuma contrapartida financeira. Não obstante, nos inúmeros registros de alforria encontrados em três Livros

²²⁶ **Registro da peça oficial comprobatória da liberdade do menor de nome Antonio que pertenceu ao espólio de Dona Thereza de Jesus de Vilhena.** Livro de Notas do tabelião público da cidade de Vigia Herculano Olympio Ferreira Guimarães (1872-1880), fl. 215. Fundo do Cartório Raiol. Série: Livros de Nota. ASCA.

²²⁷ **Escritura de Liberdade da escrava Severina.** Livro de Notas do tabelião da cidade de Vigia (1872-1880), fls 163v-164. Fundo Cartório Raiol. Série: Livros de Nota. ASCA.

²²⁸ ALVES, Vilhena. **Miscellanea Litteraria:** coleção de artigos. Para: R.L. BITTENCOURT & C, 1893, p. 62-64.

²²⁹ ILDONE, José, MEIRA, Clóvis & CASTRO, Acyr. **Introdução à Literatura no Pará.** 5º volume. Belém: Cejup, 1995, p. 293.

de Nota, o mais comum era a liberdade do cativo mediante indenização do proprietário. O interesse do fundador da “Cinco de Agosto”, não só de participar como testemunha, mas também em se dispor a registrar em cartório o documento, atesta um comprometimento com a causa dos cativos nem sempre disseminado entre os letrados vigienses. Os interesses econômicos ainda suplantavam os humanitários e a preocupação do professor Nunes foi um caso incomum no grêmio da “Cinco de Agosto”.

Não havia nenhuma proibição no documento fundador da Entidade em limitar a propriedade de escravos entre os sócios e, como vimos, essa questão não era uma preocupação generalizada no corpo de associados. No máximo, algumas vezes contrárias. Diante disso, o sócio Casemiro Jose Ferreira foi um dos herdeiros da escrava Victória que teve sua liberdade concedida mediante o pagamento de trezentos mil réis, em 1880. A atitude do senhor Casemiro José de conceder a liberdade mediante um valor traz, em primeiro lugar, o aspecto econômico, onde a escrava era percebida primeiramente como uma propriedade e, não como ser humano.²³⁰

De forma semelhante, o membro da “Cinco de Agosto” Adrião de Sousa Batalha foi procurador de Florêncio Antônio Palheta, especialmente para negociar na capital a escrava de nome Raymunda, pelo melhor preço possível, o que fez sem nenhum constrangimento no ano de 1878.²³¹

Portanto os escravos estavam à margem dos projetos humanitários que a instituição desejava consolidar para a Vigia, nos fins dos oitocentos. O objetivo de organizar a “Cinco de Agosto” não era a causa abolicionista e sim organizar uma Entidade que funcionasse como local privilegiado para o compartilhamento dos valores culturais dos sócios.

²³⁰ **Carta de Liberdade da Escrava Victória.** Livro de Notas do tabelião da cidade de Vigia (1872-1880). op. cit.

²³¹ **Livro de Notas do tabelião público da cidade de Vigia Herculano Olympio Ferreira Guimarães (1872-1880).** Fundo do Cartório Raiol. Área Civil. Caixa sem numeração. p.184v-185v.

CAPÍTULO 03 – A SOCIEDADE “CINCO DE AGOSTO” E OS SEUS FUNDADORES.

3.1- A geração fundadora e o compartilhamento dos valores culturais.

O desenvolvimento da pesquisa nos impôs um caminho a seguir: compreender a Sociedade “Cinco de Agosto”, principalmente por meio das experiências de vida dos sócios fundadores. Partimos, assim, da abordagem da história como ciência dos homens, com suas ideias, influências, lembranças, controvérsias e interesses ligados ao seu tempo, pois são eles que dão vida à Entidade, conferindo usos e significados²³² variados no final do século XIX.

Seguramente, vinte e nove sócios efetivos e um benemérito integravam-na no transcorrer da década de 1870, sendo possível haver outros. Valendo como exemplo, a Sociedade “Palestra Literária”, da cidade de Ponta de Pedras, possuía 48 sócios, dos quais 27 efetivos, 02 beneméritos, 15 honorários e 04 correspondentes²³³. Acreditamos ser pouco provável, no interior da Amazônia, uma Instituição Literária com mais 50 sócios. Seguindo caminho inverso ao ocorrido no Velho Continente, onde, no século XIX, essa tipologia de associação dava sinais de declínio²³⁴. O fenômeno associativo no Brasil Imperial fortalecia-se em praticamente todas as províncias.

Quadro 02: Os Sócios fundadores da Sociedade “Cinco de Agosto” ²³⁵

Nome dos sócios	Informações encontradas na pesquisa
Adrião de Sousa Batalha	Atuava como procurador de firmas da capital na cidade de Vigia. Era também comerciante.
Affonso Barbosa da Cunha Moreira	Foi Juiz Municipal do termo da Vigia na década de 1870.
Antônio Joaquim de Miranda Gama	Comerciante e tinha a patente de Tenente Coronel. Atuou também como Delegado Literário e Delegado de Polícia. Era alferes.

²³² FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editora Presença, 1953, p. 17-58.

²³³ **Relatório apresentado pelo presidente da Sociedade Palestra Literária aos outros sócios da Instituição em 1877**. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Serie: Ofícios, caixa 312 (1870-1879) – ofício de diversas sociedades. APEP.

²³⁴ WITTMANN, Reinhard. op. cit., p. 160.

²³⁵ Constituído a partir da consulta de fontes diversificadas, tais como: os periódicos *O Espelho* e *O Liberal da Vigia*, os Livros de Notas referentes às décadas de 1870 e 1880 do acervo do ASCA e, principalmente, das correspondências entre a mesa diretora da Sociedade “Cinco de Agosto” e os presidentes da província do Pará na década de 1870.

Antônio José de Matos Sobrinho	Nada encontrado.
Carlos Mariano das Neves	Era sapateiro e possuía uma oficina denominada “A botina do Progresso”.
Casemiro José Ferreira	Foi vereador da Câmara da Vigia na década de 1880.
Felix Jozé de Carvalho	Possuía uma rocinha no lugar denominado Arapiranga.
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	Era professor e poeta, além de redator do periódico “Orvalho”, instrumento de divulgação da Igreja Católica.
Francisco Quintino de Araújo Nunes	Idealizador da “Cinco de Agosto”, que a presidiu ao longo da década de 1870. Atuou como professor público efetivo e também na política.
Gemino Manoel Seabra Nunes	Era diretor do Café Social, espécie de estabelecimento comercial na cidade. Foi nomeado guarda da Mesa de rendas.
Geraldo Ferreira Bentes	Atuou na política, sendo vereador entre os anos de 1869-72. Tinha a patente de Major.
Hilário do Espírito Santo Palheta	Foi nomeado agente da Coletoria Provincial desta cidade em 1879. Era político, atuou como vereador na década de 1880.
Honorio dos Santos de Vilhena	Possuía uma oficina de Alfaiate na Rua da Boa Vista em Vigia. Aparece também como proprietário de uma pancadaria, espécie de banda musical. Foi suplente do Delegado Literário da cidade de Vigia em 1875, promotor interino desta Comarca na década de 1870. Compunha o Colégio Eleitoral da Vigia em 1873 e também foi procurador de algumas confrarias da vila de Curuçá na década de 1870.
Januário Napoleão Nunes de Moraes	Nada encontrado até o momento.
João Capistrano Bandeira de Mello Filho	Presidente da Província do Grão Pará e sócio Benemérito da sociedade “Cinco de Agosto” a partir de 1877. Atuou nas fileiras do partido Liberal.
João Francisco da Rocha Pires	Foi vereador da Câmara da Vigia na década de 1880.
João José Felipe	Era alfaiate e possuía uma oficina.
João Marquez d’ Oliveira	Nada encontrado até o momento.
Joaquim d’ Almeida Catanho Sobrinho	Era político ligado ao partido conservador. Candidata-se a uma das vagas para deputado Provincial no ano de 1873. Coletor provincial e agente dos correios.
José de Santiago Monteiro	Nada encontrado até o momento.
José Luciano do Carmo Barriga	Entre os anos de 1872 e 1873 comprou um terreno e uma casa em Vigia.
Lívio Torquato Pinheiro	Nada encontrado até o momento.
Manoel Felipe da Costa	Comerciante, tinha um estabelecimento comercial de secos e molhados localizado na rua de Nazareth, esquina com a travessa do Carmo. Na década de 1880 chegou a ser suplente do Juiz Municipal.
Manoel Macário Alves	Nada encontrado até o momento.
Manoel Roque Pinheiro	Poesia de sua autoria. Trabalhou em uma oficina de ourives de nome “Fraternidade artística”.
Manoel Theodoro de Souza Gomes	Foi político e vereador da Câmara Municipal da Vigia na década de 1880.
Nicácio Antônio da Silva Elleres	Foi promotor dos Resíduos e Capelas e Curador Geral. Tinha uma oficina de alfaiate na travessa do Pombal, onde vendia um grande sortimento de fazendas finas.
	Professor, poeta e redator/diretor do <i>Liberal da Vigia</i> ,

Raimundo Bertoldo Nunes	posteriormente, em 1890. Intimamente ligado ao Partido Liberal. Atuou também como defensor público.
Raymundo Nunes da Costa	Foi escrivão do cartório público da cidade em 1877.
Severiano Bezerra de Albuquerque,	Foi professor público e poeta.

O quadro de sócios fundadores que apresentamos acima, difere, em parte, do descrito pelo orador oficial da sessão magna que comemorou o 67º aniversário de fundação da agremiação, José Furtado Belém Júnior, em 1938. A nosso ver o orador incluiu membros que só posteriormente integraram-na²³⁶ e outros dos quais questionamos a possibilidade de serem integrantes da geração fundadora. Entre eles destacamos Domingos Antônio Raiol e o padre Mâncio Caetano Ribeiro²³⁷. Raiol residia nesse momento em Belém, atuando na advocacia, na política e como escritor²³⁸. Por não residir em Vigia, tornava-se, de acordo com o documento fundador de 1882, impedido de integrar o quadro de sócios, sendo possível que, para seus propósitos, outros círculos intelectuais e políticos interessassem mais do que a nascente “Cinco de Agosto”. Isso não o impediu de ser um colaborador da agremiação vigiense doando “um mappa geographico do Imperio do Brazil, medindo 1 metro e 50 centímetros de comprimento e 1,45 de largura”.²³⁹ Com relação ao padre Mâncio, sua presença como sócio da Entidade é pouco provável, se levarmos em consideração as tensões em torno do Círio de Nazareth comentado páginas atrás, cujo padre foi protagonista. A preocupação em se chegar próximo dos nomes dos sócios fundadores, suprime uma análise equivocada que porventura pudéssemos fazer.

A análise do grêmio da Sociedade “Cinco de Agosto” nos confere plena percepção da ausência de mulheres, pelo menos em sua fase inicial de atuação, embora o Estatuto de 1882 não oficializasse a exclusão de pessoas do sexo feminino. Ao

²³⁶ Tais como: Monsenhor Argimiro Pantoja, Lauriano Gil de Sousa, Francisco de Moura Palha, Gerônimo Alves de Mello e Abrhão Athayde.

²³⁷ Jornal *O Cinco de Agosto*, Vigia, nº 1, 11/09/1938, p. 02. Segundo José Belém Júnior, a “Cinco de Agosto” foi fundada por: Vilhena Alves, Mâncio Ribeiro, Argemiro Pantoja, Lauriano Gil de Sousa, Manoel Felipe da Costa, Domingos Antonio Rayol, Francico de Moura Palha, Gerônimo Alves de Mello, Abrahão Ataíde e outros. Na realidade, uma parte deles destacou-se somente no processo de reorganização da Entidade no ano de 1902.

²³⁸ Encontramos anúncios no periódico *O Liberal da Vigia* divulgando o seu escritório de advocacia na capital ao longo da década de 1870. Em 1854, Raiol formou-se pela faculdade de Olinda, obtendo o diploma de Bacharel na área de Ciências Jurídicas e Sociais. No início da década de 1860 foi eleito deputado provincial. Participou ativamente da fundação, em 1879, da Sociedade “15 de Agosto”, em Belém, cuja finalidade cívica era festejar o aniversário de adesão do Pará à Independência nacional. Ler sobre o assunto: LIMA, Luciano Demetrius Barbosa & RICCI, Magda. “Fazendo política, contando história: Experiências sócio - literárias de um barão amazônico e seus Motins Políticos – 1865-1890. In: *Revista Estudos Amazônicos*, v. VI, nº 1(2011), p. 45-47.

²³⁹ Jornal *O Espelho*, Vigia, nº 36, de 09/06/1879, p. 02.

contrário, no art. 11 destacava: “As sócias honorárias considerão também como sua obrigação não só o seu auxilio a sociedade em ocasiões em que a mesma recorrer a ellas como a contribuição de donativos para os leilões”²⁴⁰. Assim, mesmo que pudessem integrá-la, não tiveram papel de destaque. Uma possibilidade interpretativa para isso é o fato de que, no século XIX, o ideal relativo ao papel da mulher na sociedade restringia sua atuação. Desse modo, participar das sessões e das formas de atuação da referida Instituição nos seus aspectos educacionais, filantrópicos, culturais e políticos não era algo que se esperasse do sexo feminino, pois na mentalidade da época a mulher tinha um papel vinculado ao lar e à família, embora na prática nem sempre fosse assim.²⁴¹

A Sociedade “Cinco de Agosto” foi fundada sob os auspícios do vigiense e professor Francisco Quintino de Araújo Nunes²⁴² em outubro de 1871. A essa altura o professor Nunes, com 32 anos, acumulava significativa experiência profissional e exemplar postura individual que lhe conferia prestígio entre os vigienses. Estudou em Belém e muito jovem ingressou no magistério, iniciando sua carreira pública na vila de Cintra, atual município de Maracanã, depois foi removido para a vila de São Caetano de Odivelas e finalmente, voltou à terra natal²⁴³. Lembrado entre seus pares por ser um homem caridoso, católico fervoroso, exímio orador e atuante no Partido Liberal.²⁴⁴

Balizados por essas informações, a natureza e os objetivos da “Cinco de Agosto” obviamente são compreendidos com maior facilidade, não somente pelo contexto histórico visto anteriormente, mas também pelas atitudes e comportamentos de sujeitos concretos que acreditavam na força transformadora dos valores culturais sobre a

²⁴⁰ **Portaria de 21 de março de 1882 que aprova os Estatutos da Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto**, op. cit. Os donativos que integraram o leilão da sessão de posse da nova diretoria da Sociedade “Treze de Dezembro” da cidade de Vigia, eram feitos por mulheres que também ocupavam o cargo de sócias honorárias. Entre as ofertas estavam: “objetos de phantasia e importantes trabalhos de *crochet*”. *Jornal O Espelho*. Vigia, nº 15, de 15/12/1878, p. 1-2.

²⁴¹ PINSK, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria. “Mulheres: Igualdade e especificidade”. In: **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 264-309.

²⁴² Nascido em 31 de outubro de 1839, era filho de Francisco Celestino Nunes e Dona Cândida Maria Ferreira Nunes. Foi casado com Maria Tereza Amoras Nunes. Identificamos quatro de seus irmãos: Thomas Joaquim Celestino Nunes, Raimundo Bertoldo Nunes (sócio da “Cinco de Agosto”), Christina Cândida Nunes Pinheiro e Ângela Nunes da Costa, a qual era mãe de Raymundo Nunes da Costa, também sócio da Agremiação. Faleceu em Vigia, dia 14 de janeiro de 1893. FERREIRA, Jonas José. *Biografia de Quintino Nunes*. In: MOURA, Ignácio (org.) **Anuário de Belém**: em comemoração do seu Tricentenário (1616-1916). Belém: Imprensa oficial, 1915, p. 194- 195.

²⁴³ Por motivos de doença e tendo cumprido 23 anos de magistério o professor Nunes foi jubilado em 1882. **Portaria de 11 de julho de 1882 que concede jubilação ao professor da cidade de Vigia Francisco Quintino de Araújo Nunes**. Collecção das Leis da Província do Gram – Pará, Tomo XLIII, Belém, Typ. do “Diário de Notícia”, 1883, parte 2ª. APEP.

²⁴⁴ FERREIRA, Jonas José. op.cit.

sociedade vigiense,²⁴⁵ como o professor Nunes e os outros integrantes da Entidade que idealizou. Sua casa era, nesse momento, o mais proeminente dos espaços de sociabilidade ao gosto dos letrados vigienses. Nela pairavam jovens amantes das letras que conferiam à embrionária “Cinco de Agosto”, o verdadeiro “motor da civilização”. Os integrantes acreditavam ser ela o local mais proveitoso para o engrandecimento intelectual e moral que almejavam, desejosos em expandir o avanço civilizatório aos iletrados.



Imagem 17: parte da casa que pertence no passado ao professor Nunes, onde a “Cinco de Agosto” foi fundada em 1871. Acervo da família Soeiro, década de 1970.

Outro membro da família Nunes, Raimundo Bertoldo Nunes, destacou-se no corpo administrativo da Instituição que ajudou a fundar quando tinha 24 anos, ocupando por vários anos o cargo de secretário. Professor e jornalista dirigiu o periódico *O Liberal da Vigia* e anos depois *O Liberal do Pará*, a convite do amigo Barão de Guajará, em 1880. Sua trajetória de vida foi exceção a da maioria dos sócios da Entidade, os quais vivenciaram apenas os espaços literários locais. Bertoldo Nunes, por outro lado, tem no convívio perante os seus consócios e do saber contido nos livros da biblioteca,²⁴⁶ a base de sua formação e, depois, já na capital, participou das mais

²⁴⁵ DESAN, Suzanne. “Massa, Comunidade e Ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 63-66.

²⁴⁶ Em 1898 a biblioteca da “Cinco de Agosto” contava com 1.680 volumes. In: Discurso pronunciado em 05 de agosto de 1920 na Sociedade “Cinco de Agosto” pelo consórcio Jonas José Ferreira. In: **Exerptos do livro de Miscellaneas do Tenente Coronel Jonas José Ferreira**.

importantes agremiações literárias, tais como: Mina Literária, IHGP e Academia Paraense de Letras.²⁴⁷

Do que convencionamos chamar o grupo intelectualizado da “Cinco de Agosto”, o nome do professor e poeta Vilhena Alves é uma das maiores referências. Um dos mais eruditos entre eles, com extensa lista de livros e artigos publicados²⁴⁸. Na Entidade chegou a fazer parte da diretoria como segundo secretário em 1876²⁴⁹ e pelas edições do periódico *O Liberal da Vigia*, percebemos, em certos momentos, que havia divergências de ordem pessoal entre ele e Bertoldo Nunes. No final do século XIX passou a residir na capital, onde integrou a Mina Literária e foi membro fundador da Academia Paraense de Letras em 1900.²⁵⁰

Pelas relações óbvias do exercício da profissão, os professores normalmente participaram da organização das Sociedades Literárias na Província do Pará, tal como ocorreu com a Sociedade “Palestra Literária” na cidade de Ponta de Pedras²⁵¹. O corpo administrativo da “Cinco de Agosto” chegou a contar com quatro educadores em momentos diferentes da década de 1870: Araújo Nunes, Bertoldo Nunes, Vilhena Alves e Bezerra de Albuquerque. Dos que tinham no magistério o seu ofício, Severiano Bezerra de Albuquerque era o único que não teve Vigia como berço. Cearense de origem, atuou regendo uma das escolas públicas da cidade e, na “Cinco de Agosto”, foi secretário da primeira diretoria²⁵². Tudo indica que gozava de grande amizade com o

²⁴⁷ ILDONE, José, MEIRA, Clovis & CASTRO, Acyr. op.cit. p. 293-296. Em 1891, Bertoldo Nunes encaminhou ao Governador do Estado dois pedidos de benefício à sua terra natal: um colégio para ensino do curso secundário e um ramal que possibilitasse a comunicação terrestre com a estrada de ferro de Bragança. Apenas 62 anos depois é que o curso secundário foi efetivamente instalado na cidade, sendo seu nome lembrado por Marcionilo Alves e os outros, reunidos para nomear a escola de ensino secundário, hoje chamada de Escola Estadual de Ensino Médio Bertoldo Nunes. ILDONE, José. **Ginásio Bertoldo Nunes**: medalha de ouro para Vigia de Nazaré. Belém: Produção Independente, 2008, p. 28-30.

²⁴⁸ Entre os livros destacamos: *Compendio de Analyse Moderna, Enlevos poéticos, Exercício de Portugues, Grammatica Portugueza: curso superior, Miscellanea Litteraria: coleção de artigos, Monodias, coleção de poesias, Primeira Grammatica da infância, Segunda Grammatica da infância e Selecta Litteraria*. In: **Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna**, p. 4-5.

²⁴⁹ **Ofício encaminhado pela Mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Grão- Pará em dezembro de 1876**. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, caixa 312 (1870-1879) – ofício de diversas sociedades. APEP.

²⁵⁰ ILDONE, José, MEIRA, Clovis & CASTRO, Acyr. op.cit. p. 11-18.

²⁵¹ **Ofício encaminhado pela Mesa diretora da Sociedade Palestra Literária ao presidente da província do Grão- Pará**. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, caixa 312 (1870-1879) – ofício de diversas sociedades. APEP.

²⁵² **Ofício enviado pela Mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Grão- Pará**. op. cit., doc. 34.

professor Nunes, os quais criaram e atuaram no externato. Em fins do século XIX, já em Belém, com Vilhena Alves e Bertoldo Nunes, integrou a Mina Literária.²⁵³

Principalmente para os sócios citados, a Agremiação representou, nas décadas de 1870/80, importância essencial em suas trajetórias como homens letrados. Na “Cinco de Agosto” aproximavam-se dos livros, do aprimoramento intelectual proporcionado pelo externato, das discussões e conversas nas sessões da Entidade com sócios mais instruídos e experientes, constituindo um grupo de pessoas distintas não pelas posses, e sim pelo comportamento e atitudes no campo da cultura. As Sociedades Literárias foram, assim, o caminho natural para aqueles que vislumbravam, no conhecimento, um significado essencial em seus estilos de vida.

Nas edições do periódico *O Espelho* é possível conhecer o talento para a poesia, de Manoel Roque Pinheiro²⁵⁴ e João Marques de Oliveira²⁵⁵, os quais também integravam a primeira Sociedade Literária de Vigia. Todavia é um enorme engano afirmar, como predomina na imaginação popular, que a referida Entidade era um nicho de grandes intelectuais, pois o prestígio regional na literatura foi alcançado por um grupo reduzido. A maioria deles nem sequer nas gazetas vigienses escreviam. Atraídos por laços de amizade e pelas ideias transformadoras juntaram-se ao grupo dirigente e tiveram importância fundamental para a manutenção da “Cinco de Agosto”.

É o exemplo de Raymundo Nunes da Costa, sobrinho do professor Nunes, e secretário interino da “Cinco de Agosto” em 1877²⁵⁶. Trabalhou como tabelião público, atestando seu amplo domínio da escrita. Em vida, participou plenamente dos círculos de saber vigiense, chegando a integrar a Sociedade “Treze de Dezembro”. Morreu jovem, em janeiro de 1885, deixando poucas posses, apenas uma meia morada de casa na rua Justo Chermont²⁵⁷. O conhecimento da vida dos sócios desconstrói a memória coletiva, legitimada ao longo das décadas, que aponta os sócios como ilustres homens com amplos recursos financeiros. No geral, pessoas que viviam do exercício do magistério, pequenos comerciantes, artesãos e ocupantes de cargos públicos que habitavam residências modestas na *urbe* vigiense.

²⁵³ AZENEDO, José Eustáquio de. **Antologia Amazônica: poetas paraenses**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970, p. 21.

²⁵⁴ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 1, de 01/09/ 1878, p. 1; nº 6, de 6/10/ 1878, p. 3; nº 7, de 13/10/1878, p.3; nº 9, de 27/10/1878, p. 2-3. ; nº 11, de 17/11/1878, p.4.

²⁵⁵ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 10, de 10/11/ 1878, p. 4.

²⁵⁶ **Ofício enviado pela Mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Grão- Pará em 27 de junho de 1877**. op. cit., doc. 38.

²⁵⁷ **Inventário de Raymundo Nunes da Costa, 1895**. Fundo do Cartório Raiol. Área Civil. Série: Inventários. Caixa 13/14 (1890-1899). ASCA.

Pessoas como o comerciante Antônio Joaquim de Miranda Gama. Quando faleceu na década de 1880, deixou apenas uma mala grande de viagem, um relógio e uma corrente de ouro, uma farda nova de tenente-coronel, uma rede, um par de dragonas de panotilho e certa quantidade em dinheiro que talvez nem desse para suprir as dívidas contraídas em vida.²⁵⁸ A análise da condição social dos membros dessa Instituição nos permite identificar que os objetos e valores culturais circulam em estratos diferenciados da sociedade vigiense, demonstrando que a concepção estática da cultura²⁵⁹ normalmente leva a equívocos.

Por outro lado, recuperar fragmentos da história de vida dos primeiros integrantes dessa Associação é uma maneira de ampliar o olhar investigativo sobre aqueles que, por não terem despontado entre os literatos da época, foram esquecidos pelos escritores que se dedicaram ao assunto. Nessa perspectiva, podemos citar a figura de José de Santiago Monteiro, José Luciano do Carmo Barriga e Hilário do Espírito Santo que, em momentos diferentes, ajudaram a dirigir a Instituição, sem que tenhamos obtido informações relevantes sobre suas vidas. O primeiro deles integrou o corpo administrativo no cargo de procurador, durante a década de 1870.

Havia também no interior do grêmio da “Cinco de Agosto” uma ampla participação de comerciantes. Entre eles destacamos Manoel Felipe da Costa, Antônio Joaquim de Miranda Gama, Adirão de Sousa Batalha, Genuíno Manoel Seabra Nunes e Casemiro José Ferreira²⁶⁰. Pessoas que necessitavam deslocar-se constantemente até a capital para negociar produtos que seriam vendidos nos seus estabelecimentos comerciais. Talvez também por isso, observando a movimentação cultural e as transformações estruturais da capital, foram influenciados a participar da “Cinco de Agosto”. A loja de Manoel Felipe da Costa era denominada “Perseverança”. Nasceu em uma família com certos recursos, pois entre os pertences deixados por sua mãe em 1874, encontramos quatro escravos, uma casa e objetos em ouro e prata.²⁶¹

²⁵⁸ **Inventário de Antônio Joaquim de Miranda Gama, 1887.** Fundo do Cartório Raiol. Área Civil. Série: Inventários. Caixa 13 (1880-1888). ASCA.

²⁵⁹ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994, p.15.

²⁶⁰ Casemiro Ferreira foi testemunha no inventário de Paulino Antônio de Siqueira em 1895, momento em que são descritas algumas informações importantes para nossa pesquisa, como sua profissão (comerciante), a idade (49 anos) e ser morador da cidade. In: Inventário de **Paulino Antônio de Siqueira, 1895.** Fundo do Cartório Raiol. Área Civil. Série: Inventários. Caixa 35 (1890-1899). ASCA.

²⁶¹ **Inventário de dona Maria de Nazareth Saldanha, 1874.** Fundo Cartório Raiol. Área Civil, Série: Inventários. Caixa 12/13 (1870-1878). ASCA.

Alguns sócios, pelas circunstâncias, tiveram curta participação na Associação, como Manoel Macário Alves que se empregou no comércio de Belém²⁶². Já Honório dos Santos Vilhena faleceu em 1878,²⁶³ chegando a ocupar os cargos de Delegado Literário e Promotor. Assim, é sensato afirmar que a “Cinco de Agosto” era um clube cujo corpo social mostrava-se bastante heterogêneo em níveis de conhecimento, condição social e participação nas relações de trabalho. Em um dos documentos encaminhados pelos sócios ao presidente da província, é perceptível a dificuldade, no ato da escrita, do tesoureiro da Entidade, Felix José de Carvalho²⁶⁴. Nem por isso, deixou de integrá-la e ajudar na movimentação da Instituição do período. Lembramos que, quando os “obreiros do progresso” chegaram a Vigia para tratar da abertura do ramal, foram recebidos na rocinha desse integrante da “Cinco de Agosto” no lugar denominado Arapiranga.

A Agremiação contou também com a participação dos artesãos ou pessoas ligadas a esta atividade. Honório Vilhena possuía uma oficina de alfaiate, enquanto João José Felipe era alfaiate e Carlos Mariano das Neves, sapateiro. De espírito irrequieto, a participação dos sapateiros e alfaiates em conspirações e movimentos políticos é antiga na Europa. Até certo ponto, um grande número de intelectuais sapateiros pode ser observado ao longo da história. Para Hobsbawm, uma explicação plausível está relacionada com o sedentarismo da profissão, cujo trabalho permitia “o pensamento e a discussão durante a execução”²⁶⁵. De tal forma que era possível encontrá-los na “Cinco de Agosto”, atuando nas sessões e, quem sabe, nos debates políticos.

²⁶² Jornal *O Espelho*. Vigia, nº 8, de 20/10/1878, p. 02.

²⁶³ Jornal *O Espelho*. Vigia, nº17, de 12/01/1879, p. 03.

²⁶⁴ **Ofício encaminhado pela Mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto ao presidente da província do Grão- Pará em 28 de dezembro de 1876.** op. cit. Felix Carvalho foi casado com Catharina de Senna Rosa de Carvalho. Entre os bens da família estavam: uma meia morada de casa, uma rocinha e dois terrenos, além de uma canoa, esteios, portas, frechais, prateleiras, taboas, cômoda, tacho de cobre. In: **Inventário de Catharina de Senna Rosa de Carvalho, 1890.** Fundo Cartório Raiol. Área Civil, Série: Inventários. Caixa 13/14 (1890-1899). ASCA.

Fundo do Cartório Raiol. Área Civil. Série: Inventários. Caixa 13 (1880-1888). ASCA.

²⁶⁵ HOBBSAWM, Eric J. & SCOTT, Joan W. “Sapateiros politizados”. In: HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho:** novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 149-165.

3.2- A Sociedade “Cinco de Agosto” e a política local e regional.

As Sociedades literárias e beneficentes, criadas na Província do Grão-Pará nas últimas décadas dos oitocentos, normalmente são analisadas a partir de seus objetivos estatutários.²⁶⁶ Os usos políticos e sociais que os seus integrantes lhes atribuíram ao longo do tempo foram pouco enfatizados. Assim, recuperar os conflitos políticos e interesses sócio - econômicos do corpo de associados da “Cinco de Agosto”, dentro das relações de poder local e regional, torna-se relevante para os propósitos do trabalho.²⁶⁷

Alguns autores enfatizam que tanto as entidades literárias europeias do tempo do iluminismo quanto os Gabinetes Literários no Brasil Imperial, constituíram-se em espaços privilegiados para que as alianças financeiras fossem firmadas, opiniões enquanto grupo definidas, candidaturas políticas construídas, compromissos matrimoniais estabelecidos, bem como estratégias de embates com facções e instituições concorrentes.²⁶⁸ O estudo de Soares sobre as Sociedades dessa natureza em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, as enfatiza como locais de sociabilidade importante para o debate dos diferentes projetos políticos que liberais e conservadores defendiam para a nação. Por meio delas o grupo dirigente projetava mecanismos de luta e de satisfação dos seus interesses políticos-pessoais.²⁶⁹

Naturalmente os homens letrados com saberes pedagógicos, jornalísticos e jurídicos buscavam posicionar-se politicamente como forma de concretização de suas ideias²⁷⁰ e obtenção de benefícios de ordem pessoal. Nesse sentido, o estatuto de 1882, da “Cinco de Agosto”, deixava claro que, nas sessões “será excluída toda e qualquer questão de política partidária e de polêmica religiosa e pessoal”.²⁷¹ Como sociedade pretensamente apolítica estaria ausente das disputas e discussões dessa magnitude. Contudo o documento citado precisa ser entendido com as devidas precauções. Para tanto, o conhecimento das experiências de vida dos sócios permite confrontar ou

²⁶⁶ No caso da “Cinco de Agosto” ocorreu algo semelhante. Ler: ALMEIDA, Wilkler, ILDONE, José. op. cit. & SILVA, Elidiane de Sousa, RODRIGUES, Renato Teodósio dos Santos. op.cit.

²⁶⁷ DESAN, Suzanne. “Massa, Comunidade e Ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, Lynn. op. cit., p. 96.

²⁶⁸ SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os Jardins das delícias: Gabinetes Literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial.** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999, p. 13-15.

²⁶⁹ INÁCIO, Marcilaine Soares. **Educação e política em Minas Gerais: o caso das Sociedades Políticas, Literárias e Filantrópicas 1831-1840.** Minas Gerais: UFMG, GT: História da Educação, nº 02. p. 3-4.

²⁷⁰ *Idem, ibidem, p. 5.*

²⁷¹ **Portaria de 21 de março de 1882 que aprova os Estatutos da Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto,** op. cit.

corroborar com as informações do estatuto e propor uma possibilidade explicativa sustentável.

As informações prestadas sobre a geração fundadora demonstram claramente que vários sócios estavam engajados nos partidos políticos e participavam ou tinham interesse em participar das instâncias de poder oficial, em nível local e regional. Não obstante avançar nessa discussão carece da mínima compreensão das formas de participação na política no segundo reinado.

A cidadania, no Brasil Imperial, era privilégio de poucos. Somente os homens com mais de 25 anos e renda comprovada desfrutavam desse direito. Havia ainda uma divisão entre o cidadão ativo votante e o cidadão ativo eleitor. O primeiro era aquele que possuía renda mínima anual de 100 mil réis e votava nas eleições primárias, também conhecidas como de primeiro grau, escolhendo os membros do Colégio Eleitoral²⁷². A segunda categoria compunha os Colégios de eleitores com renda mínima de 200 mil réis/ano, os quais elegiam vereadores, juízes, deputados e senadores. O cargo de prefeito inexistia e o presidente da província era nomeado pelo Imperador D. Pedro II. A renda exigida para o exercício da cidadania dobrou com as mudanças ocorridas no ano de 1846, enquanto que a *Lei Saraiva*, de 1881, restringiu ainda mais a participação dos homens livres pobres e dos analfabetos.²⁷³ Vejamos um acontecimento que ajuda na identificação dos cidadãos ativos da Vigia, revelando também a participação do clero na política.

Na manhã do dia sete de dezembro do ano de 1873, o Colégio Eleitoral da cidade de Vigia reuniu-se no corpo da Igreja Matriz, com o propósito de substituir um de seus eleitores, padre Luiz Gonçalves de Aragão, e promover a eleição dos trinta membros da Assembleia Legislativa provincial para o biênio 1874-75. A missa solene do Espírito Santo, obrigatória nesse tipo de ato, não foi celebrada, pois o novo vigário, Mâncio Caetano Ribeiro, já a havia realizado, além de estar fadigado por ter acabado de chegar do cemitério público da cidade.²⁷⁴

As Igrejas foram usadas, nas vilas e cidade do Brasil colonial e Imperial, não somente para as necessidades da liturgia católica, como também para as reuniões

²⁷² A eleição dos membros do Colégio Eleitoral era feita por aclamação e normalmente eram bastante tumultuadas.

²⁷³ VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 139-141; 223-225. Ler também: NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 07-26.

²⁷⁴ **Registro da 2ª Acta da reunião do Collégio Eleitoral d'esta cidade em 07 de dezembro de 1873**. Livro de Notas do tabelião público da cidade de Vigia (1872-1880). fl. 47-50. Fundo: Cartório Raiol. Série: Livro de Notas. ASCA.

deliberativas dos cidadãos. Os membros do Colégio eleitoral da Vigia vivenciaram, naquela manhã, um importante mecanismo de expressão da cidadania política: as eleições.

Quadro 03: Os integrantes do Colégio eleitoral da Vigia em 1873²⁷⁵

Agostinho José do Carmo Barriga
Anastácio Martins Ferreira dos Santos
Antônio do Carmo das Chagas Barriga
Francisco José do Carmo Barriga Filho
Francisco Xavier Leal
Herculano Olympio Ferreira Guimarães
Honório dos Santos de Vilhena
Ignácio José Alves
Ignácio José Baptista da Silva
Joaquim Pedro da Silva
Jonas José Ferreira – secretário
José Antônio Sarmento
José Ignácio de Brito
José Rofino de Brito
Lauriano Antônio Gil de Sousa – presidente
Manoel Raymundo Ferreira de Miranda
Maximiano d' Oliveira Pantoja
Procópio Antônio de Souza
Raymundo Antônio da Silva Beckman

Àquela época, Vigia contava com uma população estimada em 13.571²⁷⁶ pessoas, das quais apenas 19 integravam o Colégio Eleitoral. Entre eles um era membro da “Cinco de Agosto”, Honório dos Santos Vilhena.²⁷⁷

A análise da composição da Câmara da Vigia, entre o período de 1869 até 1887, atesta os interesses políticos dos sócios. Em 1872, Geraldo Ferreira Bentes era o único representante e no quadriênio seguinte, nenhum sócio da Instituição conseguiu eleger-se vereador. Já em 1887, apenas Antônio Joaquim de Miranda Gama. Em 1881, Casemiro José Ferreira e Manoel Theodoro de Sousa Gomes obtiveram esse cargo e, em 1887, novamente Casemiro José Ferreira, além de Hilário do Espírito Santo e João Francisco

²⁷⁵ **Registro da 2ª Acta da reunião do Collégio Eleitoral d’esta cidade em 07 de dezembro de 1873.** op. cit. fl. 49v.

²⁷⁶ **Relatório do Exm. Senr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides. Presidente da Província do Pará, 1875,** op. cit. p. 77-78.

²⁷⁷ Acompanhando outras Atas do Colégio Eleitoral da cidade notamos a participação, mesmo que modesta, dos membros da “Cinco de Agosto” ao longo da década de 1870. Em 1874, apenas Honório dos Santos Vilhena. Em 1876: Joaquim d’ Almeida Catanho Sobrinho, Affonso Barbosa da Cunha Moreira, Casemiro José Ferreira, Manoel Theodoro de Souza Gomes. Já em 1878: Casemiro José Ferreira e Manoel Theodoro de Souza Gomes. **Atas do Colégio Eleitoral da Vigia.** Livro de Notas do tabelião público da cidade de Vigia (1872-1880), op. cit., fl. 82v-85; 154v-155; 193- 195v respectivamente.

da Rocha Pires²⁷⁸. No período em que dispomos de maior quantidade de documentos sobre a “Cinco de Agosto” (1873-1879), a participação dos sócios era ínfima.

As Câmaras municipais desempenhavam papel importante na administração da cidade, no controle do cotidiano dos moradores e constituía-se em “espaço privilegiado de negociação política” nas relações de poder.²⁷⁹ Era a instituição que, por excelência, representava o povo ou parte dele ante os demais órgãos da administração imperial. Os vereadores elaboravam leis disciplinadoras (Códigos de Postura) e cuidavam da estrutura da cidade (limpeza, calçamento de ruas e construções de prédios e pontes). Certamente que, estar inserida nessa instância de poder local, a garantia de *status*. Isto facilitaria a concretização dos ideais dos letrados.

Notamos, a partir da sessão do Colégio Eleitoral de 1873, que os membros da Entidade já apresentavam interesses políticos em nível regional. Candidataram-se para o cargo de Deputado os seguintes sócios, nesse ano: professor Francisco Quintino de Araújo Nunes, Joaquim d’ Almeida Catanho Sobrinho e o capitão Geraldo Ferreira Bentes. Todos eles receberam apenas um voto,²⁸⁰ atestando o desprestígio que desfrutavam entre os eleitores. É possível que a única indicação tenha sido a do próprio Honório Vilhena, pelas relações óbvias apresentadas. Nas décadas finais do regime imperial, nenhum dos integrantes da Instituição ocupou uma cadeira no Legislativo.²⁸¹

Alijados de participarem das instâncias de poder político convencional, no período de 1873 a 1880, a Agremiação representou para eles um espaço a partir do qual expressavam a cidadania política, rompendo com a estrutura de poder sacralizada pela elite agrária vigiense²⁸². A Entidade era assim utilizada pelo grupo dirigente, não somente como força transformadora do homem, mas também como base para

²⁷⁸ **Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará**. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1916, p. 746-750.

²⁷⁹ GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. “Câmaras”. In: VAIFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 88-90.

²⁸⁰ **Registro da 2ª Acta da reunião do Collégio Eleitoral d’esta cidade em 07 de dezembro de 1873**, op. cit. fl. 49.

²⁸¹ CRUS, Ernesto. **História do Poder Legislativo do Pará (1835-1930)**. Assembleia Legislativa. Belém, 1978, vol. I, p. 100-165. O nome mais expressivo na política entre os moradores da cidade nas décadas de 1870/80 foi o de Lauriano Antônio Gil de Sousa, o qual foi por diversas vezes vereador e deputado provincial. Na Ata da eleição para Deputado em 1873 recebeu votos de 18 eleitores, enquanto que Domingos Antônio Raiol apenas um.

²⁸² Mesmo distantes da elite econômica, é possível entendermos que vários sócios da “Cinco de Agosto” compunham outra elite com capital cultural. Dessa maneira, várias tipologias de elite convivem dentro de uma sociedade com níveis de convivência diferenciado. O associativismo que esses homens se propuseram realizar se enquadra como uma prática de luta, dentro dos aspectos analisados até o momento.

posicionamento na complexa estrutura de micropoderes, estabelecida na sociedade vigiense que perpassava “todos os aspectos da vida social”.²⁸³

Além disso, os membros da “Cinco de Agosto” eram, em sua maioria, atrelados ao partido Liberal e se utilizavam do periódico *O Liberal da Vigia*, de propriedade de Bertoldo Nunes, para expressar suas opiniões e criticar o regime vigente. Em novembro de 1877, uma denúncia, publicada nas páginas desse veículo de informação, levou ao grande público o conhecimento de um suposto desvio de recursos financeiros da Câmara Municipal da cidade, presidida pelo capitão Lauriano Antônio Gil de Sousa, sendo ela investigada através de uma comissão nomeada pelo governo provincial.²⁸⁴ Naquele ano os conservadores haviam saído vitoriosos nas eleições municipais e, mesmo que a fraude fosse comprovada, os letrados inseridos entre os liberais usavam-se de seu aparato teórico para fiscalizar, indagar e promover o debate no campo da política.

Ao longo da década de 1870, a “Cinco de Agosto” foi popularizando-se pelo simbolismo do nome e das ações ligadas ao desenvolvimento da instrução e da filantropia. A partir delas influenciava parcela da comunidade votante, principalmente do núcleo urbano, para atender seus interesses políticos pessoais ou dos partidos a que estavam atrelados²⁸⁵. Na realidade observamos a formação de uma rede articulada de poder, tendo a “Cinco de Agosto” como matriz, em torno da qual outras Sociedades congêneres orbitavam. A própria Sociedade Recreativa “Philo-Scenica” se reunia na sala das sessões da “Cinco de Agosto”; já a posse da nova diretoria da Sociedade Literária e Teatral “Treze de Dezembro”, foi realizada na casa do professor Bezerra. Membros da primeira Entidade Literária da Vigia também integravam as Associações citadas, como Raimundo Nunes da Costa e Honório Vilhena. Quando a Sociedade Literária e Teatral Odivelense foi organizada, na vila de São Caetano, uma comitiva, liderada por Bertoldo Nunes, esteve presente, participando da cerimônia.²⁸⁶ Através das Sociedades elencadas, algumas dezenas de pessoas que compartilhavam valores

²⁸³ O'BRIEN, Patricia. “A história da cultura de Michel Foucault”. In: HUNT, Lynn. op. cit., p. 46.

²⁸⁴ **Ofícios da Câmara da cidade de Vigia no ano de 1878**. Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: ofícios. Caixa: 357 (1876-1879). Ofícios das Câmaras municipais, doc. 03 e 04.

²⁸⁵ VISCARDI, Cláudia Maria. **Mutualismo e Filantropia**. Revista de História, Juiz de Fora: Ed. UFRJ, Vol. 18, 2004, 4-5.

²⁸⁶ Ler as seguintes edições que demonstram a construção de uma rede cultural em Vigia: *Jornal O Espelho*. Vigia, nº 01, de 01/09/1878; nº 04, de 22/09/1878; nº 5, de 29/09/1878; nº 06, de 06/10/1878; nº 07, de 13/10/1878; nº 09, de 27/10/1878, nº 14, de 08/12/1878, nº 27, de 01/04/1879. Além do periódico *O Liberal da Vigia*, nº 28, de 30/12/1877. Sobre a Sociedade Teatral Odivelense, é possível encontrar documentos do APEP.

culturais ditos civilizados, firmavam laços de amizade e, certamente, planejavam estrategicamente suas plataformas e formas de participação no jogo político.

Os membros da Agremiação chegavam a colocar-se como intermediários do povo vigiense, agindo ou complementando as funções que originalmente eram da Câmara ²⁸⁷. Vale destacar que, ao presidente da província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, foi concedido o título de sócio benemérito da Instituição pelas ofertas à biblioteca em 1877. Por outro lado, acreditamos que a afinidade entre poder público e a nascente Sociedade ia muito além do desenvolvimento da instrução na cidade de Vigia, pois a maioria dos sócios era de liberais, mesmo partido do presidente.

Não por acaso vários sócios da “Cinco de Agosto” desfrutavam de cargos públicos que dependiam de nomeação do governante provincial. Nomes que participavam da política local e regional, e mesmo sem grande prestígio político, inseriam-se na trama política, tendo a Entidade como trampolim. Do lado oposto, o presidente da província também se beneficiava dessa relação, ampliando os seus contatos com as cidades mais distantes do Grão-Pará, haja vista que nem sempre a composição da Câmara agradava os interesses partidários²⁸⁸.

Quadro 04: Socios da “Cinco de Agosto” e os cargos públicos

Sócios	Cargo
Honório dos Santos Vilhena	Suplente do Delegado Literário e Promotor
Antônio Joaquim de Miranda Gama	Delegado Literário e Delegado de Polícia
Gemino Manoel Seabra Nunes	Guarda da Mesa de Rendas
Raymundo Nunes da Costa	Escrivão do Cartório Público
Raimundo Bertoldo Nunes	Professor adjunto
Hilário do Espírito Santo Palheta	Agente da Coletoria Provincial
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	Professor adjunto
Joaquim d' Almeida Catanho Sobrinho	Coletor provincial e agente dos correios.
Nicácio Antônio da Silva Elleres	Promotor dos Resíduos e Capelas e Curador Geral

²⁸⁷ **Ofícios encaminhados pela mesa diretora da Sociedade Cinco de Agosto aos presidentes da província entre os anos de 1873-1878.** Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Serie: Ofícios, caixa 312 (1870-1879) – ofício de diversas sociedades. APEP.

²⁸⁸ O governo provincial tinha ingerência nas Sociedades Beneficentes e Literárias, aprovando os estatutos e, em algumas delas, encolhia, inclusive, o presidente mediante lista tríplice, como ocorria na Sociedade Beneficente Artística Paraense. Pelo menos das Entidades que encontramos documentação no APEP, é possível afirmar que elas estavam sob o manto protetor do Estado. **Ofícios de diversas sociedades aos presidentes da província do Grão-Pará.** Fundo da Secretaria da Presidência da província. Série: Ofícios. Caixas 249 e 313.

Em uma sociedade escravocrata, os homens livres com certa instrução tinham poucas alternativas para garantir a sua sobrevivência. Embora a prática da filantropia tenha sido, em alguns momentos, realizada pelos integrantes da geração fundadora, vários sócios mais precisavam de ajuda do que poderiam realizar a beneficência, eram homens de poucos recursos como o sócio Raymundo Nunes da Costa que possuía apenas uma meia morada de casa na Vigia²⁸⁹. A Instituição proporcionou a obtenção de cargos na estrutura administrativa da comarca da Vigia, garantindo que a maioria deles tivesse pelo menos uma condição social modesta ou complementassem sua renda, como Gemino Manoel Seabra Nunes que possuía um estabelecimento comercial e era também guarda da Mesa de Rendas. Desse modo, conclui-se que os homens da “Cinco de Agosto” viram-se enredados na teia da política provincial, afinal esta era uma das maneiras privilegiadas de marcar um lugar na sociedade vigiense.

²⁸⁹ **Inventário de Raymundo Nunes da Costa, 1895.** op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências encontradas no percurso da pesquisa indicam que a cidade de Vigia não estava isolada dos acontecimentos ocorridos nas capitais das províncias do Império e até mesmo da Europa. A circulação e a permuta de jornais talvez tenham sido as grandes responsáveis por isso. Os atentos leitores vigienses, inspirados pelo que vinha de fora, criavam e organizavam, à sua maneira, instituições como as Sociedades Literárias e Beneficentes.

O percurso teve a intenção de recuperar alguns fragmentos da história da Sociedade “Cinco de Agosto”. A Entidade permitiu vislumbrarmos uma cidade em transformação, expressiva dentro de suas especificidades, modesta se comparada às grandes capitais. Prédios, pontes, estradas, cemitérios, limpeza das ruas, iluminação pública, jornais, vapores, Cafés, Sociedades literárias, beneficentes, teatrais e recreativas, biblioteca e externato²⁹⁰, possibilitavam a um pequeno grupo de vigienses letrados, vivenciarem a civilização às margens do Guajará-Mirim, dentro dos limites de uma cidade interiorana.

Nosso intento maior era justamente compreender o papel desempenhado pela Sociedade “Cinco de Agosto” e sua inserção na sociedade interiorana de Vigia. Espaço privilegiado para que os seus integrantes participassem da movimentação cultural inspirada nas ideias de civilização e progresso. Não apenas isso. A Entidade desejava ser o “motor civilizador” da sociedade vigiense, expandindo para outras pessoas os valores culturais que tanto defendiam, não sem resistências, já que os homens livres pobres ou com certos recursos, assim como os escravos, estavam imersos em outras experiências e modos de vida.

Diferentemente de Belém, onde era comum os filhos da elite letrada aprimorarem seus conhecimentos na Europa, ao transcorrer da década de 1870 na Vigia, o ápice dos estudos da mocidade interessada em instruir-se, era a sala das sessões da “Cinco de Agosto”, onde funcionava o externato e a biblioteca, espaços praticamente únicos na região.

A pesquisa permitiu a reflexão de vários elementos tidos como incontestáveis dentro da memória coletiva da população. A visão perpetuada de que a Agremiação era um clube formado apenas de homens ricos e intelectuais, não se sustenta, muito menos

²⁹⁰ Lembramos, que na biblioteca da “Cinco de Agosto”, nesse período, já existiam obras em língua francesa e o idioma era ensinado no externato.

alguns nomes que sempre são recordados como importantes no processo de formação da mesma, tais como o Barão de Guajará e o padre Mâncio Caetano. Pessoas desconhecidas ganharam vida no andamento do trabalho, imprescindíveis tanto quanto os membros da família Nunes. Na realidade, a Entidade centralizava uma rede de Instituições congêneres na *urbe* vigiense, chegando até a vila de São Caetano, objetivando socializar valores, experiências e participando nas relações de poder.

A “Cinco de Agosto”, a partir de agora, precisa ser considerada como integrante dentro das disputas políticas da província, constituindo uma instância de poder paralelo às instâncias oficiais, onde pessoas normalmente excluídas da participação política utilizavam-na para os seus interesses. Não sabemos ao certo como as Entidades similares atuaram nesse sentido, mas não causará estranhamento se essa possibilidade explicativa for confirmada para tantas outras Literárias e Beneficentes daquele período.

Todavia a Instituição que estudamos ainda está viva entre nós. Possui jornal próprio, sede social, biblioteca, arquivo e auditório. Por tudo isso, os três anos dedicados às etapas do trabalho, precisavam ter uma utilidade imediata em prol da Sociedade. O presente me levou ao passado da Entidade, cuja compreensão ajudou a preservar principalmente o seu acervo às gerações futuras, desconhecido até mesmo entre os vigienses, e muito mais entre moradores de outras cidades vizinhas. Isso começou a mudar lentamente.

Não resta dúvida de que a ampliação das parcerias com outras entidades e instituições públicas foi fundamental. O antigo problema enfrentado por essa associação assombra ainda o presente, a saber: a falta de recursos financeiros para desenvolver os projetos. Despertar para a constituição de uma rede articulada de Entidades na região do Salgado preocupadas com a ampliação da cidadania, é um desafio imposto pelo ritmo da vida moderna. Quem sabe novamente a “Cinco de Agosto” assuma esse papel articulador, chamando para a si a responsabilidade dessa iniciativa.

Esperamos ainda que este trabalho contribua para a continuação e ampliação do papel social e político da instituição, tão necessário diante uma população pobre e pouco qualificada. A Sociedade “Cinco de Agosto” abriu caminho para que a UFPA se aproximasse dos vigienses, principalmente daqueles cuja carência econômica torna inviável o deslocamento para a continuidade dos seus estudos na capital. Espero que a partir da semente plantada na “Cinco de Agosto”, origine-se a instalação do tão aguardado *campus* dessa instituição federal em terras vigienses.

Aos leitores, historiadores e, sobretudo aos moradores de Vigia eis a Sociedade
“Cinco de Agosto”, novamente em cena.

FONTES

Impressas

Hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR): Jornais

Almanach do Diario de Belém, ano 1, 1878.

O Liberal da Vigia. Vigia (1878-1885).

O 31 de Agosto. Vigia (1883).

O Avante: 1954

Cidade da Vigia. Vigia (1890-1893).

Revistas

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Revista Amazônica

Revista Pará Ilustrado

Anuário de Belém

Biblioteca da Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de agosto” em Vigia: Jornais

O Espelho (1878-79)

O Lusco Fusco (1923/24)

O Cinco de Agosto (1938-45)

Fontes impressas consultadas no site: www.crl.edu/content/brazil/para.htm.

Relatorio com que o excellentissimo senhor barão de Santarem, 2º vice-presidente da provincia passou a administração da mesma ao excellentissimo senhor doutor Domingos José da Cunha Junior em 18 de abril de 1873. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1873

Relatório feito pelo Exmº. Snr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Província do Grão-Pará, e entregue ao Exmº. Snr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, por ocasião de passar-lhe a administração desta Província no dia 17 de janeiro de 1875. Pará, Typographia de F.C. Rhossard, 1875

Documentos manuscritos do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)– Fundo da secretaria da presidência da província.

Correspondências da Mesa Diretora da Sociedade Litteraria e Beneficente “Cinco de Agosto” da cidade de Vigia com os presidentes da província do Grão-Pará (1873/1878), Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondências da Mesa Diretora da Sociedade Litteraria Odivellense da vila de São Caetano de Odivelas com os presidentes da província do Grão-Pará (1877/1878). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondências da Mesa Diretora da Sociedade Litteraria Club Sciétfico com os presidentes da província do Grão-Pará (1867/1868). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora do Club Santista com o presidente da província do Grão-Pará (1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora do Gabinete Cearense de Leitura com os presidentes da província do Grão-Pará (1877). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora do Gabinete Litterario de Marapanim com os presidentes da província do Grão-Pará (1877). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora do Grêmio Litterario Portugues do Pará com os presidentes da província do Grão-Pará (1868-1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade Beneficente 28 de julho com os presidentes da província do Grão-Pará (1868-1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade Beneficente Artística Paraense com os presidentes da província do Grão-Pará (1868-1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade Palestra Litteraria de Ponta de Pedras com os presidentes da província do Grão-Pará (1877- 1878). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 313 (1870-1879)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade Parthenon Litterario com os presidentes da província do Grão-Pará (1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869)- Ofícios de diversas sociedades.

Correspondência da Mesa Diretora da Sociedade União Paraense com os presidentes da província do Grão-Pará (1869). Fundo da Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios, Caixa 249 (1861-1869)- Ofícios de diversas sociedades.

Ofícios da Câmara municipal da cidade da Vigia ao Presidente da Província.

Postura especial da Câmara Municipal da cidade de Vigia – 1870.

Despesas da Câmara Municipal da Vigia para o ano de 1869 – 2º trimestre.

Despesas da Câmara Municipal da Vigia para o ano de 1871.
 Receita da Câmara Municipal da Vigia para o ano de 1969 – 2º, 3º e 4º trimestre.
 Receita da Câmara Municipal da Vigia para o ano de 1871.
 Pedidos de obras urgentes para a cidade da Vigia – 1870.
 Ofícios da Câmara da Vigia - códigos 1665 - ano 1876.
 Balanço geral das receitas e despesas da Câmara da Cidade da Vigia – 1877-1878
 Balanço geral das receitas e despesas da Câmara da Cidade da Vigia – 1879-1880

Coleção das Leis da Província do Gram-Pará e do Império do Brasil.

Portaria de 21 de março de 1882. Aprova os Estatutos da sociedade Cinco de Agosto da cidade da Vigia.
 Lei 1097 de 7 de novembro de 1882. Autoriza a presidencia á mandar levantar a planta e fazer o orçamento do Paço municipal da Vigia.
 Lei 1095 de 7 de novembro de 1882. Autorisa a conclusão da ponte de madeira entre Vigia e Arapiranga.
 Lei 1083 de 22 de agosto de 1860. Contendo providências sobre Bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades.
 Portaria de 11 de julho de 1882. Concede jubilação ao professor da cidade da Vigia Francisco Quintino de Araujo Nunes.
 Portaria de 11 de julho de 1882. Concede jubilação ao professor da cidade da Vigia Severiano Bezerra de Albuquerque.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS DO ARQUIVO DA SOCIEDADE “CINCO DE AGOSTO” – ASCA

Séries documentais

Inventários (1860 – 1920)
 Ferimentos Leves e Graves (1870 – 1885)
 Livros de Notas – 1872-1880

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Wilkler & ILDONE, José. **Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto: levantamento histórico**. Vigia de Nazaré: Produção independente, 2008.

ALMEIDA, Wilkler. **Tauapará**. Vigia: Produção Independente, 2005.

ALVES, Vilhena. **Miscellanea Litteraria**: coleção de artigos. Para: R.L. BITTENCOURT & C, 1893.

Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1916.

AZEVEDO, José Eustáquio de. **Antologia Amazônica**: poetas paraenses. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

ARIES, Philippe. "A História das Mentalidades". In: LÊ GOFF, Jacques. **A Nova História**. Coimbra: Almedina, 1990, p. 455-478.

ARAUJO, Joseane Sousa. **Arquivos, bibliotecas e periódicos na Vigia oitocentista**. Dissertação de Mestrado, UFPA, 2011.

AUGUSTI, Valéria. **Considerações sobre a constituição do acervo do Grêmio Literário Português de Belém do Pará**. In: COLE (Congresso de Leitura do Brasil), 17, 2009, UNICAMP-Campinas, SP, comunicação. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem01/COLE_1288.pdf.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Typographia de Santos & menor, Pará, 1939.

BARROS, Bartolomeu J. de. **Vigia de Nazaré: fragmentos de uma história**. Vigia: Produção Independente, 2009.

BATALHA, Claudio H. M. "Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República". In: BATALHA, Claudio H. M, SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. São Paulo: Editara da UNICAMP, 2004, p. 95-119.

BITTENCOURT, Circe (org.). **Dicionário de Datas da História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

BLASKOVSKI, Andrea. **Sociedade Literária São Bento**: do ontem para hoje um espaço às práticas de leitura. Santa Catarina, UFSC, Monografia de conclusão de curso, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2010.

- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar editora, 2005.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França no Antigo Regime.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- COELHO, Geraldo Mártires. **Uma Crônica do Maravilhoso: legenda, tempo e memória no culto de Nossa Senhora de Nazaré.** Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- COMEMELIN, P. **Mitologia Grega e Romana.** Martins Fontes: São Paulo, 1997.
- CORDEIRO, Paulo. **Carimbó da Vigia.** Vigia: Produção Independente, 2010.
- COSTA, Magda Nazaré Pereira da. **Caridade e saúde pública em tempos de epidemias: Belém 1850-1890.** Belém, UFPA, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2006.
- CORRÊA, José Augusto. **Chronica Planetaria: viagem a volta do mundo.** Lisboa: Typ da Empreza da Historia de Portugal, 1904.
- CRUZ, Ernesto. **História do Poder Legislativo do Pará (1835-1930).** Assembleia Legislativa. Belém, 1978.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus (1890-1920).** 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes.** v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História.** Lisboa: Presença, 1953.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “A feiticeira do rio Maracajó: notas sobre uma acusação de feitiçaria na Vigia oitocentista”. MARIN, Rosa (Org.). **A Escrita da História Paraense.** Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 153-167.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. “Imigrantes Portugueses e sociedades recreativas no Rio de Janeiro (1903-1916)”. In: SARGES, Maria de Nazaré (et. aelli) **Entre Mares: o Brasil dos portugueses.** Belém-Pará: Paka-Tatu, 2010.
- FONTES, Edilza (org.) **Contando a História do Pará: Os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (séc. XX).** vol. II, Belém: E.Motion, 2002.
- FORTUNA, Carlos. **As cidades e as identidades: Narrativas, patrimônios e memórias.** In: WWW. Congressodacidadania.com/docs/com_14_int_cf.pdf.
- GEERTZ, Glifford. **A Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlos. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Companhia das Letras: São Paulo, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. & SCOTT, Joan W. “Sapateiros politizados”. In: HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p.149-191.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **Educação e política em Minas Gerais: o caso das Sociedades Políticas, Literárias e Filantrópicas 1831-1840**. Minas Gerais: UFMG, GT: História da Educação nº 02.

JESUS, Ronaldo Pereira. **Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX**. Revista OÍDLES, v -1, setembro de 2007.

JORNAIS PARAOARAS: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916)**. Belém: Açáí, 2010.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa & RICCI, Magda. “Fazendo política, contando história: Experiências sócio - literárias de um barão amazônico e seus Motins Políticos – 1865-1890. In: **Revista Estudos Amazônicos**, v. VI, nº 1, 2011.

LOBO, Raul. **Chão da Minha Vida**. Vigia: Produção Independente, 2011.

LOBO, Raul. **Vigialma Nossa: História, Cultura e Turismo**. Vigia: Produção Independente, 2007.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, LOUREIRO, João de Jesus Paes & VIANNA, Camilo Martins. **Inventário Cultural e Turístico do Salgado**. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1987.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-154.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Padre, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesiástico**. Belém: Cejup, 1995.

MONARD, Ana Maria. “A vida das crianças de elite durante o Império”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p.137-176.

MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a Capela e o Calundu”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil, v.1**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 155- 220.

NETO, José Maia Bezerra & GUZMAN, Décio de Alencar (Ogs.). Terra Matura: Historiografia e história Social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002.

NETO, José Maia Bezerra. **Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

NETO, José Maia Bezerra. “O Doce Treze de Maio. O abolicionismo e as visões da Cabanagem, Grão – Pará – século XIX”. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas, LIMA, Maria Roseane Pinto. **Faces da História da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 341-382.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PARÁ, Secretaria Executiva de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. **Vigia: Museu Contextual**. – Belém, 2002.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, História e Cidadania: o Direito ao Passado**. In: <http://WWW.FAE.ufmg.br/labepeh/PREFEITURA/memoriahistoria.pdf>.

PENSAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PINSK, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria. “Mulheres: Igualdade e especificidade”. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 265-309.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835 (III e IV tomo)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil, v. 2**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 95-141.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RICCI, Magda. “Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana”. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto. **Faces da História da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 514-544.

RONALDO, Vainfas & SOUSA, Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os santos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992.

SALLES, Vicente. **O Negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita & TUPY, Ismênia S. Silveira Truzzi. **História e documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTA ROSA, Daniella Magda Martins. **Escravidão: atividades econômicas e libertação de escravos no município de Vigia (1870-1888)**. Monografia de conclusão de curso (Graduação), Universidade Federal do Pará, Faculdade de História, Belém, 2011.

SANTOS, João Paulo. **Vigiando a cidade**: um olhar contemporâneo sobre a sociedade e o espaço do Município de Vigia. Vigia: Produção independente, 2009.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do Velho Intendente**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os Jardins das delícias**: Gabinetes Literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial. Tese apresentada ao Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

SENNETTE, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Elidiane de Sousa & RODRIGUES, Renato Teodósio dos Santos. **Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto”**: a cultura de Vigia pós-Cabanagem. Monografia de conclusão de Curso, Vigia, Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2007.

SILVA, Érika Amorim da. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)**. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2005.

SILVA, Vanderlei Silva & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2008.

SOEIRO, Antonio Igo Palheta. **Catolicismo Popular e Romanização durante o vicariato do padre Mâncio Caetano Ribeiro (1873-1883) no município de Vigia de Nazaré**. Monografia de conclusão de curso, Belém: UFPA, 2004.

SOEIRO, Antonio Igo Palheta. **Cultura funerária na cidade de vigia no final dos oitocentos: transformações e permanências em torno do imaginário da morte (1860-1885)**. Monografia de Especialização, Belém: UFPA, 2008.

SOEIRO. Antonio Igo Palheta. **O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA SOCIEDADE LITERÁRIA E BENEFICENTE “CINCO DE AGOSTO”**: estruturação de um novo espaço cultural na cidade de Vigia. Projeto de Intervenção. Especialização em Patrimônio Histórico e Cultural do Pará, Belém: UFPA-EGPA, 2010.

SOEIRO, José Ildone Favacho. **Cem anos de educação**: a Vigia em seu “Barão”. Belém: Produção independente, 2002.

SOEIRO, José Ildone Favacho. **Ginásio “Bertoldo Nunes”**. Belém: Produção Independente, 2008.

SOEIRO, José Ildone Favacho. **Noções de História da Vigia**. Belém: Cejup, 1991.

SOEIRO, José Ildone Favacho, MEIRA, Clóvis & CASTRO, Acyr. **Introdução à Literatura no Pará**. v.5 . Belém: Cejup, 1995.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. “Da história das mentalidades à história Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 144-158.

VAINFAS. Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VIANNA, Arthur. “Esboço retrospectivo da instrução publica no Pará”. In: **A educação no Pará**: documentário. Belém: Secretaria de Estado de Educação, 1987.

VIEIRA, Maria do Pilar Araujo (et. alli.). **A Pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: SOUSA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil** ,v.1, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 331-386.

VISCARDI, Cláudia Maria. **Mutualismo e Filantropia**. Revista de História, Juiz de Fora: Ed. UFRJ, v.18, 2004.

WITTIMANN, Reinhard. “Existe uma revolução da leitura no século XVIII”. In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (org.). **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Ática, 1999.